

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CONFLITOS AMBIENTAIS E MEMÓRIAS DE
AGRICULTORES DE IÇARA – SC (2003-2009)**

**Por
ELTON LAURINDO DA COSTA**

Orientador: Prof Dr Marcos Fábio Freire Montysuma.
Co-orientadora: Prof^a Dr^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold.

**Florianópolis
2010**



ELTON LAURINDO DA COSTA

**CONFLITOS AMBIENTAIS E MEMÓRIAS DE
AGRICULTORES DE IÇARA – SC (2003-2009)**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História,
como condição para obter o título
de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Fábio
Freire Montysuma.

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia
Vulfe Nötzold.

**Florianópolis
2010**

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

C837c Costa, Elton Laurindo da
Conflitos ambientais e memórias de agricultores de
Içara - SC (2003-2010) [dissertação] / Elton Laurindo
da Costa ; orientador, Marcos Fábio Freire Montysuma. -
Florianópolis, SC, 2010.
133 p.: il., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. História oral. 3. Memória. 4.
Representações. 5. Conflitos ambientais. I. Montysuma,
Marcos Fábio Freire. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III.
Título.

CDU 93/99

**CONFLITOS AMBIENTAIS E MEMÓRIAS DE
AGRICULTORES DE IÇARA – SC (2003-2009)**

ELTON LAURINDO DA COSTA

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA

BANCA EXAMINADORA

Dr. MARCOS FÁBIO FREIRE MONTYSUMA

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
(Orientador e Presidente)

Dr^a. MARLUZA MARQUES HARRES

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Dr. HERMETES REIS DE ARAÚJO

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Dr. ROBSON LAVERDI

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
(Suplente)

Prof^a. Dr^a. Cristina Scheibe Wolff
Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2010.

Dedico este trabalho aos agricultores de Santa Cruz e Esperança.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe **Pedrinha Laurindo da Costa**, por tornar tão imprescindível, importante e grande, nossa pequena família.

A **Lidiane Silva Braga**, pelo amor, carinho e amizade dedicados a compartilhar comigo as dúvidas, angústias e alegrias desta fase da vida.

Ao meu orientador **Marcos Fábio Freire Montysuma**, pelos ensinamentos de vida, pela amizade nutrida nestes anos de mestrado e pela sua dedicação e paciência comigo no desenvolvimento deste trabalho.

A professora **Ana Lúcia Vulfe Nötzold**, por ter me acolhido com carinho no Laboratório de História Indígena (LABHIN) e oportunizado momentos de convivência saudáveis e produtivos.

Aos **Agricultores de Santa Cruz e Esperança**, que abriram as portas de suas casas, para a realização das entrevistas.

Ao **Programa de Pós-Graduação em História**, que possibilitou a realização desta pesquisa.

Ao amigo **Cezar Karpinski**, incentivador do meu projeto de pesquisa, que colaborou com preciosas sugestões na qualificação desta dissertação, pelas produtivas discussões e esclarecedores ensinamentos.

Ao amigo **Tarcísio da Luz Alves**, colega de graduação, e ex-morador da localidade de Santa Cruz, conhecido e respeitado por todo o município de Içara, por ter facilitado e participado das entrevistas com os moradores de Santa Cruz e Esperança.

Ao amigo **Sandor Fernando Bringmann**, pela parceria nas disciplinas, pela grande amizade e ótima convivência em Florianópolis.

A minha tia **Maria Gorete da Costa Paseto**, pelas palavras carinhosas de incentivo e pela energia fortalecedora.

Aos amigos **Marlon Rodrigo da Silva** e **Larissa Maciel**, pelas discussões e apoio a minha pesquisa.

Aos colegas de mestrado, **Ana Paula Pruner de Siqueira, André Luiz Rosa, Clarice Caldini Lemos, Cristiane Cecchin, Daniely Wendland, Everton de Oliveira Moraes, Fernando Antônio Vitória, Gabriel Felipe Jacomel, Janete Eloi Guimarães, Lindolfo Anderson Martelli, Samira Peruchi Moretto, Soraia Carolina de Mello**, pela ótima convivência e aprendizado.

A toda a equipe do Laboratório de História Indígena (LABHIN), especialmente **Talita Daniel Salvaro** e a **Ninarosa Mozzato da Silva Manfro**i, pela amizade construída.

Ao professor **João Klug**, pelo incentivo e sugestões.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História, principalmente, **Cristina Scheibe Wolff, Cynthia Machado Campos e Eunice Sueli Nodari**, pela ótima convivência nas disciplinas.

A professora **Marluza Marques Harres**, por ter aceitado participar da minha banca de mestrado e pelas preciosas sugestões.

Ao professor **Hermetes de Araújo Reis**, pelas sugestões.

As amigas, **Tereza Almeida Cruz e Deusa Maria Souza**, pelo carinho e incentivo.

A dona **Iara** por ter me acolhido em sua residência nas minhas estadas em Florianópolis.

A TODOS, O MEU MUITO OBRIGADO!

Fazer a história, sim, na medida em que a história é capaz, e a única capaz, de nos permitir, num mundo em estado de instabilidade definitiva, viver com outros reflexos que não os do medo...

Lucien Febvre



RESUMO

Na presente pesquisa, buscamos compreender a formação histórica do conflito de agricultores contra a instalação de uma mineradora de carvão na região sul do Estado de Santa Catarina entre os anos de 2003 a 2009. A área de abrangência do estudo situa-se, geograficamente, na planície litorânea que pertence à Bacia do Rio Urussanga, nas localidades rurais de Santa Cruz e Esperança no município de Içara. Propomos neste trabalho, refletir através das múltiplas percepções dos agricultores envolvidos, as estratégias e práticas sociais que permeiam suas representações ambientais, através da História Oral, tendo como fonte as narrativas dos próprios agricultores, homens e mulheres do campo, que de alguma forma tiveram sua participação no movimento social. A metodologia da História Oral tem possibilitado trabalhar nas mais variadas dimensões da coleta de dados, contribuindo para o esclarecimento das significações que permeiam o problema e seus agentes, assim como as estratégias de organização do Movimento Içarense Pela Vida. O nosso objetivo é mostrar que para formar o arcabouço, do que denominamos “saberes populares” ou “senso comum” os sujeitos detentores deste tipo de saber, no caso os agricultores do Movimento Içarense pela Vida, o constroem também buscando subsídio nas ciências dos homens “letrados”. Eles utilizam suas práticas sociais aliando estas às representações construídas a partir das experiências sociais de formação dos saberes. O uso do Relatório de Impacto Ambiental neste trabalho como fonte é pertinente, pois nos ajuda a compreender como o empreendimento minerador, procura relaciona-se com os agricultores, com a sociedade e com o meio ambiente – ao mesmo tempo em que fornecem elementos para construção dos saberes dos agricultores de Santa Cruz e Esperança.

Palavras-chave: História Oral; Memória; Representações; Conflitos Ambientais.

ABSTRACT

In this study, we sought to understand the historical background of the conflict of farmers against the installation of a coal miner in southern State of Santa Catarina in the years 2003 to 2009. The area covered by the study is located geographically in the coastal plain which belongs to the River Basin Urussanga, in the villages of Santa Cruz and Esperança in the city of Içara. We propose in this paper, reflecting through the multiple views of farmers involved, the strategies and social practices that permeate their environmental representations, through oral history, and narratives as a source of the farmers, men and women from the countryside, which somehow had their participation in social movement. The methodology of oral history has allowed work in a wide range of data collection, contributing to the clarification of the meanings that underlie the problem and its agents, as well as strategies to organization of the Movement for Life Içarense. The goal of our work is to show that to form this framework we call "popular knowledge" or "common sense" people engaged in this kind of knowledge, where farmers Içarense Movement for Life, also seeking to build the allowance in the sciences of man "literate". They use this practice for combining representations constructed from the experiences of training of social skills. The use of the Environmental Impact Report in this paper as a source is useful because it helps us understand how the mining venture, demand is related to farmers, society and the environment - while providing elements for the construction of knowledge farmers in Santa Cruz and Esperança.

Keywords: Oral History, Memory; Representations; Environmental Conflicts.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACARIMO – Associação Comunitária do Alto do Rio Molha
ACII – Associação Comercial e Industrial de Içara
AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AIA – Avaliação de Impacto Ambiental
AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera
AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna
APA – Área de Proteção Ambiental
APP – Área de Preservação Permanente
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CAEP – Comissão para Assuntos Econômicos da Paróquia
CASAN – Companhia Catarinense de Água e Saneamento
CBCA – Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá
CCU – Companhia Carbonífera Urussanga
CDL – Centro de Dirigentes Lojistas
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CEMEA – Consciência Ecológica do Morro Estevão e Albino
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPC – Centro das Promotorias da Coletividade de Criciúma
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina Sociedade Anônima.
EAFS – Escola Agrotécnica Federal de Sombrio
FATMA – Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente
FTC – Ferrovia Teresa Cristina Sociedade Anônima
FUNDAI – Fundação Municipal de Meio Ambiente de Içara
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICC – Indústria Carboquímica Catarinense
IFC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
IPAT – Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas
LAP – Licença Ambiental Prévia
MES – Movimento Ecológico de Siderópolis
MPSC – Ministério Público de Santa Catarina

ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SIECESC – Sindicato da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina
UPN – União Protetora da Natureza

LISTA DE COLABORADORES

ANTONIO SANTOS MATIOLLA – 49 anos, agricultor, casado com a senhora Adelaide Milack Matiolla, pai de três filhos. Residente da localidade de Santa Cruz, município de Içara. Considerado pelo Movimento Içarense pela Vida como sendo o principal líder, conhecido como “Nico” Matiolla.

ELVIRA MACCARI MATIOLLA – 75 anos, agricultora, dona de casa, casada com o senhor Santos Matiolla, mãe do senhor Antonio Santos Matiolla. Residente da localidade de Santa Cruz, município de Içara.

HERCÍLIO JAIR D’ESTEFANI – 50 anos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Içara.

JORGE JOSÉ GABRIEL – 58 anos, agricultor e pedreiro. Residente da localidade de Santa Cruz, município de Içara.

JOSÉ LUIZ ALVES – 58 anos, agricultor. Residente da localidade de Esperança, município de Içara.

NELSON ZACHOHENSKI – 60 anos, agricultor e produtor de cachaça artesanal. Residente da localidade de Esperança, município de Içara. Conhecido como “Nersão”.

SANTOS MATIOLLA – 73 anos, agricultor, casado com a senhora Elvira Maccari Matiolla, pai do senhor Antonio Santos Matiolla. Residente da localidade de Santa Cruz, município de Içara.

SIRLEI MACHADO BALDISSERA – 60 anos, agricultora, catequista, presidente de bairro (comunidade de Santa Cruz), casada com o senhor Pedro Baldissera. Residente da localidade de Esperança, município de Içara.

TOMAZ BALDISSERA – 55 anos, agricultor, residente da localidade de Santa Cruz, município de Içara. Considerado pelo Movimento Içarense pela Vida como sendo um dos principais líderes. Conhecido como “Tomé”.

VALDENIR ANTONIO GUSLINSKI – 36 anos, agricultor, residente da localidade de Santa Cruz, município de Içara. Considerado pelo Mo-

vimento Içarense pela Vida como sendo um dos principais líderes. Conhecido como “Nego”.

VALMIR JOAQUIM DOS SANTOS – 48, agricultor, Residente da localidade de Esperança, município de Içara. Conhecido como “Madeirinha”.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DE SANTA CRUZ E ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE IÇARA

FIGURA 2 – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA (AMREC)

FIGURA 3 – ÁREA DE PRESERVAÇÃO DA BALEIA FRANCA (APA DA BALEIA FRANCA)

FIGURA 4 – CONJUNTO DE LAGOAS DO MUNICÍPIO DE IÇARA

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: ÁREA DAS LAGOAS DO MUNICÍPIO DE IÇARA

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	21
CAPÍTULO I – CONFLITOS E RESISTÊNCIAS: MARCAS NA HISTÓRIA	45
UMA HISTÓRIA SOBRE OS CONFLITOS ENVOLVENDO MINERADORAS E AGRICULTORES	45
SANTA CRUZ E ESPERANÇA	54
O CARVÃO NO SUL DE SANTA CATARINA.....	58
O CARVÃO NO MUNICÍPIO DE IÇARA.....	61
CAPÍTULO II – NO PERCURSO DO CONFLITO: A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO SOCIAL	65
NAS DISPUTAS POR UM FUTURO: A COMPOSIÇÃO DE UM PASSADO	65
MEMÓRIAS QUE SE CONSTROEM A PARTIR DA “LUTA PELA VIDA”	73
UMA ATUAÇÃO DE MULHERES NO CONFLITO: O CASO DE DONA SIRLEI	76
CAPÍTULO III – PELA ÁGUA, PELA VIDA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA CRÍTICA AMBIENTAL	85
NOTÍCIAS DE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SILENCIAMENTOS E REIVINDICAÇÕES	85
REPRESENTAÇÕES AMBIENTAIS: NOS LIAMES DA “CIÊNCIA” ..	95
LUGARES QUE CHORAM: UM OLHAR SOBRE AS ÁREAS AGRÍCOLAS DEGRADADAS PELA MINERAÇÃO.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
FONTES	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
WEBGRAFIA	133



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na presente dissertação, buscamos compreender a formação histórica do conflito de agricultores contra a instalação de uma empresa mineradora de carvão – pertencente ao grupo empresarial Rio Deserto Ltda. – na região sul do Estado de Santa Catarina entre os anos de 2003 a 2009. Em 2003, os agricultores das localidades de Santa Cruz e Esperança do município de Içara, juntamente com a participação de movimentos sociais e ambientalistas, organizaram o Movimento pela Vida contra a exploração de carvão naquela localidade. Em 2008, com a adesão de outras entidades organizadas, o movimento passou a denominar-se Movimento Içarense Pela Vida¹.

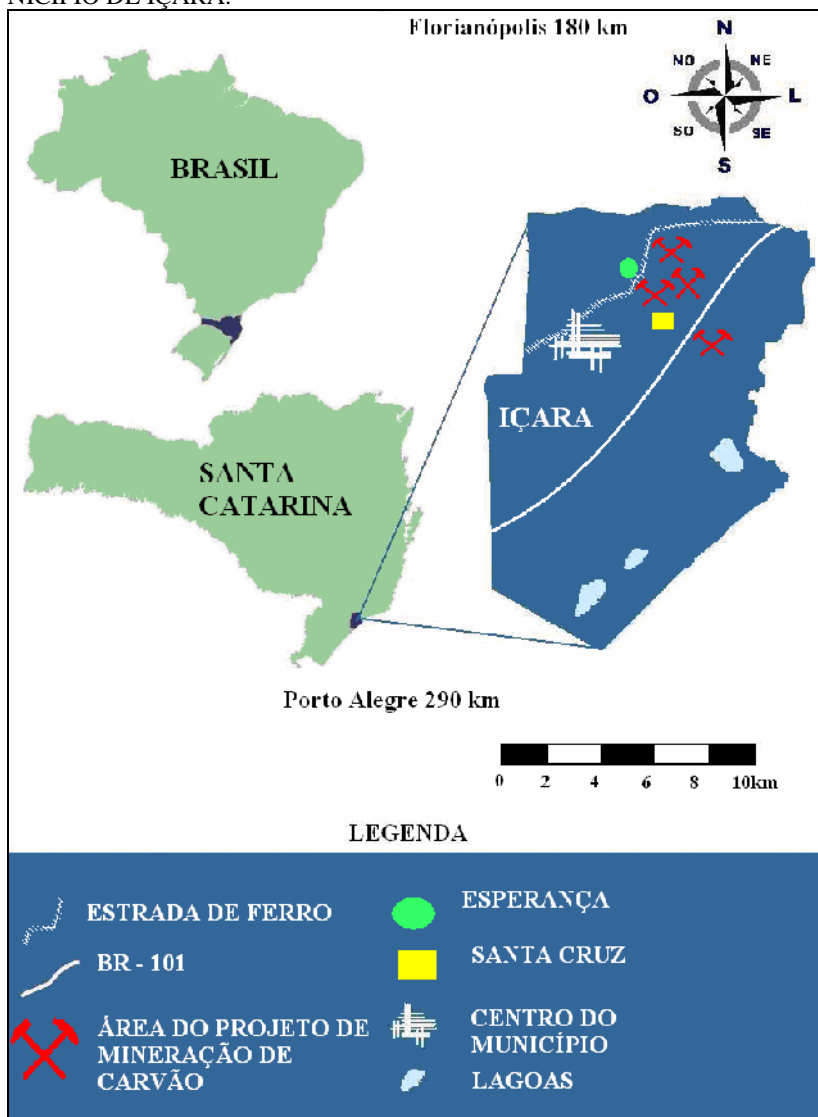
A cidade de Içara é conhecida nacionalmente por sua produção agrícola, com destaque para a fumicultura, como principal cultivo, e a apicultura, que a partir da década de 1980, vem lhe conferindo o título de: *Cidade Mais Doce do Brasil*². Motivada por sua extensão territorial, e facilidade de acesso e escoamento de sua produção – o município de Içara é cortado pela Rodovia Federal BR-101 – o setor industrial do município se diversificou e cresceu nos últimos vinte anos.

Do ponto de vista político, o município de Içara deixa de ser visto como um município satélite de Criciúma – como pólo de produção agrícola – para se tornar um ponto estratégico no “desenvolvimento” industrial da região sul de Santa Catarina. Nesse contexto, acontece o conflito que discutimos neste trabalho, que envolve por um lado setores da sociedade que buscam o “desenvolvimento” da região, e por outro lado envolve atores sociais que têm na agricultura seu meio de subsistência e que – se tratando de uma disputa pelo mesmo espaço – não se limita a uma simples polarização destes setores da sociedade, no que diz respeito aos usos e aos significados desse território disputado. A questão do carvão a ser retirado do subsolo mobiliza vários atores sociais, que dinamizam o processo do conflito e, ao mesmo tempo, coloca em pauta a problemática ambiental como um dos temas centrais do conflito.

¹ Portanto, daqui para frente, quando nos referirmos ao movimento, vamos chamá-lo de Movimento Içarense Pela Vida.

² MELLO, Elza Fernandes. **Içara: Nossa Terra, Nossa Gente**. Içara (SC): Gráfica Otomar, 2006, p. 109.

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DE SANTA CRUZ E ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE IÇARA.



FONTE: Figura adaptada pelo autor do site: <<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/>>. Acesso em 30 de novembro de 2009.

Geograficamente, as comunidades de Santa Cruz e Esperança situam-se na planície litorânea que pertence à Bacia do Rio Urussanga que corta o município de Içara. A localização dessas duas comunidades dentro dos limites do município de Içara está a cerca de 180 quilômetros de Florianópolis e 290 quilômetros de Porto Alegre. Essa área é cortada pela Rodovia Federal BR- 101 e pela Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina (FTC)³ que serve para o transporte de carvão das regiões produtoras adjacentes, conforme a Figura: 01.

Segundo a historiografia regional, a localidade de Santa Cruz foi colonizada no início do século XX por descendentes de poloneses e logo se juntaram descendentes de italianos e açorianos vindos de outras localidades da região sul do estado de Santa Catarina. Já a localidade de Esperança foi colonizada por italianos, açorianos e poloneses, após a instalação da estrada de ferro Dona Teresa Cristina em 1920. Essas famílias conheceram a decadência dos engenhos de farinha, assim como o ápice da monocultura do fumo na década de 1960 e sua crise a partir da década de 1980⁴. Depois da crise da monocultura do fumo, por volta do início da década de 1990, os produtores da região passam a gozar certa estabilidade econômica e social através da diversificação da agricultura, onde se começa a cultivar também milho, feijão, arroz e morango. Segundo dados oficiais, Santa Cruz e Esperança eram alagadas pelo Rio Esperança e foram drenadas no Projeto Pró Várzea para uso agrícola. O Rio Esperança, afluente do Rio Urussanga, este último, desemboca no Balneário Rincão, que fica na Área de Preservação Ambiental (APA) da Baleia Franca.

Nessa planície litorânea, são encontradas 174 propriedades agrícolas de subsistência, praticamente 1/4 do valor da produção agrícola de Içara está concentrado nessa região. Predominam no município as pequenas propriedades, com cerca de 20 hectares, centradas na mão-de-obra familiar e no contrato eventual de empregados assalariados na época da colheita do fumo. As propriedades rurais encontram-se bastante desenvolvidas no aspecto tecnológico, responsável pelos altos índices de produtividade. São considerados altos se comparados relativamente à

³ A Ferrovia Tereza Cristina S.A. é a concessionária da malha ferroviária sul catarinense, com 164 km de extensão opera na região carbonífera e cerâmica, interligando o sul de Santa Catarina ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo, e ao Porto de Imbituba. Seu ramal foi constituído em 1997, a partir da privatização da extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA). Disponível em: <<http://www.ftc.com.br/>>. Acesso em: 07/12/2009.

⁴ MELLO, Elza Fernandes. **Içara: Nossa Terra, Nossa Gente**. Içara (SC): Gráfica Otomar, 2006.

média do Estado de Santa Catarina. Os moradores, pequenos proprietários, vivem em casas de alvenaria, com sanitário, telefone, energia elétrica e possuem carro para locomoção. Foram construídos 174 açudes que servem para contenção das águas em época de chuva, criação de peixes e para saciar a sede do gado. Existem cerca de 400 pequenas nascentes de água doce, que os agricultores chamam de “olho d’água”, vertente ou sanga, originando um ecossistema próprio. Nessas propriedades, atualmente moram 300 famílias em um total de mais de 900 pessoas⁵.

O que nos instiga nesta pesquisa é a possibilidade de compreender e explorar as práticas fundamentadas nos “argumentos” e nas “estratégias”, que dão sentido às representações ambientais dos agricultores das localidades de Santa Cruz e Esperança em contraponto ao argumento em prol do “desenvolvimento” da região, desencadeado pela possibilidade de instalação da empresa mineradora no município de Içara. Assim, as práticas sociais e as representações que se instauram através das lembranças, das vivências, das percepções, dos silêncios e das reivindicações desses agricultores se tornam parte da construção da realidade social do conflito. Nesse caso, consideramos que as práticas sociais – dos agricultores de Santa Cruz e Esperança – atribuem um conjunto de sentidos ao Movimento Içarense pela Vida, construindo representações em torno do movimento – como as atribuições institucionalizantes que os agricultores e os membros de fora do movimento lhes designam como um movimento em defesa do meio ambiente. Essas representações, por sua vez, também organizam as práticas sociais do próprio movimento, estabelecendo critérios para as mobilizações, resistências e reivindicações. Para o historiador Roger Chatier⁶, a história é produzida no âmbito das relações entre as representações e as práticas sociais. Dentro das práticas sociais, Chatier⁷ chama a atenção não apenas para os objetos produzidos por uma sociedade, mas também para a relação dos usos e dos costumes que uma determinada sociedade faz desses objetos. Nessa perspectiva, procuramos observar os agricultores de Santa Cruz e Esperança no que se estendem às ações de mobilização das comunidades – passeatas com tratores, reuniões comunitárias, panfletagens – e também suas ações em relação a muitos objetos produzidos e utilizados no de-

⁵ Sobre esses dados ver CMI Brasil: Centro de Mídia Independente **Contra a Mina de Carvão**. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/11/268131.shtml>>. Acesso em: 07 de julho de 2007.

⁶ CHATIER, Roger. O mundo como Representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, nº11, jan-abril/1991, p. 183.

⁷ *Ibidem*.

correr do conflito estudado – como as relações dos agricultores com os Relatórios de Impacto Ambiental.

Retornando ainda a Chatier, para podermos compreender como se constroem historicamente essas práticas sociais, é necessário que possamos analisar como os sujeitos envolvidos fornecem sentidos as suas ações e aos seus objetos – como as representações sociais constituem uma matriz das “práticas construtoras do próprio mundo social”⁸. Para nosso trabalho, as práticas sociais desses agricultores reforçam e difundem as suas representações ambientais no decorrer do conflito, como resultado de suas motivações e necessidades.

Dentro das noções de “representações” e de “práticas sociais”, propomos mostrar que no arcabouço constituído pelos “saberes” ditos “populares” as pessoas constroem também seus saberes buscando subsídios nas “ciências” ou nos homens “letrados” a partir da constituição de significados dentro de suas experiências cotidianas para expressar seus sentimentos, de modo atender seus interesses imediatos, dentro de uma determinada sociedade. Nesse sentido, podemos dizer que os agricultores de Santa Cruz e Esperança se “apropriam” através de suas práticas e representações, dos saberes técnicos contidos nos Relatórios de Impacto Ambiental, e dos saberes de ambientalistas e especialistas em questões voltadas ao meio ambiente – complementando esses saberes com aqueles que provêm do cotidiano do trabalho no campo. Eles realizam suas práticas, construindo e aliando suas representações para expressar aquilo que lhes interessa – imbricados em suas experiências sociais. Entendemos que a formação destes saberes é uma importante contribuição para a história.

O espaço onde acontecem esses conflitos possui algumas peculiaridades, que na presente dissertação é compreendida como construções de pessoas e instituições, que agregam a ele suas “práticas sociais” e “representações”. Nesse sentido, buscamos analisar de que forma é delimitado esse espaço, ao mesmo tempo em que é parte integrante de uma região que apresenta representações diferenciadas e por vezes antagônicas para o mesmo – algumas visando à exploração do carvão, outras à contenção de atividades econômicas degradantes.

O município de Içara é parte integrante da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), região administrativa instituída pelo governo do estado de Santa Catarina. A Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) foi criada em 1983 e atualmente é integrada por Cocal do Sul, Criciúma (sede), Forquilha, Içara, Lauro

⁸ CHATIER, Roger. Op. Cit.

Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga⁹. Está em uma divisão territorial politicamente definida cujos critérios querem justificar as ações econômicas, sociais e culturais nesse espaço, conforme a figura 2.

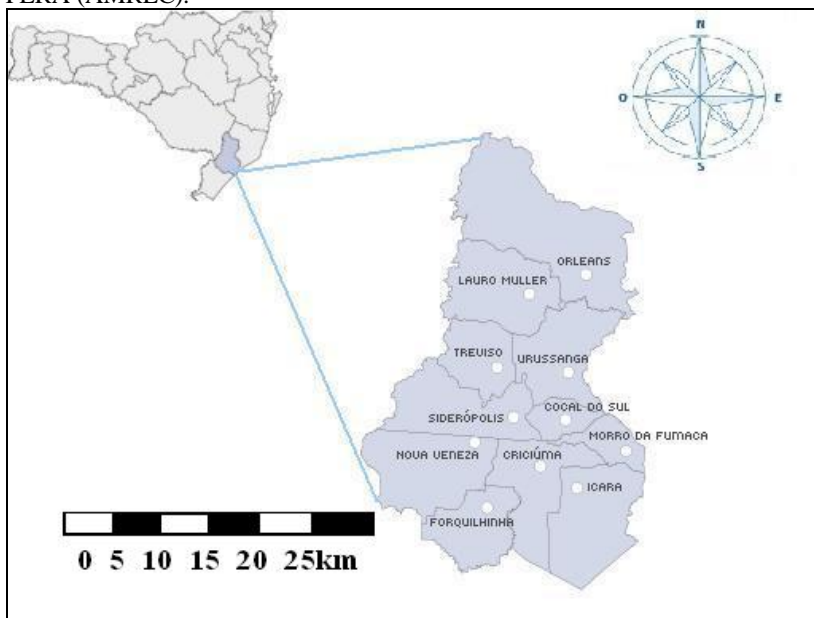
Para Dorval do Nascimento¹⁰, esse recorte que delimita a região carbonífera pode ser alargado para cidades que de alguma forma sofreram ou ainda sofrem impacto com a produção de carvão – como no caso de Tubarão, Capivari de Baixo, Laguna e Imbituba – que fazem parte de uma “outra”¹¹ região administrativa instituída pelo estado de Santa Catarina, mas que, apesar de historicamente nunca ter sido extraído uma única pedra de carvão nessas cidades, elas também fazem parte de um contexto mais amplo que envolve a produção e comercialização do carvão. Nesse sentido, entendemos que não há uma divisão de ordem natural que justifique uma divisão política e que a presença de carvão no subsolo por si só, não represente um elemento que sustente um recorte natural ou político. Procuramos nos afastar do recorte geográfico imposto institucionalmente para nos atermos as maneiras de como os agricultores de Santa Cruz e Esperança se relacionam com o lugar onde habitam há várias gerações. Portanto, é a partir do sujeito que concebe significação do espaço que podemos compreender como esse espaço é delimitado e racionalizado para os mais variados fins, visando atender as necessidades e interesses das pessoas. É importante compreender que essas delimitações impostas institucionalmente pelo estado em relação à região pesquisada impõem um conjunto de funções, que nesse caso atribuem à região um viés econômico, sem levar em conta a população que ali reside. Os agricultores dessas localidades têm maneiras próprias de compreender e utilizar esse espaço, que não é mesma maneira do Estado – este se propõe à racionalização do uso econômico desse espaço, apoiando projetos que garantam um maior “desenvolvimento” da região. Essa formatação do espaço institui em si um desequilíbrio de forças entre os agricultores e a empresa mineradora. As empresas de mineração contam com essa “vocação” da região para a extração de carvão institucionalmente definida pelo próprio Estado.

⁹ Disponível em: <<http://www.amrec.com.br>>. Acesso em 27 de novembro de 2009.

¹⁰ NASCIMENTO, Dorval do. A Produção Histórica e Cultural da Região Carbonífera de Santa Catarina, 1880-1930. In: **GOULART FILHO, Alcides (org.) Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade futura, 2004.

¹¹ Estes municípios fazem parte da região administrativa da Associação de Municípios da Região de Laguna (AMUREL) fundada 1970. Atualmente, é integrada pelos municípios de Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão (sede). Disponível em: <<http://www.amurel.org.br/home/?>>. Acesso em 01/12/2009.

FIGURA 2 – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBÔNIFERA (AMREC).



FONTE: Figura adaptada pelo autor do site: <http://www.amrec.com.br>. Acesso em 27 de novembro de 2009

Dentro da historiografia regional, procuramos fazer algumas considerações em relação aos trabalhos já realizados sobre a exploração de carvão no sul do estado. Diante de toda a diversidade temática que podemos encontrar sobre a mineração de carvão, muitos trabalhos têm se voltado para essas relações entre homem e meio ambiente. São trabalhos realizados por professores e pesquisadores da Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC). Os cursos de Graduação em História e de Pós-Graduação em Ciências Ambientais vêm produzindo uma quantidade expressiva de pesquisa nessa área, além de pesquisas realizadas em outras instituições como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), *Campus Sombrio* – e a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Nesse sentido, realizamos um pequeno levantamento bibliográfico, cujo critério foi a escolha de trabalhos que tiveram como objetos e temas de estudos voltados para a memória das pessoas envolvidas no processo de mineração na região, e em alguns casos temas voltados para memórias de agricultores.

Dentro da perspectiva de análise das memórias do carvão, podemos considerar a pesquisa de Carlos Renato Carola *Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)*¹². Nessa pesquisa, Carola reflete sobre o papel das mulheres em relação ao trabalho de “escolhedeiras” nas empresas carboníferas na região sul do estado. O autor analisa, além do cotidiano dessas trabalhadoras, as relações de gênero que permeiam as relações sociais e familiares através de uma farta pesquisa documental e entrevistas que tratam das memórias e percepções.

Também podemos destacar a pesquisa de Gerson Luis de Bôer Philomena *Cultura do carvão em Criciúma – SC: a história que não se conta*¹³. Philomena procura recompor a memória social e cultural referente ao carvão em Criciúma. Dessa maneira, procurando trazer para o presente, através do imaginário e das memórias de determinados atores sociais, os fragmentos da “cultura do carvão” não contada pela história oficial. A pesquisa foi realizada através de entrevistas, com uma amostra de dez pessoas que o autor considerou representativo, pois “viveram intensamente a história do carvão”¹⁴ nos anos de 2003 e 2004, como ex-mineiros, ambientalistas, sindicalistas, geólogo, mulheres escolhedeiras de carvão, ex-mineiro que militou no sindicato em 1964, ex-morador de uma região profundamente degradada e um técnico em segurança do trabalho de minas de carvão.

Dentro de uma perspectiva do papel das mulheres no sindicato dos mineiros de Criciúma, podemos considerar a pesquisa de Ana Cristina da Silva *Mulheres que foram à luta: Participação feminina nas lutas sindicais dos mineiros de Criciúma entre 1986 e 1996*¹⁵. Entre os anos de 1986 e 1996, a autora refletiu sobre a participação das mulheres nas ações de greve de diversos sindicatos, inclusive dos mineiros de Criciúma, considerado um espaço exclusivamente masculino. Mostrando que as mulheres estavam presentes nas portas dos escritórios das mineradoras, nos portões das oficinas de manutenção, nas bocas das minas e nas ruas. Tudo isso, influenciado pela participação ativa de mulheres em grupos políticos que emergiram na década de 1980, nos

¹² CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Florianópolis. Editora da UFSC, 2002.

¹³ PHILOMENA, Gerson Luis de Bôer. *Cultura do carvão em Criciúma – SC: a história que não se conta*. **Dissertação (Mestrado) de Pós-Graduação em Ciências Ambientais**. Criciúma: UNESC, 2005.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ SILVA, Ana Cristina da. *Mulheres que foram à luta: Participação feminina nas lutas sindicais dos mineiros de Criciúma entre 1986 E 1996*. **Monografia (Especialização) de Pós-Graduação em História Social e História Cultural**. Criciúma: UNESC, 2005.

movimentos de bairro, sindicatos, pastorais da igreja católica e partidos políticos em Criciúma e adjacências.

O cotidiano das mulheres agricultoras em Criciúma também foi abordado na pesquisa de Daniela da Silva Lúcio Minotto *Memórias do Cotidiano de Mulheres Agricultoras: Criciúma (1930-1950)*¹⁶. Assim, a autora procurou destacar o papel da mulher agricultora em Criciúma nas décadas de 1930 a 1950, período em que os homens se deslocam para as minas e as mulheres assumem a agricultura. Nesse sentido, Minotto procurou problematizar os papéis sociais femininos, por meio de seu cotidiano de trabalho, buscando refletir sobre o estereótipo de “auxiliares”, que essas recebiam em recompensa ao árduo trabalho. Através de entrevistas que abordaram a história de Criciúma a partir das perspectivas das agricultoras.

Outras problemáticas também foram trabalhadas, como a relação entre mineração e o meio urbano. Nesse sentido, a pesquisa de Geraldo Milioli, *Mineração do carvão e desenvolvimento sustentado no sul de Santa Catarina: um estudo exploratório de percepção, valores e atitudes do meio ambiente num bairro do município de Criciúma*¹⁷ é relevante para compreensão do fenômeno. Nela, Milioli procurou refletir sobre as consequências da atividade de mineração no sul do Estado de Santa Catarina, analisando como a população afetada num bairro do município de Criciúma percebe e avalia os principais problemas de natureza socioambiental, o significado da mineração e sua influência sobre o meio ambiente e qualidade de vida. E como a população, manifesta sua participação política no sentido de minimizar os problemas existentes através das percepções, dos valores das atitudes em relação ao meio ambiente. Nesse sentido, pautando-se nas noções de desenvolvimento sustentado, ecologia política, na ótica das ciências sociais.

Sobre conflitos ambientais entre mineradoras e agricultores, podemos destacar o pioneirismo do trabalho de Elisabeth Borges Freitas sobre “*O Movimento Popular de Rio Albina (Siderópolis)*”¹⁸ em 1998. Tal trabalho traz o movimento de agricultores contra instalação de uma mina de carvão na comunidade de rio Albina no município de Siderópolis.

¹⁶ MINOTTO, Daniela da Silva Lúcio. *Memórias do Cotidiano de Mulheres Agricultoras: Criciúma (1930-1950)*. **Monografia (Especialização) de Pós-Graduação em História Social e História Cultural**. Criciúma: UNESC, 2005.

¹⁷ MILIOLI, Geraldo. *Mineração do carvão e desenvolvimento sustentado no sul de Santa Catarina: um estudo exploratório de percepção, valores e atitudes do meio ambiente num bairro do município de Criciúma*. Criciúma: Luana, 1995.

¹⁸ FREITAS, Elisabeth Borges. *O Movimento Popular de Rio Albina (Siderópolis)*. **Monografia (Especialização) em Educação Ambiental**. Santa Rosa do Sul, UFSC-EAFA, 1998.

lis em 1985. A autora aborda através de jornais da época as notícias sobre a resistência por parte dos agricultores da localidade e suas repercussões no município e no estado de Santa Catarina. Em uma década (1980), que a região ganhava repercussão nacional como uma das áreas mais poluídas do país. Ao tratar desse movimento popular de agricultores no município de Siderópolis, Freitas fez um importante levantamento histórico sobre os vários movimentos de agricultores ocorridos na região, trabalhando com fontes documentais (jornais, atas de reuniões e processos judiciais). Podemos destacar ainda na sua pesquisa o mapeamento desses movimentos populares e o quanto os mesmos se tornaram comuns na região carbonífera a partir da década de 1980, apesar de pouco aprofundar os movimentos trabalhados.

Nas trilhas registradas por Freitas, chamamos atenção para o caso que envolveu as comunidades de Morro Albino e Morro Estevão, o trabalho de Francisco José Barretto da Silva: *Conflitos de Uso em Áreas de Proteção Ambiental: Água, Mineração e Agricultura*¹⁹, que pesquisou as questões envolvendo o uso e a ocupação de unidades de conservação de manejo sustentável da Área de Proteção Ambiental (APA) do Morro Albino, à luz dos conflitos sociais existentes. Nesse caso, os múltiplos atores envolvidos são os agricultores, políticos, empresas de mineração e sociedade civil. Podemos verificar o aprofundamento nos estudos em que se referem os conceitos de territorialidade, sustentabilidade da mineração na região e unidades de conservação.

Em um estudo mais recente temos: *Um olhar socioambiental da história: A trajetória do movimento ambientalista e seus conflitos com a atividade carbonífera no sul de Santa Catarina (1980-2008)*²⁰, onde Juliana Vamerlati Santos procura pesquisar um amplo espectro da temática ambiental que envolve a trajetória percorrida pelo movimento ambientalista sul catarinense, muito semelhante a generalidade dada por Freitas. A autora destaca como os embates com a atividade carbonífera transformaram-se em uma das principais bandeiras do ambientalismo de Santa Catarina, encadeando uma série de atores e situações que compõem a história do socioambientalismo na região. Dessa maneira, Juliana Vamerlati Santos partindo da construção histórica da Organização Não-Governamental Sócios da Natureza fundada no início da década de

¹⁹ SILVA, Francisco José Barretto da. *Conflitos de uso em Área de Proteção Ambiental: água, mineração e agricultura. Tese (Doutorado) em Interdisciplinar em Ciências Humanas*. Florianópolis: UFSC, 2001.

²⁰ SANTOS, Juliana Varmelati. *Um olhar socioambiental da história: A trajetória do movimento ambientalista e seus conflitos com a atividade carbonífera no sul de Santa Catarina (1980-2008)*. *Dissertação (Mestrado) de Pós-Graduação em História*. Florianópolis: UFSC, 2008.

1980, através de sua influência, procura dar uma coerência e correspondência com os vários movimentos que se formam ao longo de mais de 20 anos. Assim, movimentos como o da Pastoral Ecológica, de ONGs e de agricultores contra o impacto da mineração, são colocados dentro de uma perspectiva do socioambientalismo de forma abrangente. Nesse sentido, são elencados alguns atores como representantes de todo um conjunto de movimentos sociais.

Dessa maneira, entendemos a importância da leitura desses trabalhos, pois os mesmos contribuem para historiografia regional, na medida, em que abrem possibilidades de estudos, para uma ampla abordagem temática. Compreendemos que estes estudos se assentam em temas e objetos complexos, cuja dinâmica não cabe em classificações pré-estabelecidas. Nesse ponto, tentamos nos diferenciar das pesquisas anteriormente realizadas, pois compreendemos que os agricultores de Santa Cruz e Esperança têm um modo de vida bastante diferenciado – econômica, social e culturalmente – eliminando qualquer análise comparativa com os bairros mais urbanizados do município de Içara. Ao nosso entendimento, essas famílias de agricultores não seguem a perspectiva de sociedades periféricas marginalizadas dos centros urbanos. Aqui analisamos a formação de novos atores intervindo na questão ambiental da região carbonífera com anseios, reivindicações, percepções e objetivos próprios –, realizando alianças com setores sociais urbanos do município que extrapolam definição de movimento social já previamente terminada.

O Movimento Içarense Pela Vida congrega na sua formação não só agricultores diretamente atingidos pela devastação ambiental mas muitos ambientalistas da região Sul. Dessa maneira, pensamos a presente pesquisa dentro de uma perspectiva da história recente da região, cuja dinâmica se insere no próprio contexto da globalização dos meios de comunicação e das relações sociais em conexão com o lugar, refletindo as dinâmicas de interesses quanto aos usos do espaço. Nesse sentido, consideramos oportuno recorrer a Scherer-Warren²¹ para discutir esses fenômenos, pois para essa autora as primeiras contestações eram realizadas por trabalhadores rurais, boias-frias, mulheres e pequenos produtores, questionando os métodos de modernização no campo. Assim, as diferentes manifestações de contestação à exclusão social realizada por diversos atores não revelam, num primeiro momento, uma preocupação

²¹ SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais rurais e o meio ambiente. In: **IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente: Textos Básicos**. Florianópolis, 19 a 23 de setembro, 1990.

explícita com o meio ambiente ou com os aspectos relacionados com a preservação ou destruição dos recursos naturais. Ainda conforme Scherer-Warren²², apenas três movimentos apresentam alguma relação com a questão ambiental em razão de sua luta pela preservação da terra ou de seus meios de produção, fazendo parte deles o movimento de pequenos agricultores familiares atingidos por barragens, o movimento de indígenas que lutam pelo direito de posse de suas terras e o movimento de seringueiros que lutam pela preservação de suas atividades extrativistas na floresta amazônica.

Entre os pioneiros do movimento ambientalista brasileiro, podemos destacar a atuação de Henrique Luiz Roessler (1896 – 1963), que em 1955 fundou na cidade de São Leopoldo – RS, a primeira entidade ambientalista do Vale dos Sinos. Em sua dissertação de mestrado²³, Fabiano Quadros Rückert destaca o importante papel desse ambientalista e de sua entidade – que se chamava União Protetora da Natureza (UPN) – para o ambientalismo no Brasil. Nesse sentido, Roessler e a UPN atuaram até 1963 (ano do falecimento de Roessler e do término das atividades da UPN) na campanha de proteção à natureza através da distribuição de textos, desenhos educativos e pela fiscalização da caça, da pesca e do desmatamento ilegal no Rio Grande do Sul, segundo nos apresenta Rückert²⁴.

Outra das poucas organizações que surgem no campo e que se manifestam claramente, questionando o uso indiscriminado de agroquímicos, foi a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), liderada por José Lutzemberg²⁵, no Rio Grande do Sul. Essa associação é também considerada uma das entidades mais antigas do país na defesa do meio ambiente. Os estudos do sociólogo Eduardo Viola²⁶ sobre os movimentos ecológicos no Brasil entre 1974 -1987 contribuem para identificar grupos e organizações emergentes, tratando de mapear os movimentos sociais no campo e procurando entender o seu significado para os diversos atores envolvidos. Esse mapeamento proposto por Viola²⁷ nos ajuda a contextualizar historicamente os movi-

²² SCHERER-WARREN, I. Op. Cit.

²³ RÜCKERT, Fabiano Quadros. História e memória do ambientalismo no vale do rio dos Sinos. **Dissertação (Mestrado) em Programa de Pós-Graduação em História**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.

²⁴ Ibidem.

²⁵ SCHERER-WARREN, I. Op. Cit.

²⁶ VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974 - 1986): do Ambientalismo à Ecológica. In: **PÁDUA, José Augusto. (Org.). Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 63-111.

²⁷ Ibidem.

mentos ecológicos no Brasil, porém pensamos que as generalizações e buscas por objetivações podem limitar o estudo dos movimentos sociais em relação ao meio ambiente. Precisamos compreender cada movimento em sua especificidade; nesse sentido, as pesquisas na área das ciências humanas e sociais têm encontrado dificuldades em caracterizar as especificidades da questão ambiental na perspectiva dos conflitos inerentes à distribuição dos recursos naturais, em particular a escassez de água ou problemas com o direito ao acesso a estes recursos. Por essa peculiaridade, o movimento adquire um cunho singular e diferenciado em relação aos movimentos sociais denominados sindicais, muito estudados pela historiografia regional. Segundo Leff, o movimento ambientalista

diferente das lutas de classes dos movimentos operários e camponeses anteriores define-se por seu caráter transclassista, sendo constituído por diversos atores sociais cuja força tende a diluir-se na multiplicidade de seus interesses e demandas e pela dificuldade de articular uma frente comum²⁸.

Entendemos que esse é um diferencial em relação a outros movimentos sociais estudados na região carbonífera. As demandas e interesses específicos do Movimento Içarense pela Vida fazem com que as articulações girem em torno da questão ambiental, tornando as alianças muito mais plurais do que aquelas realizadas pelos movimentos de cunho classista. Como exemplo, podemos citar o apoio dos comerciantes de Içara – associados ao Centro de Dirigentes Lojistas (CDL) – ao Movimento Içarense pela Vida. Tais comerciantes entendem que a mineração de carvão no município trará muito mais prejuízo – através da degradação do solo e das águas – do que benefício – com a arrecadação de impostos e da geração de empregos.

Os conflitos atestam os valores inerentes às práticas sociais, o modo como esses se afirmam ou contestam a distribuição do poder sobre o território e seus diversos recursos naturais, ou melhor, a ocupação do território reflete os poderes consolidados de uma sociedade. Esses poderes refletem *status* político, econômico ou militar. São poderes pessoais ou coletivos. Os valores podem justificar ações coletivas ou mesmo regular as relações sociais e pautar conflitos sociais. Nesse sentido, pensamos que estas disputas, de uma maneira geral, envolvem

²⁸ LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau, SC: Edifurb, 2000, p. 336.

pessoas ou grupos cujas práticas se definem de acordo com seus contextos específicos. Nesse caso, entendemos os conflitos ambientais na ótica de Ascelrad ocorrem nos seguintes termos:

Os conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar os sistemas vivos-decorrentes do exercício das práticas de outros grupos²⁹.

Entendemos que essa citação expressa a situação que vimos discutindo nesta dissertação na medida em que aqueles agricultores sentiram suas culturas ameaçadas pelos impactos decorrentes dos novos usos dos recursos do subsolo. Nisso entendemos ocorrer um conflito ou uma divergência quanto ao modo como cada grupo entende o uso dos recursos ambientais e os concebe como bem comum a ser destinado aos usos de seus descendentes.

Os espécimes remanescentes da Mata Atlântica são considerados pelos próprios agricultores como importantes elementos que fazem parte da paisagem, integrando aspectos estéticos e utilitários, receptivos a todas as pessoas que ali interagem. A percepção do espaço a ser preservada demonstra no discurso desses agricultores o forte apelo às peculiaridades do meio natural. Isso aparece quando se referem aos 260 hectares remanescentes de Mata Atlântica. É interessante analisar as formas como essas imagens são percebidas e representadas pelos agricultores das comunidades. O que remete à própria forma como os mesmos a utilizam social e economicamente. Nesse sentido, compartilhamos as mesmas ideias de Schier quanto à leitura das paisagens constituídas por rios, montanhas e matas, que nem sempre são percebidas de maneira universal pelas pessoas quando as descrevem através da seguinte citação:

Hoje, a ideia da paisagem merece mais atenção pela avaliação ambiental e estética. Nesse sentido, depende muito da cultura das pessoas que a per-

²⁹ ASCELRAD Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2004, p.27.

cebem e a constroem. Ela é, assim, um produto cultural resultado do meio ambiente sob ação da atividade humana. [...] O aspecto cultural tem desempenhado um papel importante na determinação do comportamento das pessoas em relação ao ambiente. Determinadas paisagens apresentam, na sua configuração, marcas culturais e recebem, assim, uma identidade típica. A problemática ambiental moderna está ligada à questão cultural e leva em consideração a ação diferenciada do homem na paisagem. Dessa forma, a transformação da paisagem pelo homem representa um dos elementos principais na sua formação³⁰.

Portanto, essa noção de paisagem nos ajuda a compreender não só como os agricultores se apropriam e percebem o meio ambiente mas como a sociedade em geral apregea diferentes funções para um mesmo espaço. E essa maneira de “olhar” a paisagem revela a importância dos estudos das representações culturais dos meios “naturais”.

Dessa maneira, as relações de ordem prática e perceptiva desses agricultores fazem parte das determinações que sustentam as críticas ambientais. Nesse sentido, podemos pensar em como esses sujeitos representam suas críticas para si e para os outros. O que representa para esses agricultores em termos de destruição ambiental a instalação da mineradora em seu espaço. Pensar todas essas determinações implica analisar como essas críticas são dinâmicas através da história. Por crítica ambiental, concordamos com a definição de José Augusto Pádua, que a considera como “um fenômeno do mundo contemporâneo, uma consequência das grandes transformações – tanto objetivas quanto subjetivas – que acompanharam a expansão planetária da civilização urbano-industrial”³¹. No caso desses locais onde se construiu uma dinâmica específica em relação ao meio ambiente, surgindo à construção de um discurso amparado na crítica ambiental, assistimos ao modo como eles percebem e participam de todo esse processo, concebendo através da construção de sua própria identidade os ingredientes essenciais para sustentar e justificar toda a mobilização que dá origem ao conflito em torno da defesa da área.

³⁰ SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **RA'E GA : O espaço geográfico em análise**. Curitiba: UFPR, n. 7, p. 79-85, 2003, p. 80.

³¹ PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 10.

Nesses espaços em que se há formação do Movimento Içarense pela Vida, articulam-se memórias muito importantes com as quais contamos neste trabalho, possibilitando-nos realizar nossas análises. A memória de cada agricultor forma uma riqueza de percepções na qual se configuram uma pluralidade de histórias de vida. Histórias de vida que não podemos separar das disputas em Santa Cruz e Esperança, pois se entrecruzam na própria construção dos acontecimentos na medida em que essas memórias compõem as maneiras de ver desses agricultores. Quando pensamos tais agricultores, cada qual em cima de seu trator fechando as principais vias do município de Içara em 2004, entendemos que ali não se encontram solitários ou isolados no tempo e no espaço, mas estão em contato com sua memória e esta, por sua vez, trabalha na interface com seu cotidiano, sua família, seu trabalho no campo e suas percepções.

Dessa forma, apesar do contraste entre o meio rural e o meio urbano no município de Içara, podemos observar a ação mobilizadora dos agricultores no movimento, causando grande repercussão no município e no estado, que teve a participação da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), escolas públicas e particulares do município. Força essa que não se constroem apenas no discurso, mas das maneiras pelas quais se fizeram percebidos como grupo que têm em suas práticas aquilo que os tornam portadores de identidade, seja das práticas de cada indivíduo ou das práticas do grupo. Esses agricultores possuem maneiras de subsistirem, inseridos em seus próprios ambientes, baseados no contexto socioeconômico da agricultura familiar, entendida como aquela agricultura executada pelo agricultor e sua família. Segundo Lamarche, “a exploração familiar tal qual concebemos corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalhos estão ligados à família”³².

Como fonte de pesquisa, utilizamos os relatos gravados – as narrativas dos próprios agricultores, homens e mulheres do campo, que tiveram participação no conflito – em diálogo com fontes escritas – em nosso caso os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA). Nossas fontes orais são as transcrições de entrevistas realizadas (gravadas) com agricultores – moradores das localidades de Santa Cruz e Esperança no município de Içara – em que pesa a construções de suas histórias que envolvem a participação no Movimento Içarense Pela Vida.

Aqui é importante refletir sobre essas fontes orais, mesmo que depois de transcritas, elas se tornem documentos escritos, precisamos abrir um parêntese no que se refere às peculiaridades das fontes orais.

³² LAMARCHE, Hugles. **A Agricultura Familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993, p. 15.

Nesse sentido, concordamos com Alessandro Portelli³³, quando diz que as fontes orais falam mais a respeito dos significados, do que do “fato” propriamente dito. Segundo esse mesmo autor, as fontes orais não são menos verídicas do que as escritas, porém é preciso analisá-las metodologicamente na sua especificidade. As fontes orais, ao nosso entendimento, são construções históricas feitas por sujeitos com a participação do historiador, em um determinado contexto e que permitem refletir sobre os significados que a partir das mesmas são produzidos. Os sujeitos entrevistados, em nossa pesquisa, reconstituíram um passado através lembranças de dificuldades e de esforços. Um passado de muito trabalho para tornar o ambiente agrícola produtivo, para que possa retirar dali o sustento familiar, tomando o cuidado de preservar para gerações futuras.

Essa construção do passado pelas memórias desses sujeitos se constitui através de elementos que definem a finalidade social da história oral. A finalidade social defendida por Paul Thompson³⁴ como um dos desafios da história oral, abordado em nossa pesquisa constituiu em enfatizar as palavras dessas pessoas que construíram a trajetória do Movimento Içarense Pela Vida. Para Thompson³⁵, que no final da década 1970, publicou *A voz do passado: História Oral*, a metodologia empregada no uso das fontes orais e o próprio uso dessas fontes, o autor sugere a busca do passado de pessoas menos favorecidas pela história escrita.

As disputas de sujeitos que detêm o poder e pelos que não o detêm, coloca em marcha mecanismos de construção do passado através das memórias que evidenciam os conflitos ocorridos. Para chegar a essas fontes, foi percorrido um longo caminho. Porém cabe ressaltar que as fontes construídas durante as entrevistas com os agricultores de Santa Cruz e Esperança não são mais importantes do que o próprio contato com essas pessoas, pois a conversa franca e direta no ambiente familiar se torna um aprendizado que dificilmente conseguiríamos demonstrar por completo pela narrativa da presente pesquisa. Nesse caminho de visitas e entrevistas ao longo dos meses de março e abril de 2009, pudemos em algumas horas de conversas não só obter os relatos para a pesquisa mas observar o cotidiano dessas destes agricultores. O que para nós foi bastante enriquecedor.

O nosso trabalho teórico-metodológico com os relatos orais tenta evitar a armadilha das narrativas de memórias que, muitas vezes, ao

³³ PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, p. 59-72.

³⁴ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

³⁵ *Ibidem*.

serem publicadas de forma como são narradas, não oferecem outros suportes que as situem historicamente e, com frequência, tornam-se meros relatos curiosos. Nessa metodologia, em análise, primamos para o registro da memória, tentando perceber as emoções, as paixões, o olhar, a perspectiva peculiar e os sentimentos dos indivíduos que compõem o universo rural onde colocam a subjetividade no conflito. Nesse sentido, a História Oral se torna provocativa em apresentar significações, pois podemos observar o grande entusiasmo dos entrevistados em persuadir o entrevistador para a causa do seu movimento, o que vem ao encontro das interações apontado pela História Oral entre entrevistador e entrevistado, é nesse sentido quando Alessandro Portelli³⁶ afirma que “uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua”. O que em certo sentido torna a História Oral uma importante e imprescindível ferramenta para a pesquisa, que ajuda a equacionar melhor a relação de construção do trabalho historiográfico. Nesse aspecto, Marcos Montysuma chama a atenção para alguns aspectos em relação ao abuso de poder do entrevistador, pois não é objetivo da presente pesquisa limitar ou desfigurar a fala do entrevistado, dessa maneira:

É necessário perceber que em nosso ofício, para que possamos exercitá-lo com o êxito de obter uma gravação com os ingredientes essenciais ao trabalho posterior, convém que reconheçamos a existência de uma relação de poder entre os sujeitos, entre entrevistador e entrevistado, mas jamais a supressão da palavra, da voz do outro³⁷.

Essa foi nossa preocupação na realização da pesquisa através das fontes orais, precaver-nos quanto a não suprimir a palavra do outro, seja através de mecanismos de *transcrições*, que a pretexto de elucidar, clarear ou dar um real sentido ao texto falado e gravado, findasse por adulterar seu conteúdo, seja de fato falar pelo outro.

Apreender como é construída a própria narrativa do fenômeno, tanto como elementos de uma ação passada, como elementos de uma ação presente na construção dos fatos, a metodologia da História Oral vem ao encontro de todas essas interações, que são de grande importân-

³⁶ PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretações e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro: ed. Relume Dumará, Vol. 1, nº2, p.59-72, dezembro de 1996.

³⁷ MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Um encontro com as fontes em História Oral. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXII, n. 1, pp. 117-125, junho 2006, p. 120.

cia, pois contém em si elevada carga de significados que se pretende analisar. Dentro dos estudos das práticas e representações desses agricultores, a história oral está para o historiador, como o homem está para o meio ambiente, e nisso entendemos ocorrer uma espécie de interação entre ambos, uma simbiose. Portanto, coletar informações através da palavra gravada desses agricultores nos coloca de maneira privilegiada em proximidade com o cotidiano destes. Ressaltando, no entanto, que ao entrevistar esses agricultores estaremos operando na descontinuidade de seus pensamentos, percepções, modos de viver, de modo que perceberemos recortes que efetuam, quando relatam suas histórias. Nessas percepções pessoais, procuramos analisar essa vivacidade que a história oral proporciona em sua metodologia. Como lembra Verena Alberti³⁸, que ao narrar o entrevistado expressa ali sua experiência pessoal, individualidade e singularidade, recheadas de emoções, reações, observações, idiosincrasias e relatos pitorescos, que procuram em seus próprios recortes dar coerência e continuidade ao vivido.

As maneiras como os agricultores participaram do movimento constitui em suas lembranças uma miríade de interpretações próprias, repletas de significações, e aqui cabe mais uma vez citar Portelli³⁹, para quem “recordar e contar já é interpretar”. Assim calcado nos relatos gravados dos atores do movimento pudemos compreender as significações dos acontecimentos para os agricultores participantes do conflito.

A partir desse entendimento, que conseguimos analisar as memórias, identidades e representações através das construções, inter-relações, interpretações e diálogos entre entrevistador e entrevistado no campo da história oral. Nessa pesquisa, consideramos para um aprofundamento sobre o tema as leituras dos autores: Paul Thompson⁴⁰, que desde os anos de 1970 vem contribuindo para o desenvolvimento da História Oral. Nessa perspectiva, citamos também os trabalhos de Alessandro Portelli⁴¹, autor que trabalha dando continuidade às pesquisas no campo da História Oral com muita presteza.

Na História Oral, historicizar sobre as narrativas dos agricultores compreende tratar essas fontes como produtos da inter-relação entre

³⁸ ALBERTI, Verena. **Ouvir e Contar: Textos de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1990.

³⁹ PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretações e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro: ed. Relume Dumará, Vol. 1, nº2, p.59-72, dezembro de 1996.

⁴⁰ THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

⁴¹ PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Revista Projeto História**, São Paulo: EDUC, nº. 14, p.1-279 fev. 1997.

entrevistador/entrevistado. Pensando ainda em termos de fontes orais, Alessandro Portelli⁴² nos lembra que as fontes não são as pessoas, mas o produto dos significados interpretados pelo entrevistado e historiador nessas narrativas.

Outra fonte importante para a pesquisa é o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), pois uma análise historiográfica destes poderá estabelecer discussões pertinentes sobre o processo de obtenção dos licenciamentos ambientais realizados nas localidades de Santa Cruz e Esperança. Em nosso caso, utilizamos o Relatório de Impacto Ambiental realizado em dezembro de 2002 pela empresa V.C.S Engenharia e Consultoria Ltda. a pedido da Indústria Carbonífera Rio Deserto Ltda⁴³. Nesse relatório, o projeto de abertura da mina é denominado Mina Esplanada, cuja proposta é produzir até 2.180.000 (dois milhões cento e oitenta mil) toneladas ano de carvão mineral. Uma das justificativas apresentadas no relatório é o suprimento de carvão ao complexo Termelétrico Jorge Lacerda na cidade de Capivari de Baixo – SC. Segundo o relatório, as reservas e as minas em operação são o “sustentáculo do fornecimento energético como projetado pela política nacional de energia e alavancadoras da renda na região sul do estado de Santa Catarina⁴⁴”. O projeto inicialmente chamava-se Mina Esplanada – do qual foi analisado o RIMA nesta dissertação – depois, no decorrer dos conflitos entre 2003 a 2005, passou a ser denominado de Mina Santa Cruz, e por fim a partir de 2007 firmou-se como Mina 101, hoje instalada nas margens da rodovia que lhe empresta o nome. Segundo Décio Escobar de Oliveira Ladislau, a empresa Rio Deserto teve entre os anos de 2000 a 2005 um aumento no faturamento de 99,16%. “A empresa foi fundada no ano de 1918, e o Escritório Central está localizado no centro de Criciúma, possui 229 funcionários diretos e um número indefinido de funcionários indiretos. Seus produtos são comercializados nos mercados externos e internos”⁴⁵. Essa carbonífera minera em vários municípios da região Sul, que junto com outras empresas do setor, fazem parte do quadro mais geral de indústrias do sul do Estado.

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) há um bom tempo vem sendo objeto de estudos e pesquisas por dois motivos específicos: a

⁴² PORTELLI, Op. Cit.

⁴³ VCS – ENGENHARIA CONSULTORIA LTDA. Mina Esplanada. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)**. Criciúma: Empresas Rio Deserto; 2002.

⁴⁴ Ibidem. p.9.

⁴⁵ LADISLAU, Décio Escobar de Oliveira. Economia da responsabilidade sócio ambiental: estudo considerando empresas dos principais setores da economia de Criciúma-SC. **Dissertação (Mestrado) de Pós-Graduação em Ciências Ambientais**. Criciúma: UNESC, 2007, p.96.

importância legal atribuída pela Resolução 001/1986 CONAMA⁴⁶; e pelo teor dos estudos que são elaborados através de pesquisa técnica e “multidisciplinar” que pretende ter. No campo historiográfico, encontramos a dissertação de mestrado de Karpinski⁴⁷ (2007) que utiliza o EIA/RIMA como uma das fontes para discutir o processo de implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1990-2001). Para esse autor, o uso de EIA/RIMA como fonte histórica é pertinente no sentido de que reflete intenções e ações de um tempo específico e aliado à História Oral, principalmente, pode fornecer dados muito interessantes para a história das diversas relações entre sociedade e meio ambiente.

A consideração sobre os problemas sociais e ambientais relativos a projetos que causam impactos ambientais é um assunto introduzido a partir da década de 1960 como resultantes de uma série de acidentes ambientais nesse período e pelos avanços do movimento ambientalista em nível mundial surgido nos Estados Unidos, país que exige desde os anos de 1970, a avaliação de projetos de impactos ambientais em grandes empreendimentos, o que influenciou na adesão de outros países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente durante a conferência de Estocolmo em 1972⁴⁸. No Brasil, iniciou-se com a implantação da Política Nacional de Meio Ambiente nos anos de 1980, através de exigências feitas por organismos multilaterais de financiamento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o Banco Mundial - BIRD⁴⁹, sendo que toda uma legislação foi elaborada partindo das reflexões sobre questões ambientais, em que o Estado “começou a regulamentar as ações que se utilizam recursos ambientais e que, de alguma forma, causam modificações ao meio ambiente”⁵⁰. Desse momento em diante, os conceitos e instrumentos que viabilizem a efetiva internalização desses impactos têm sido objeto de investigação de universidades, centros de pesquisa e empresas públicas e privadas. No entanto, as dificuldades relacionadas à interpretação e à aplicação

⁴⁶ Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA foi instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90. Para maiores informações ver:

< <http://www.mma.gov.br/port/conama/estr.cfm> > . Acesso em 01/11/2007.

⁴⁷ KARPINSKI, Cezar. Sobre as águas a memória: relações de poder e subjetividades durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001). **Dissertação (Mestrado) de Pós-Graduação em História**. Florianópolis: UFSC, 2007.

⁴⁸ DE LUCA, Francisco Javier. **Ensaio Crítico de Sociologia e Meio Ambiente**. Tubarão: Copiart, 2000.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ KARPINSKI, Op. Cit., p.55.

prática do conceito de Estudos de Impacto Ambiental podem ser atribuídas ao fato de que muitas variáveis ambientais não são quantificáveis e, quando passíveis, não podem ser expressas apenas tecnicamente, de forma a serem transformadas em variáveis integrantes dos modelos tradicionais utilizados para a avaliação ambiental de um empreendimento. Tais documentos estão devidamente copiados e arquivados pelo escritório do advogado Valternei Réus, que presta serviços ao Movimento Içarense pela Vida e inteiramente à disposição para a pesquisa. Além da cópia desses relatórios, o advogado do movimento possui um arquivo pessoal com cópia das notícias sobre o conflito nos principais jornais locais e estaduais.

Dentre os principais jornais da região e do Estado estão, Jornal Içarense; Jornal Agora; Jornal da Manhã, Tribuna do Dia, Diário Catarinense, Notisul e A Notícia. Utilizamos essas fontes jornalísticas para situar o leitor dentro de um quadro mais geral dos eventos ocorridos entre os anos de 2003 a 2009. Cabendo ressaltar que essas fontes contêm um conjunto de representações, que não são as mesmas dos agricultores de Santa Cruz e Esperança. Ao citarmos esses eventos através de notícias de jornais, não estamos nem complementando e nem as contrapondo as fontes orais, mas recriando um contexto específico dos eventos ocorridos nas localidades, como nos elucidava Tânia Regina de Luca⁵¹, que afirma que após a Nova História a Imprensa não só se tornou objeto da história, como se tornou fonte para a mesma.

Dividimos a dissertação em três capítulos, no primeiro capítulo – *Conflitos e Resistências: Marcas na História* – procuramos apresentar alguns apontamentos sobre a trajetória de conflitos ambientais no sul de Santa Catarina. Inserindo o conflito pesquisado no contexto das lutas entre agricultores e empresas mineradoras na região. Nessa perspectiva, buscamos analisar a luz da historiografia regional as diferentes trajetórias de movimentos de agricultores, bem como suas ligações com o Movimento Içarense pela Vida. Dentro desse capítulo, apontamos para algumas considerações sobre a exploração de carvão no sul de Santa Catarina, assim como a exploração de carvão no município de Içara entre as décadas de 1940 a 1980.

No segundo capítulo – *No Percurso do Conflito: A Construção de Um Movimento Social* – buscamos compreender a formação do Movimento Içarense pela Vida através das narrativas dos agricultores, de Santa Cruz e Esperança. Dentro dessas narrativas, apresentamos consi-

⁵¹ LUCA, Tânia R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p.111.

derações sobre a formação das *memórias* do movimento, as relações dos agricultores com a terra, os princípios que norteiam e sustentam suas críticas, contra instalação da mina, alicerçados em suas próprias trajetórias de vida. Nesse capítulo, também apontamos para o caso de Dona Sirlei Baldissera, que como presidente de bairro – Esperança – e catequista da comunidade, apresenta suas impressões e ações dentro do Movimento Içarense pela Vida, nos ajudando a compreender dentro desse processo histórico, a sua atuação como líder e como agricultora dentro do movimento. Nesse sentido, apresentamos o quadro de narrativas, agricultores e agricultoras que ajudaram a construir o Movimento Içarense pela Vida, estabelecendo alguns apontamentos das representações da formação da crítica ambiental dos mesmos.

No terceiro capítulo, – *Pela Água, Pela Vida: Representações Sociais na Crítica Ambiental* – apresentamos alguns apontamentos sobre as representações ambientais em torno à água, do acesso às informações contidas nas primeiras audiências públicas. Buscamos refletir como se procede as relações entre o conhecimento “prático” desses agricultores e o conhecimento dito “científico” contidos no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Essas relações são estabelecidas por parte dos agricultores através da apropriação e da utilização dos mesmos como argumentos para crítica do projeto mina Esplanada. Ainda nesse capítulo, apontamos para algumas representações associadas a localidades de cidades vizinhas atingidas pela exploração de carvão. As percepções em relação a agricultores moradores destas regiões que tiveram o solo de suas terras contaminado pela mineração do carvão.



CAPÍTULO I – CONFLITOS E RESISTÊNCIAS: MARCAS NA HISTÓRIA

Neste capítulo, buscamos enfatizar os conflitos ambientais ocorridos entre agricultores e empresas de mineração de carvão no sul de Santa Catarina. Através de uma construção histórica que possibilite uma análise do contexto em que os conflitos acontecem. Nesse contexto, buscamos uma delimitação, em que pesa as ações de tais movimentos sociais na defesa do meio ambiente. As pautas, as reivindicações e as resistências em comum desses movimentos sociais se constroem dentro de uma história sobre conflitos ambientais muito peculiares e particulares da região e que a marcam de maneira muito atenuante nestes últimos 30 anos. Nesse sentido, os movimentos sociais que se formam colocam em marcha um conjunto de interesses que não se restringem a simples defesa de suas propriedades. Esses interesses extrapolam esta ideia, na medida em que estes agricultores passam a colocar como pauta principal a defesa do meio ambiente. Essa luta não se restringe mais a apenas agricultores mas ganha contornos sociais mais amplos – pela defesa da água, do ar e da vida.

A análise desse contexto se ocupa também da construção histórica em torno do carvão, delineando alguns aspectos referentes às suas funções no âmbito econômico. Assim, é importante situarmos esses conflitos dentro da própria história da exploração do carvão, discutindo como esse recurso mineral interfere na própria história das relações sociais da região. As discussões em torno dos conflitos – de Santa Cruz e Esperança – remetem a própria história do carvão, pois sempre se evoca o passado para justificar este ou aquele ponto de vista. O carvão como um objeto social trouxe muita riqueza, desenvolvimento, exploração e degradação, de acordo com cada relação estabelecida.

UMA HISTÓRIA SOBRE OS CONFLITOS ENVOLVENDO MINERADORAS E AGRICULTORES

Podemos ver os movimentos ambientalistas como construções históricas conectadas a um conjunto de movimentos sociais com os mais variados objetivos. A incorporação dos problemas ambientais contribuiu para abrir e ampliar o espaço de participação da sociedade civil nos processos de decisão política em geral, ao mesmo tempo foi tornando os

conflitos sociais mais complexos e fragmentados⁵². Assistimos, principalmente ao longo da última década, a um processo de institucionalização da questão ambiental. Isso significa que os temas ambientais passam a estar sujeito às restrições impostas pela racionalidade administrativa do Estado, onde imperam as soluções pragmáticas e técnicas. O que coloca em questão uma variável de forças que entram em conflitos, negociações, resistências e consentimentos. O Estado entra teoricamente como força mediadora institucionalizada e cria condições restritivas ou legalistas para que outras organizações como empresas privadas, ou movimentos sociais possam atuar.

Uma primeira referência nesse sentido é a de que houve muitos conflitos entre proprietários de terras e mineradoras em escala regional nos últimos anos. Muitos proprietários de terras agrícolas entendem que são donos dos minérios e da água que eventualmente existente no terreno, porém a constituição brasileira diz que o subsolo é do Estado, conforme diz a Constituição Federal no artigo 20, inciso IX, “os recursos minerais são bens da União, inclusive os do subsolo. A União explora tal recurso mediante autorização ou concessão, sendo assegurado ao proprietário do solo participação nos resultados da lavra”⁵³. Então, as mineradoras chegam com as outorgas para lavra, concedidas pelo Estado, e dependendo dos interesses e da situação do proprietário ocorrem as negociações, e em muitos casos há resistências e conflitos. O minério e o tipo de exploração pretendida pelas empresas de mineração correspondem ao principal motivo dos conflitos. No caso específico de nossa pesquisa, que se delineaia pela região sul de Santa Catarina, a exploração do carvão agrega, na sua representação, a condição de atividade industrial degradante ao meio ambiente. Parte desses conflitos, como se pode observar vai parar na Justiça. As características que possibilitaram a existência dos conflitos nas localidades de Santa Cruz e Esperança no município de Içara estão inseridas dentro desse contexto, que se entrecruza entre a racionalidade do Estado e a vontade das empresas privadas.

Esperança e Santa Cruz não são casos isolados na região carbonífera, esses tipos de conflitos entre agricultores e empresas de mineração ocorreram também em outros municípios da região carbonífera desde o início da década de 1980. Segundo levantamentos realizados por Frei-

⁵² ASCELRAD Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2004.

⁵³ BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF : Senado, 1988.

tas⁵⁴ muitos outros conflitos e manifestações contra empresas mineradoras ocorreram, porém tiveram características singulares e intensidades muito variáveis. Cada movimento apresentou estratégias próprias para conquistar seus objetivos. Articularam dentro de seu campo de possibilidades suas representações e suas práticas sociais. De muitas maneiras, os atores desses conflitos ambientais resistiram, negociaram, ganharam ou cederam em suas reivindicações de acordo com cada situação.

Sendo tradicionalmente a agricultura uma das principais atividades produtivas em Santa Catarina, as operações inadequadas e de baixa tecnologia das minas de carvão, historicamente têm trazido sérios danos ao meio ambiente e a vida dos moradores circunvizinhos. Dessa forma, podemos encontrar uma série de problemas, tais como alterações ambientais, geração de áreas degradadas e doenças, decorrentes da extração do carvão. Nessa ótica, percebemos que a atividade de mineração do carvão traz imbricada em si um grande potencial de gerar conflitos, envolvendo diferentes atores sociais, seja em torno do uso do solo, seja em torno da distribuição dos prejuízos decorrentes da exploração do recurso natural em questão.

Na pesquisa de Cleusa Crepaldi⁵⁵, sobre o monitoramento ambiental da mina do Trevo, pertencente à Indústria Carbonífera Rio Deserto Ltda., podemos ter acesso a um pequeno levantamento do histórico do movimento de agricultores contra instalação do empreendimento minerador na localidade de rio Albina. Apesar de esse não ser o foco principal de sua pesquisa, podemos construir um pouco dessa história, percebendo o quanto a resistência desses agricultores foi importante. Através das mobilizações foi possível colocar em pauta a contaminação do solo, da água e do ar pelo carvão. Na década de 1980 e no início dos anos de 1990, o direito a exploração da área pertencia à Carbonífera Treviso.

A luta para a preservação ambiental da área da Mina do Trevo teve início em 10 de abril de 1985, após a realização de uma missa rezada pelo padre Pedro Damásio, na matriz Nossa Senhora Aparecida de Siderópolis, em memória dos 31 mineiros mortos em uma explosão no subsolo de uma mina na região carbonífera. Os moradores das comunidades se reuniram com o padre na porta da igreja, e o Movimento Ecológico de Siderópolis (MES) deu apoio para iniciar um movimento contra a abertura de novas minas por causa da poluição e insegurança. O então

⁵⁴ FREITAS, Elisabeth Borges. O Movimento Popular de Rio Albina (Siderópolis). **Monografia (Especialização) em Educação Ambiental**. Santa Rosa do Sul, UFSC-EAFS, 1998.

⁵⁵ CREPALDI, Cleusa. Análise de Parâmetros do Monitoramento Ambiental da Mina do Trevo - Siderópolis, SC. **Dissertação de (Mestrado) Pós-Graduação em Engenharia Mineral**. São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2003.

presidente do Sindicato dos Mineiros, Arlindo Barzan, mostrou-se solidário e ofereceu o advogado do Sindicato para ajudar os agricultores. Logo foi contatado com o Dr. Alfredo Gava, que trouxe a Dra Albertina Rosso para ajudá-lo na batalha, e começaram a fazer reuniões nas comunidades de Rio Albina, Montanhão e Alto Rio Maina, que já estavam com problemas de abastecimento da água devido à poluição das vertentes de água causadas pelas minas. A partir daí, foram feitos protestos e passeatas contra a abertura da Mina Beluno pela Carbonífera Treviso na localidade de Rio Albina. A maior preocupação dos agricultores era preservar a água e as terras, conforme panfletos distribuídos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Siderópolis e da comissão de defesa dos agricultores de rio Albina que diziam:

A exploração selvagem da natureza e do carvão virou de pernas pro ar nosso município. O último pedacinho de terra não atingido pela violência da extração de carvão é Rio Albina. Ali existe um rio com água pura e terra boa para plantação. A terra boa sustenta o homem milhares de anos; o carvão é tirado uma só vez e cria desgraças para sempre. Chega de pirita!!! Lute, lute... até a morte⁵⁶.

A extração de carvão realizada pela Carbonífera Treviso era a céu aberto. A autora narra que em 1986 a comunidade de Rio Albina se reuniu com o então prefeito de Siderópolis, Dilnei Rossa, além de outras autoridades e de comunidades vizinhas para discutir a abertura da mina Beluno porque tinham certeza que, além da poluição ambiental, seriam afetadas as fontes de água, tornando as terras improdutivas. Entendiam que era mais importante produzir alimentos do que extrair carvão sem critérios e desrespeitando leis, 40% das águas que abasteciam o município eram do rio Albina e estaria comprometido⁵⁷.

Crepaldi através da ata de reunião do movimento descreve que o movimento contava com o apoio da Pastoral da Terra, representada pelo então coordenador, o padre Domingos Dorigon, a movimentação popular tomou contornos definitivos, quando os agricultores mais organizados repudiavam terminantemente a implantação da unidade mineira, que, no seu entender, iria poluir o único manancial hídrico ainda preservado na região⁵⁸. Nesse sentido, podemos apontar uma característica

⁵⁶ CREPALDI, Cleusa. Op. Cit. p. 42.

⁵⁷ Ibidem, p. 40.

⁵⁸ Ibidem, p. 41.

peculiar à década de 1980, que consiste na forte presença de Igreja Católica nos movimentos chamados de populares, em que a atuação política de alguns sacerdotes ocorria através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Essas comunidades ganham força na América Latina, nas décadas de 1970 e 1980, sob a influência do Concílio Vaticano II, ocorrido entre os anos de 1962 a 1965.

Segundo ainda Crepaldi, em 27 de setembro de 1986, representantes da Carbonífera Treviso se reuniram com a comissão dos agricultores para discutir a implantação da mina. A empresa garantiu que não provocaria a devastação ambiental e solicitou autorização aos proprietários para realizar sondagens a fim de verificar a profundidade e quantidade da reserva. Os agricultores, através de seu líder, Luiz Crepaldi, informaram que não autorizavam a sondagem, e a empresa argumentou que, se não houvesse concordância pacífica para a realização dos trabalhos às atividades, seria efetuada por força da lei, e assim fizeram. Logo a comissão em defesa dos agricultores organizou uma passeata, em 8 de agosto de 1986, na qual levaram suas ferramentas e equipamentos de trabalhos como: tratores, carros de bois, foices, enxadas, dentre outros. Levaram ainda o produto da colheita para mostrar o produto rico que colhiam para alimentar o povo faminto⁵⁹. Segundo a autora, no panfleto de chamada diziam:

Agricultor em marcha sobre Siderópolis. Comunidade de Siderópolis é hora de pensarmos no deserto negro que foi formado pela mineração. A abertura de mais uma mina significa poluição, falta d'água, devastação atmosférica e destruição da vida vegetativa. Queremos nossas águas limpas e as nossas terras verdes⁶⁰.

De acordo com o que ainda consta desse levantamento, os agricultores enviaram ofício a várias entidades estaduais e federais solicitando apoio. Em resposta, o então presidente Sr. José Sarney enviou telegrama à comissão de agricultores em 11 de setembro de 1986 dizendo que o assunto havia sido encaminhado ao Ministério das Minas e Energia. Uma missa rezada pelo bispo Dom Osório Weber em 16 de dezembro 1986 marcou mais uma manifestação dos agricultores, onde foi entregue um abaixo-assinado contendo 1.029 assinaturas. A empresa, de posse do alvará, em 17 de dezembro 1986, solicitou parecer da

⁵⁹ CREPALDI, Cleusa. Op. Cit. p. 42.

⁶⁰ Ibidem., p.43.

FATMA para conceder a licença. A entidade informou que, se não houvesse condições de explorar o minério, não iria conceder a licença. Em 17 de fevereiro 1987, os agricultores ocuparam as instalações do Fórum local para reivindicar a realização de uma perícia na localidade, como parte da contestação contra a Carbonífera Treviso, uma vez que a juíza Janice Goulart designou um engenheiro civil para efetuar uma perícia na região a fim de avaliar quais os danos que causaria às propriedades, à agricultura, ao meio ambiente e às reservas de água naquela área.

Em seguida, os agricultores foram ouvidos pelo juiz Dr. Carlos Alberto Della Giustina, que demonstrou sensibilidade com o problema e decidiu acolher o pleito e designar uma equipe de técnicos com diferentes formações profissionais para identificar precisamente os danos. O Ministério Público em 1987 interveio no confronto entre os agricultores e a Carbonífera Treviso com a pretensão de preservar uma das últimas áreas verdes ainda preservadas no município. Solicitou num prazo de 45 dias ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente (FATMA) e a Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN) um levantamento técnico através da elaboração de laudos e pareceres sobre todas as reservas naturais do rio Albina, inclusive de carvão mineral, escudado pela Lei Federal 7.347, sancionada em julho de 1985 pelo presidente José Sarney⁶¹.

Em 1993, a Companhia Carbonífera de Urussanga (CCU) firmou contrato da área de lavra com a Carbonífera Treviso e começou a se movimentar para a abertura da mina na comunidade de Rio Expatrimônio, por ser mais próximo das instalações da Mina São Geraldo, de sua propriedade, que estava no final de sua lavra e poderiam ser utilizadas as mesmas instalações para beneficiamento e apoio. Com a movimentação da Companhia Carbonífera de Urussanga para a abertura da mina, em 1994, a Pastoral Ecológica da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Siderópolis inteirou-se do fato pela inquietude das comunidades e convocou autoridades, organismos, empresa mineradora e comunidade para esclarecimento e a tomada de uma resolução comunitária em benefício de todos. As comunidades decidiram impedir a mineração do solo e do subsolo, por ser a única área verde que ainda existia nos limites urbanos de Siderópolis, e entraram com uma ação civil pública em esfera Federal e Estadual. Na área, existiam três represas de água que abasteciam as comunidades vizinhas. A comunidade elaborou abaixo-assinado com 800 assinaturas, para não permitir a mineração da área

⁶¹ CREPALDI, Cleusa. Op. Cit., p.45.

compreendida nas localidades de Rio Ex-Patrimônio, Alto Rio Maina, Santa Luzia, São Martinho e Rio Albina e enviou ao Centro das Promotorias da Coletividade de Criciúma (CPC) pedindo providências. Logo o promotor ingressou com uma ação civil pública com o objetivo de solicitar uma liminar impedindo o começo da mineração pela Companhia Carbonífera de Urussanga (CCU) e aos órgãos fiscais que só seria concedida a autorização se a empresa cumprisse integralmente todos os requisitos técnicos. Logo a empresa comunicou que não pretendia começar qualquer atividade de mineração sem a aprovação da FATMA, a fim de praticar as normas de preservação. A partir daí, a empresa iniciou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e conseqüentemente o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA). O maior medo da comunidade era de que, se fosse aberta alguma mina para explorar carvão na área, os recursos hídricos se esgotassem, desaparecesse ou ficassem impróprios para o consumo. Eles temiam ainda que os efeitos fossem prejudiciais ao solo, uma vez que grande parte das famílias vivia da agricultura⁶².

A FATMA em 1997 concedeu a liberação ambiental prévia para a abertura da Mina do Trevo pertencente à Indústria Carbonífera Rio Deserto Ltda., uma vez que a Companhia Carbonífera de Urussanga - CCU, pertencente ao mesmo grupo empresarial, havia encerrado suas atividades. A licença continha algumas restrições para uso da área desmembrada, dentre elas o plano anual de lavra aprovado pelo DNPM, documento da prefeitura acordando sobre o uso do solo no município, com elaboração de programas e projetos complementares e a exigência do cumprimento de outros 15 itens, entre eles programas específicos para o beneficiamento de carvão, depósitos de rejeitos, transporte do carvão, controle de erosão, de emissões atmosféricas, entre outros.

Em 1999, são emitidas as Licenças Ambientais de Instalação (LAI) para as atividades de extração de carvão mineral, beneficiamento, transporte e depósito dos rejeitos e a Licença Ambiental de Operação (LAO) pela FATMA, com cronograma para a execução das obras e exigências, no aprimoramento dos estudos e monitoramento ambiental da área.

A partir de 2001, a FATMA concedeu a licença de operação com liberação parcial da lavra nas áreas das nascentes, a área de Preservação Ambiental com restrições dependendo das falhas, conforme especificados no relatório emitido pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas – IPH da UFRGS⁶³. Apesar de todos esses anos de conflitos, o carvão pode ser

⁶² CREPALDI, Cleusa. Op. Cit., p.47.

⁶³ Ibidem., p.50.

explorado na região, e coincidentemente através da Carbonífera Rio Deserto, a mesma em conflito com os agricultores de Santa Cruz e Esperança no município de Içara.

Através das pesquisas realizadas por Freitas⁶⁴, podemos verificar que paralelamente ocorreu em 1988 também um conflito entre agricultores contra a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que tentou explorar carvão na localidade de Montanhão, no município de Siderópolis, desencadeando forte resistência dos moradores locais, no que resultou na inviabilização do projeto de mineração. Em 1994, na mesma região, outra empresa, dessa vez a Carbonífera Belluno Ltda., resolve abrir outra mina denominada Mina Encosta da Malha, a qual é proibida de explorar carvão através da mobilização de cerca de 200 agricultores que pressionaram a Câmara de Vereadores do município de Siderópolis, fazendo com que a localidade fosse transformada em área de proteção ambiental permanente. Para garantir a proibição da exploração de carvão na área de proteção ambiental, a comunidade de Montanhão no município de Siderópolis, conseguiu um abaixo-assinado com 400 assinaturas. Nesse mesmo período, a Carbonífera Belluno conseguiu liminar favorável à mineração na região, o que ocasionou vários protestos com passeatas, distribuição de panfletos explicativos, passeatas no centro da cidade com tratores, envolvendo também as comunidades de São Martinho, Santa Luzia, Rio Ex-Patrimônio e contando com a presença de entidades como a Pastoral Ecológica, Sindicato Rural e departamento de meio-ambiente da prefeitura de Siderópolis. Um dos principais argumentos dos agricultores envolvidos no movimento era a preservação do rio Kuntz que abastecia o município na época.

No município de Urussanga, foi criada em 1995 a Associação Comunitária do Alto e Rio Molha (ACRIMO), que conquistou junto às esferas públicas projetos contra assoreamentos do Rio Molha, assim como ações que previam a recuperação de áreas degradadas pela mineração. A ACRIMO pelo seu perfil de atuação se tornou um forte movimento de cunho social contra projetos de abertura de novas minas em Urussanga⁶⁵. Nesse sentido, a associação incentivou a organização e criação do Seminário Municipal sobre Associativismo Comunitário, com a participação da – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão de Santa Catarina (EPAGRI), prefeitura municipal de Urussanga e da Paróquia Nossa Senhora da Conceição.

⁶⁴ FREITAS, Elisabeth Borges. Op. Cit., p. 24.

⁶⁵ Ibidem, p.26.

Outro município em que ocorreram registros de conflitos entre agricultores e empresa de mineração foi Criciúma. Em 1996, nas localidades de Morro Albino e Morro Estevão os agricultores conseguiram pressionar a Câmara de Vereadores do município e tornar a localidade em uma Área de Proteção Ambiental (APA)⁶⁶. Conforme Francisco José Barretto da Silva⁶⁷, dentre estes atores sociais, destaca-se a participação do grupo social, composto por moradores locais, e identificado como Movimento de Defesa do Morro Estevão e Morro Albino. Consolidada a implantação da Área de Proteção Ambiental (APA), onde se manteve o veto por parte da Câmara de Vereadores de Criciúma quanto à instalação das minas de carvão no subsolo desta região. A comunidade local ainda passou a viver conflitos em relação aos princípios ambientalistas de variadas perspectivas, por eles mesmos difundidos na fase inicial do processo, e que dizem respeito ao planejamento do uso e da ocupação do lugar.

Nesse estudo, é importante perceber que, apesar da empresa de mineração não ter se instalado na região, não impediu que outros conflitos se deslindassem dentro do próprio âmbito do Movimento e Defesa do Morro Estevão e Morro Albino. Não só os agricultores mas outras pessoas se envolveram no processo, como os residentes de áreas urbanas próximas, os agentes a serviço das políticas públicas do município e as empresas e indústrias. Segundo Francisco José Barretto da Silva⁶⁸, muitos interesses para ocupação do lugar revelaram-se conflitantes com as intenções reiteradamente manifestadas pelos habitantes locais em expandir a área urbana. Nesse caso, os órgãos municipais entram diretamente em conflito com os moradores dessa região por fazer prevalecer à legislação que não permite derrubada de mata na Área de Proteção Ambiental (APA) do município. O interesse pela instalação de empresas industriais em virtude de vantagens ocasionais, como a própria disponibilidade de uso da água das nascentes ou pela proximidade de outras instalações industriais e equipamentos urbanos presentes também tem gerado conflitos, pois muitos ambientalistas têm se manifestado contra ao crescimento industrial em torno da APA. Porém atualmente, segundo Silva⁶⁹, esse amplo parque industrial regional que se formou na periferia da Área de Proteção Ambiental (APA) do Morro Estevão e Morro Albi-

⁶⁶ FREITAS, Elisabeth Borges. Op. Cit., p.24.

⁶⁷ SILVA, Francisco José Barretto da. Conflitos de uso em Área de Proteção Ambiental: água, mineração e agricultura. **Tese (Doutorado) de Pós-Graduação em Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Florianópolis: UFSC, 2001, p.5.

⁶⁸ Ibidem., p. 7.

⁶⁹ Ibidem.

no, vem representando um importante defensor dos recursos hídricos locais e na adesão ao grupo de apoio contrário à mineração de carvão.

Nessa abordagem sobre os conflitos envolvendo Movimento de Defesa do Morro Estevão e Morro Albino em sua gama de sujeitos, ou nos vários outros movimentos em defesa pela terra, pela água, pela agricultura, compreendemos existir uma rede de conflitos complexa, que se entrecruza espacial e historicamente em várias partes da região carbonífera, em especial na defesa do meio ambiente.

O estudo desses conflitos impõe considerar não apenas os interesses envolvidos mas, sobretudo, o processo de mobilização de cada grupo no controle coletivo sobre os recursos necessários à sua ação. Para agir politicamente, cada grupo precisou se organizar e gerar redes de interdependência que, segundo podemos constatar nessas pesquisas, os resultados nem sempre foram os esperados, mas que propiciaram uma maior reflexão sobre os conflitos relacionados a extração de carvão e a sociedade integrante.

SANTA CRUZ E ESPERANÇA

No decorrer do período pesquisado entre os anos de 2003 a 2009, o Movimento Içarense pela Vida ganhou força, organizou-se, realizou mobilizações de resistência e trabalhou de forma contínua para a adesão de outras esferas da sociedade para a sua causa. Cabe ressaltar, que a partir de janeiro de 2009, foram iniciadas as obras de instalação da Mina 101, na localidade de Santa Cruz, nas proximidades da Rodovia Federal BR-101, após o desenrolar de uma batalha judicial entre os moradores da região e a empresa Rio Deserto.

As batalhas no campo jurídico decorreram de ações que tinham como objetivo – por parte dos agricultores – aprovar leis que protegessem as suas áreas agrícolas da mineração de carvão, junto aos poderes legislativos, judiciário e executivo do município.

Através de manifestações, os agricultores de Santa Cruz e Esperança levaram a Câmara de Vereadores a aprovar em 8 de junho de 2004 a Lei 2019/2004 que criava Área de Proteção Ambiental (APA), no município de Içara, assinada então pelo prefeito municipal na época Júlio César Cechinel – , ficando assim impossibilitada naquele momento a mineração nas localidades de Santa Cruz e Esperança, pois a delimitação dessa área abrangia em sua quase totalidade essas duas comunidades. Com a vitória obtida pelos agricultores de Santa Cruz e Esperança, podemos observar a atuação e a organização para no convencimento do poder legislativo municipal, que contou com a representação jurídica do

senhor Walternei Réus que atuou como advogado do Movimento Içarense Pela Vida.

É importante destacar que, alguns meses depois, o texto inicial da legislação foi alterado pela Lei 2.086/2004, promulgada pela maioria dos vereadores, – em 28 de dezembro de 2004 – permitindo assim a mineração na Área de Proteção Ambiental (APA) dentro do município de Içara. Os protestos dos agricultores começaram a influenciar cada vez menos nas decisões da maioria dos vereadores no município, que do dia para a noite passaram a defender os interesses da Carbonífera Rio Deserto. Com isso, foram intensificados os movimentos jurídicos envolvendo mineradores, agricultores e políticos da região. Durante uma das manifestações, parte da Câmara de Vereadores chegou a ser quebrada.

Nesse momento, os agricultores começaram a realizar reuniões semanais e a contar com o apoio da Câmara de Dirigentes Lojistas de Içara, de políticos, de alguns membros da Igreja Católica e de membros da sociedade civil em geral. Entre as Organizações Não-Governamentais Ambientalistas, podemos destacar ONG Sociedade Ecológica do Balneário Rincão (sede em Içara); ONG Sócios da Natureza (sede em Araranjá); Consciência Ecológica do Morro Albino - CEMEA (sede em Criciúma).

Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) foi firmada pelo Ministério Público, questionando o artigo 5º da Lei Municipal nº 2.086/04, de Içara, que permite atividades industriais em Áreas de Preservação Ambiental (APA) desde que as empresas apresentem licenças dos órgãos responsáveis. Porém esse dispositivo legal foi suspenso por decisão liminar do Pleno Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desde 17 de maio de 2006. Com isso, a implantação de uma mina para extração de carvão mineral com reflexos ecológicos diretos nas comunidades de Santa Cruz e Esperança ficava suspensa pelo menos até o julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). A Ação de Inconstitucionalidade (Adin) proposta pelo Ministério Público Estadual, teve o julgamento do mérito iniciado em 24 de setembro de 2007, quando a relatora, desembargadora Salete Sommariva, posicionou-se favorável à constitucionalidade da lei⁷⁰.

Em 2008, com o julgamento da ação de inconstitucionalidade da Lei Municipal 2.086/2004 no Pleno Tribunal de Justiça de Santa Catarina, os agricultores obtiveram sua derrota. O Pleno julgou improcedente

⁷⁰ **JORNAL A TRIBUNA.** Criciúma, 19/02/2008, sexta feira. Disponível em: <<http://www.atribunanet.com/home/site/ver/?id=65295>>. Acesso em: 12/12/2009.

a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), e a Carbonífera Rio Deserto pode iniciar suas obras na localidade de Santa Cruz – com a construção do pátio operacional da mina. O resultado final foi de 28 votos pela improcedência da Adin e 13 votos pela procedência. Cerca de mil pessoas, entre mineiros e agricultores, acompanharam a decisão em frente ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em Florianópolis.

Partindo da tentativa de adequar a lei às necessidades das comunidades, o movimento coletou cerca de cinco mil assinaturas em três dias, quando o regimento interno da Câmara de Vereadores de Içara exigia 1.800 assinaturas para a validação do projeto de iniciativa popular. No dia 17 de março de 2008, o projeto de iniciativa popular foi entregue nas mãos do presidente da Câmara de Vereadores, Caetano Pedro Costa, que depois de analisar junto aos demais vereadores, arquivou o projeto. Em 15 de maio de 2008, em mais uma manifestação, agricultores com mais de 240 tratores e cerca de 800 pessoas, fecharam as principais vias da região central de Içara, chamando a atenção de grande parte da mídia e da opinião pública da região carbonífera, com o apoio dos comerciantes locais⁷¹. Cerca de 200 lojistas do comércio fecharam as portas por volta das 17h em apoio ao grupo. Segundo o presidente da CDL, Jader Ednei de Souza, nos informa: “Há quatro anos, a CDL já declarou apoio total aos agricultores e achamos que seria justo pararmos as atividades em solidariedade”⁷². É importante ressaltar que o município possui o seu próprio órgão ambiental, a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Içara (FUNDAI). Segundo o presidente da Fundai, em 2008, Ricardo Lino, apesar da carbonífera possuir autorização judicial, a instalação da mina, por ser em uma APA, precisa do aval do órgão ambiental municipal. Nesse caso, a empresa precisa solicitar, também, o licenciamento ambiental junto à Fundai. “Nosso parecer é de que é necessária anuência do órgão gestor da APA, conforme a legislação municipal de criação da área de preservação e que, neste caso, é o órgão municipal”⁷³. Porém, essa autarquia municipal tem se mostrado bastante frágil em relação às licenças ambientais emitidas pela Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA), e das decisões judiciais em relação a Carbonífera Rio Deserto.

⁷¹ **JORNAL A TRIBUNA**. Criciúma, 19/03/2008, sexta feira. Disponível em: <<http://www.atribunanet.com/home/site/ver/?id=66944>>. Acesso em: 12/12/2009.

⁷² **JORNAL A TRIBUNA**. Criciúma, 19/03/2008, sexta feira. Disponível em: <<http://www.atribunanet.com/home/site/ver/?id=66944>>. Acesso em: 12/12/2009.

⁷³ **JORNAL A TRIBUNA**. Criciúma, 11/03/2008, sexta feira. Disponível em: <<http://www.atribunanet.com/home/site/ver/?id=66542>>. Acesso em: 12/12/2009.

Para garantir a implantação da Mina 101, a empresa Rio Deserto – depois dos agricultores terem ateado fogo na casinha de obras no pátio operacional na Mina 101 – entrou com uma ação de interdito proibitório contra o ambientalista Gilmar Axé e um dos principais líderes dos agricultores Nico Matiola, com a finalidade que se abstenham de algum ato que possa dificultar a posse da mineradora. Pela decisão do juiz, caso a empresa seja impedida de chegar ao seu terreno, o agricultor Nico Matiola e o ambientalista içarense Gilmar Axé seriam multados em R\$ 1 mil por dia. O interdito proibitório é uma ação jurídica relacionada a situações nas quais o direito de posse ou de propriedade está sendo ameaçado e está previsto no artigo 1.210 do Código Civil. Está no Código Civil desde o início do século 20, e já foi muito utilizado por latifundiários para evitar ocupação de terras e por empresários para debelar greves de ocupação, quando os funcionários se mantinham dentro da empresa. Dos anos 1990 para cá, tem sido usado indevidamente por empresas para inviabilizar os movimentos grevistas clássicos e as próprias entidades sindicais⁷⁴. Para os agricultores, essa ação foi uma forma de cesura que tinha o objetivo de fazer calar o Movimento Içarense pela Vida, perante os meios de comunicação, pois na maioria das vezes esses dois cidadãos se faziam de porta-vozes do movimento.

Ainda sobre os efeitos dessa derrota, os agricultores continuam suas manifestações. Em 2009, ocorreram muitas reuniões e contestações em relação à exploração de carvão no município. Esse recorte temporal escolhido – entre os anos de 2003 a 2009 – não se pretende determinar o início e o fim do movimento social estudado, mas ele pode nos ajudar a entender os elementos que constroem a história do Movimento Içarense pela Vida, principalmente de como esses agricultores veem esse processo histórico.

Podemos apontar para uma convergência de algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs) - de caráter ambiental – da região para a luta em prol ao Movimento Içarense Pela Vida. Nesse caso, o Movimento Içarense Pela Vida emerge em meio à força de movimentos que se consolidaram a partir da década de 1980 e 1990, e que na década que segue o ano 2000, se vem compelidos a atuar no momento em que as questões ambientais se tornaram a pauta do dia. Esse quadro a qual nos referimos mostra as peculiaridades do Movimento Içarense Pela Vida, em relação aos demais movimentos vistos anteriormente, pois

⁷⁴ Querem nos calar! Interdito proibitório não. Ninguém pode tirar nossos direitos! Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região. Disponível em: <<http://www.mgiora.com.br/interditoproibitorionao/oque.htm>>. Acesso em: 12/12/2009.

situa como principal estratégia de luta a convergências de outras entidades em torno da causa, formando assim uma forte bandeira perante a opinião pública. Nesse sentido, o Movimento Içarense Pela Vida passa da esfera local – no caso, dentro do município de Içara – para se tornar um movimento regional, envolvendo não só outros municípios do sul de Santa Catarina mas transportando o debate para a esfera nacional.

O CARVÃO NO SUL DE SANTA CATARINA

O carvão inicia como turfa a qual consiste de camadas fracamente consolidadas de varias misturas de plantas e matéria mineral. A turfa se acumula em terras úmidas (*wetlands*) denominadas de “pântanos de turfa”. Os pântanos formadores da turfa precisam ter condições apropriadas para o acúmulo de turfa, tais como umidade abundante, um estável e lento afundamento da superfície e proteção contra forças de erosão rápidas tais como a ação de rios e de ondas do mar. Com o passar de milhões de anos, o soterramento, a compressão por sedimentos inorgânicos sobrejacentes e os efeitos do aquecimento (devido à profundidade da terra ou proximidade de fontes vulcânicas) transformam a turfa em carvão. O carvão resultante é uma rocha sedimentar extremamente complexa, predominantemente orgânica e geralmente bem estratificada. Para ser classificada como carvão, a rocha precisa conter menos de 50% de matéria mineral (cinzas). Se a rocha tem teores entre 30-50% de matéria mineral, ela é classificada como um carvão impuro⁷⁵.

Historicamente, o carvão brasileiro foi descoberto em Santa Catarina, em 1827, na localidade de Guatá, município de Lauro Müller nos dias atuais. Em 1861, o Visconde de Barbacena obteve a concessão do Governo Imperial para explorar as jazidas de carvão, com financiamento de uma empresa inglesa, construindo-se uma ferrovia ligando Lauro Müller ao porto de Laguna. Como o carvão catarinense era considerado de baixa qualidade, sua exploração deixou de despertar interesse para os ingleses, obrigando o Governo Federal a repassar a concessão para indústrias cariocas, destacando-se inicialmente empresários como Henrique Lage, Álvaro Catão e Sebastião Neto.

A ferrovia foi construída de 1880 a 1884 e ligada às minas do Passa Dois (nome anterior a Lauro Müller) aos portos de Laguna e Imbituba. Porém, a ferrovia começou a apresentar *déficits* constantes e as reservas de carvão começaram a revelar a sua baixa qualidade. Com

⁷⁵ BRANCO, Pércio de Moraes. **Dicionário de Mineralogia e Geomorfologia**. São Paulo: editora oficina de textos, 2008.

isso, os ingleses abandonaram a Companhia e ficaram gerenciando a ferrovia até 1902, quando foi adquirida pelo Governo Federal⁷⁶.

No Rio Grande do Sul, o inglês James Johnson, por solicitação do presidente provincial Luiz Vieira Sinimbu, realiza sondagens e redescobre o carvão em Arroio dos Ratos e abre uma mina que começa a produzir carvão em 1855. O carvão era transportado em vagonetas puxadas por burro e embarcado em Porto Alegre. A mineração de carvão nas localidades de Candiota e Hulha Negra, no sudoeste do estado, datam de 1863 e tinha, inicialmente, como principal mercado as fábricas e as charqueadas da região. O carvão era garimpado em minas de encosta e às margens dos cursos de água.

Em 1904, o Governo Brasileiro criou a Comissão do Carvão com o objetivo de avaliar a potencialidade das ocorrências de carvão do sul do Brasil. Nesse mesmo ano, o Ministro da Indústria, Dr. Lauro Müller, nomeou o geólogo americano Dr. Israel C. White como chefe da Comissão do Carvão. White e sua equipe desenvolveram trabalhos em Santa Catarina no período de 1904 a 1906. Com o advento da Primeira Guerra Mundial, o carvão nacional assistiu a seu primeiro grande índice de produção, época em que foram ampliados os ramais ferroviários e inauguradas novas empresas de mineração, tais como a Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá - CBCA, Companhia Carbonífera Urussanga - CCU, Companhia Carbonífera Próspera, Companhia Carbonífera Ítalo-Brasileira e a Companhia Nacional Barro Branco.

Em 1910, o governo concedeu os privilégios de ferrovia para o Sindicato Farquhar, que se comprometeu em realizar uma série de obras. Como as obras não foram executadas, o governo passou a concessão para a Companhia Brasileira de Carbonífera de Araranguá, do empresário carioca Henrique Lage⁷⁷. Até 1917, ano que efetivamente começou a exploração racional de carvão em Santa Catarina, a ferrovia servia mais como transporte de pessoas e mercadorias. Com descoberta de carvão em Criciúma e as novas exigências da demanda nacional por carvão, a ferrovia foi estendida até Criciúma, 1919; Urussanga, 1923; e Araranguá, 1927. Nos anos de 1940, chegaram até a cidade de Siderópolis as minas da Companhia Siderúrgica Nacional, numa extensão total de 240 km.

⁷⁶ GOULARTI FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

⁷⁷ ZUMBLICK, Walter. **Teresa Cristina: a ferrovia do carvão**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

O segundo momento de alta produtividade do carvão veio ocorrer no Governo Getúlio Vargas, com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN em 1946, e com o decreto determinando a utilização de 20% de carvão nacional em sua operação, na composição do coque. Seguiu-se a construção das termoelétricas de Candiota - RS e Jorge Lacerda - SC, que impulsionaram o consumo do carvão. A Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina foi encampada em 1940 pelo Governo Federal que a transferiu para a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), em 1957. Após a expansão para Siderópolis, a ferrovia não teve mais nenhum plano de expansão. Pelo contrário, em 1969 foi retirado o ramal de Araranguá e, em 1973, após uma longa disputa com Imbituba, os trilhos foram retirados de Laguna⁷⁸. O transporte de passageiro foi desativado no final dos anos de 1960, passando a ferrovia a operar somente com o transporte do carvão. Até 1946, o trajeto do carvão partia das minas ao porto de Laguna e Imbituba, após a construção do Lavador de Capivari, o carvão fazia uma parada para ser beneficiado e seguia para o porto de Imbituba apenas o carvão metalúrgico para abastecer as siderúrgicas estatais no Sudeste. A ferrovia também transportou nos anos de 1980 o rejeito para ser aproveitado na Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), em Imbituba. Com a liberação da importação do carvão metalúrgico, em 1990, e a privatização do complexo Siderbrás, o porto de Imbituba deixou de escoar o carvão metalúrgico catarinense e o Lavador e a Indústria Carboquímica Catarinense (ICC) foram desativados. O ramal até Imbituba está em completo desuso sendo utilizado apenas o trecho ligando algumas minas até a Usina Termoelétrica Jorge Lacerda, em Capivari. Em 1997, a ferrovia foi concedida à iniciativa privada por um prazo de 30 anos e passou a denominar-se Ferrovia Teresa Cristina (FTC)⁷⁹.

Com a crise do Petróleo na década de 1970, novo impulso foi dado para o consumo do carvão nacional, tendo sido criado pelo Governo Federal, o Programa de Mobilização Energética - PME, visando conhecer mais detalhadamente as reservas de carvão nacional e incentivar seu uso. No início da década de 1990, o setor foi desregulamentado por decreto federal, mergulhando todo o setor sul-catarinense em uma profunda crise. Em Santa Catarina, uma nova fase de desenvolvimento da atividade carbonífera no sul do Estado se avizinha com a implantação de um parque térmico na região.

⁷⁸ ZUMBlick, Walter. Op. Cit.

⁷⁹ GOULARTI FILHO, Alcides (org.) Op. Cit.

Desde o início do século XIX, já se sabia da existência de carvão mineral na cabeceira do rio Tubarão no município de Laguna em Santa Catarina. Por várias vezes, a região foi visitada por naturalistas, engenheiros e geólogos na busca de mais informações sobre a qualidade do carvão e as condições de acesso e transportes.

Para Geraldo Milioli⁸⁰, a sociedade brasileira priorizou historicamente os aspectos econômicos imediatistas, em detrimento da qualidade ambiental, e por anos, o município de Criciúma e região foram explorados pelas mineradoras e a degradação das cidades atingiu tal magnitude que, por muito tempo, a região foi considerada a mais degradada ambientalmente em todo o país. Nesse sentido, a exploração de carvão da Bacia Carbonífera foi visivelmente a atividade econômica de maior impacto ambiental na região sul de Santa Catarina. Esse impacto, causado pelas mineradoras deixou visíveis marcas de degradação, as quais por um longo tempo estiveram incorporadas no dia-a-dia da população, que em benefício dos empregos gerados não se apercebiam ou simplesmente compreendiam esses impactos como um fato normal de uma cidade que apresentava um ligeiro crescimento.

O CARVÃO NO MUNICÍPIO DE IÇARA

A mineração de carvão já fez parte do passado do município de Içara, em duas localidades do município já houve a retirada do minério. A primeira localidade do município a ter carvão explorado em suas terras foi Rio Acima próximo às localidades de Santa Cruz e Esperança, porém hoje, na margem oposta da Rodovia Federal BR – 101. Essa exploração do minério de carvão começou por volta de 1938, de maneira bem rústica até 1942 o carvão era puxado com carro de boi até a caixa de embarque na localidade de Esplanada, pertencente ao mesmo município. Essa mina, que foi explorada a céu aberto, foi denominada mina de São João e com as mudanças das demarcações distritais na época, mudou-se o nome logo depois para mina São Sebastião e por último, mina Rio Carlota, cuja empreiteira era a carbonífera próspera de Criciúma⁸¹, a mineração na localidade de Rio Acima encerrou suas atividades em dezembro de 1960, que fez com que ocorresse uma queda populacional e a reorganização da economia entorno da agricultura na locali-

⁸⁰ MILIOLI, Geraldo. **Mineração do carvão e desenvolvimento sustentado no sul de Santa Catarina**: um estudo exploratório de percepção, valores e atitudes do meio ambiente num bairro do município de Criciúma. Criciúma: Luana, 1995.

⁸¹ MELLO, Elza Fernandes. **Içara: Nossa Terra, Nossa Gente**. Içara (SC): Gráfica Otomar, 2006, p. 139.

dade. Outra localidade do município que também conheceu a exploração de carvão em suas terras foi o Bairro Aurora – ou na sua denominação mais antiga e usual: mineração de Içara – que se tornou uma vila operária do distrito de Içara, que pertenceu até o início da década de 1960 a Criciúma, década também que a mina de carvão encerrou suas atividades. A mina pertencia a João Maccari que durante a década de 1940 conseguia o direito de minerar naquela localidade, em que era empreendendo das minas Barão do Rio Branco (Mineração Geral do Brasil)⁸². A mina Rio Branco foi a que mais explorou carvão no município de Içara até os dias atuais, com isso favoreceu o crescimento populacional, não só no Bairro Aurora, mas em outras localidades influenciadas pela migração causada pela desativação da mina na década de 1980.

Nesse contexto, a exploração de carvão já foi conhecida pelos habitantes do município em décadas passadas. E com muitas outras cidades do sul de Santa Catarina que tiveram sua economia pautada na exploração do carvão conheceram as mazelas da contaminação do minério em suas terras. Segundo o próprio Relatório de Impacto Ambiental do projeto mina Esperança, no município de Içara a extração de carvão de se operada durante a década de 1980. E o projeto da mina Esplanada pretende reiniciar a exploração do mineral renovando um “novo ciclo de produção” nas extensas reservas existentes no seu território, afirma ainda o relatório, sendo que durante muito tempo o município foi dependente do mineral para seu “desenvolvimento”, principalmente devido à facilidade de escoamento do produto pelo uso de sua malha ferroviária que “corta literalmente o município”⁸³. Como podemos observar no próprio Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da mina Esplanada, consta do discurso do “desenvolvimento” e do “novo ciclo econômico” que predominou em praticamente todas as fases da exploração de carvão na região e consequentemente no município de Içara.

O sucesso econômico das indústrias na região sul de Santa Catarina como principal vetor da prosperidade e felicidade de seus moradores, faz parte do tipo de representação que estas mesmas indústrias geram. Seja como forma de justificar novos empreendimentos ou como uma simples visão unilateral de que o eixo econômico da sociedade sustenta e incide diretamente no bem estar das pessoas. No caso da ferrovia Dona Tereza Cristina que corta o município, ela se tornou o símbolo de uma condição natural para a exploração de carvão nas terras

⁸² MELLO, Elza Fernandes. Op. Cit., p.64.

⁸³ VCS – ENGENHARIA CONSULTORIA LTDA. Mina Esplanada. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)**. Criciúma: Empresas Rio Deserto; 2002, p. 131.

içarenses, essa estrada de ferro que foi construída inicialmente para ligar o município de Criciúma a Tubarão. Juntamente com a construção da ferrovia, surgem no seu entorno as primeiras casas, originando um povoado denominado “Primeira Linha Sangão”, sendo o Km 47 a força catalisadora em relação à migração de outras regiões, formando o atual município de Içara.

Assim, para Elza de Mello Fernandes, “por mais de três décadas, a ferrovia foi a mais importante via de transporte, circulando toda produção do município”⁸⁴. As representações em torno da ferrovia Dona Tereza Cristina, no dizem a respeito de como determinados objetos ou recursos do passado podem ser apropriados e utilizados com novos sentidos ou, em nosso caso, para afirmar uma vocação “natural” do município de Içara. O que não podemos esquecer é que a atividade agrícola continuou a existir paralelamente com o surgimento da estrada de ferro, não só em Içara como em outros municípios. E isso ocorreu por todo o período em que o carvão foi explorado na região. Para Carlos Renato Carola, no início da colonização na região, já é possível perceber a formação no mesmo espaço físico de duas atividades que dependem da terra para sua sobrevivência:

De um lado, formaram-se os núcleos coloniais de imigrantes vindos da Europa, que desenvolveram a economia agrícola, a cultura e a tradicional paisagem rural, e também a ideologia da imigração. No mesmo espaço físico, desenvolveram-se a economia do carvão, iniciada com a construção da ferrovia Dona Tereza Cristina e a criação da primeira companhia de mineração ainda no final do século XIX, ambas inglesas⁸⁵

Nesse sentido, historicamente podemos perceber que a atividade de mineração de carvão conviveu lado a lado com a atividade agrícola. Vimos percebendo nesse caso que a construção da ideia de “vocação natural” da região para essa ou aquela atividade só tem sentido dentro da finalidade de atender aos interesses dos grupos empresariais voltados para exploração do carvão. As estações ferroviárias são os principais núcleos de atividades no percurso da ferrovia, agregando funções ao seu

⁸⁴ MELLO, Elza Fernandes, Op. Cit. p. 63-64.

⁸⁵ CAROLA, Carlos Renato. Modernização, Cultura e Ideologia do Carvão em Santa Catarina. In: Alcides Goularti Filho. (Org.). Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p.12.

torno, além daquelas específicas para o seu funcionamento. Na cidade de Içara, essa situação também se concretizou através da primeira estação de passageiros, construída em 1930 e localizada junto ao núcleo central da cidade.

Para Dorval do Nascimento⁸⁶, em torno da estação, paulatinamente foi construído um espaço, tipicamente ferroviário, vinculado às funções da ferrovia na cidade. Com isso Içara, e muitas outras localidades crescem populacionalmente em volta das áreas de mineração de carvão, enquanto a estrada de ferro Dona Tereza Cristina corta as áreas rurais dessas localidades. Com o advento do desenvolvimento econômico se transformaram em municípios que a partir da segunda metade do século XX sofreram uma intensa migração das áreas litorâneas para o interior, aonde se encontram as empresas mineradoras.

Pensamos que a questão da representação de uma determinada atividade econômica pode nos mostrar muito mais que uma simples disputa de interesses, mas procurar refletir sobre os significados que emanam dessas representações. No caso, apontamos para a construção desse mito do “desenvolvimento” e da vocação “natural” que damos ao município de Içara, dentro desse contexto de exploração de carvão.

⁸⁶ NASCIMENTO, Dorval do. **As Curvas do trem: a presença da estrada de ferro no sul de Santa Catarina**. Criciúma: UNESC, 2004.

CAPÍTULO II – NO PERCURSO DO CONFLITO: A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO SOCIAL

Os relatos utilizados aqui foram coletados no primeiro semestre de 2009, quando as obras estavam se iniciando, sendo que, apesar do desfecho jurídico do conflito, os agricultores entrevistados continuavam atuantes e muitos deles confiantes em paralisar a instalação do empreendimento minerador.

Neste capítulo, procuramos, através das memórias dos agricultores envolvidos, refletir sobre as construções culturais em relação a terra e de suas relações históricas com este espaço. As construções das memórias não se esgotam na constituição da identidade local, mas se ligam à própria condição de representação do coletivo – da identidade de cada indivíduo com o grupo, e do grupo para a sociedade em geral, firmando-se enquanto movimento social. As memórias reorganizam e significam o passado, a partir do presente em que se insere o conflito. O passado ganha contornos que atendem aos interesses imediatos, fortalecendo os laços de identidade, que ligam os agricultores ao espaço disputado – com relação à agricultura, com a família e com seus vizinhos.

Este capítulo também procura analisar o papel de atuação das mulheres dentro do conflito. Nesse sentido, através do uso da memória, identifica as possibilidades e as restrições das ações sociais dessas mulheres. Utilizamos nesta parte do nosso trabalho o relato de Dona Sirlei – liderança comunitária da localidade de Esperança – que possibilita a discussão das relações sociais, envolvendo as mulheres, dentro da esfera pública e privada. No caso de Dona Sirlei, o seu campo de atuação, não se restringe à esfera privada (familiar), ela extrapola, atuando na esfera pública, porém dentro de possibilidades e restrições que se impõem.

NAS DISPUTAS POR UM FUTURO: A COMPOSIÇÃO DE UM PASSADO

Dentro do debate, compreende-se a importância da análise das memórias dos agricultores, em contraponto com a memória oficial que tenta ter hegemonia na opinião pública da região carbonífera, a versão dos agricultores é também dada no campo da disputa entre as memórias – entre aquelas que tentam se estabelecer hegemonicamente na região, tendo grande parcela dos meios de comunicação nas mãos, e as memórias “periféricas” dos agricultores, que entendem que não possuem o mesmo espaço na sociedade para expressar suas posições, contra a insta-

lação da mineradora. Compreende-se o termo no sentido dado por Michel Pollak “memória em disputa”, quando os agricultores lembram as dificuldades e os esforços que tiveram para tornar o ambiente produtivo para o sustento de suas famílias, preservando o mesmo para utilização futura, que através dessas representações demonstram a necessidade de defender o seu espaço – “A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes”⁸⁷.

As memórias que antes estavam no silêncio agora têm a possibilidade de emergirem até o centro do conflito, no que diz respeito à sua própria sobrevivência enquanto agricultores donos do seu “pedaço de chão”. Com o conflito, ressurgiram memórias que estavam no silêncio, e que agora afloram e apontam para uma história viva e rica em detalhes:

[...] os pais deles que eram meus bisavós, vieram da Itália... vieram com seis a oito anos mais ou menos, e aí se formou a família Baldissera, meu pai era o João, e o outro irmão era Antônio, homem neh, e aí mulher tem mais, uma mora em Criciúma e a outra na Vila Nova, e aí isto aqui foi ficando para o meu pai, e foi ficando. Tá assim aqui, estou com 55 anos, e até hoje a gente ta morando na mesma localidade, e é por causa disso que a gente tem amor com a região, com a terra, vivendo aqui, tudo que a gente ganhou foi com a terra, foi trabalhando neh, foi trabalhando, tirando o sustento de casa, a gente casou, formou outra família neh, já está na quarta geração, e a luta continuando, e aí surgiu essa, este problema da mina aí, e a gente ta achando que vai prejudicar não mais a nós, mas aos nossos filhos, os filhos e netos, essa geração aí vai ser mais afetado, então a gente acha que esta mina aí é um problema e vai causar mal para o próximo[...]⁸⁸

Nesse relato, podemos compreender a relação do agricultor com a terra, que vai sendo construída pela sua memória. Baldissera constrói

⁸⁷ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº3, pp.3-15, 1989.

⁸⁸ Tomaz Baldissera, 55 anos, agricultor, residente da localidade de Santa Cruz, município de Içara. Considerado pelo Movimento Içarense pela Vida como sendo um dos principais líderes. Conhecido como “Tomé”. Entrevista gravada por Elton Laurindo da Costa, Içara 28/03/2009.

através das relações entre os seus antepassados e as gerações futuras, um conjunto de angústias e dúvidas, condicionadas, pela ameaça concreta da mineradora em suas terras: “[...] e a gente tá achando que vai prejudicar não mais a nós, mas aos nossos filhos, os filhos e netos”⁸⁹. Podemos refletir, ainda, sobre aspectos do próprio processo de imigração e o que ela significa para o narrador, numa perspectiva em que ajuda a justificar a própria prática de defesa da terra. Assim como a sua história é construída e significada neste processo, a representação do lugar vai se dando pela projeção no espaço das práticas sociais do agricultor, instituindo novos significados neste processo de rememoração – como os seus medos e os seus afetos, assim como os valores, costumes e tradições culturais. Concordamos com Alessandro Portelli⁹⁰, para quem as “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa em fazer”. Entendemos que estas narrativas nos ajudam muito mais do que a reproduzir o evento, como ele aconteceu, elas nos ajudam a entender quais os significados que decorrem dele para estes agricultores.

O senhor Baldissera rememora um passado de trabalho e luta na terra, “vivendo aqui, tudo que a gente ganhou foi com a terra, foi trabalhando neh, foi trabalhando, tirando o sustento de casa, a gente casou, formou outra família neh, já está na quarta geração”⁹¹. O significado que o passado tem para este agricultor é representado não só enquanto passado mas também enquanto perspectiva de futuro – no caso, de poder dar continuidade ao trabalho em suas terras, pelas mãos de seus filhos. Os espaços relacionados aos habitantes das localidades foram apropriados e transformados com o seu trabalho – o trabalho e a terra para estes agricultores, carregam no seu significado, a condição necessária para justificar o seu modo de vida nas localidades.

O passado, construído através do suor e do trabalho na terra, pesa em contraponto ao tipo de indústria que se quer implantar nas imediações de suas terras – pois o empreendimento minerador vem justamente, ameaçar o modo de vida destes agricultores atrelados a terra. As marcas deixadas pelo trabalho na lavoura por meio das plantações, do dia-a-dia no campo, fazem com que o agricultor construa sua história intimamente ligada a terra e ao trabalho:

⁸⁹ Tomaz Baldissera, entrevista citada.

⁹⁰ PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Revista Projeto História**, São Paulo: EDUC, n.º. 14, p.1-279 fev. 1997, p.31.

⁹¹ Tomaz Baldissera, entrevista citada.

[...] era começou plantando rama neh, mandioca, aí ele plantava um pouquinho de arroz, é o que a gente se lembra neh..e aí a gente lembra que depois ele começou a plantar fumo, depois parou, depois começou a transportar fumo para a Souza Cruz... eu também viajava muito com ele, criança neh.. hoje eu ainda puxo fumo, quer dizer, é uma herança que a gente pegou ainda... puxa não!... transporta neh (risos)... aí tu vai pensar mal de mim aqui neh (risos)...mas... a iniciativa aqui mesmo era a rama (mandioca neh), a batata, porco, galinha, criação, depois o engenho com boi neh,... o engenho tocado a boi ... Que eu me lembro dessa época ainda.. e depois começou surgir o engenho a motor com mandioca... Então aí já mais moderno neh...o engenho a motor mais moderno, e aí ficou quando ele faleceu tava o engenho moderno...faleceu em setenta e um, já tá fazendo trinta e um..e três... Daí a coisa foi mudando, passou a mandioca, o rendimento não deu mais para sobreviver, passou para a lavoura de fumo, aí plantando feijão, plantando milho, e...fomos vivendo, a gente sempre levou uma vida muito boa neh, e aí nunca faltou... a terra nunca deixou nós na mão...então a gente tem uma história muito bonita aqui.. e a gente nunca saiu daqui neh... daí eu tenho mais três irmãos que um foi pra Tubarão, outro para Jaguaruna e outro para Esplanada...então aí foi ficando...eu sou o mais novo de homem, e foi ficando...e estou aqui até hoje⁹²!

As ações humanas no cotidiano rural dos agricultores de Santa Cruz e Esperança são entendidas como um compartilhamento de experiências entre os sujeitos na construção do espaço, na disputa por ele, e por consequência na construção de toda uma narrativa que justifique a sua apropriação. Concordando com a ideia de Teresinha Gonçalves⁹³, de que “o sujeito projeta-se sobre o espaço do qual se apropria, produzindo uma identificação entre sujeito e espaço. Esta reflete o modo de vida

⁹² Tomaz Baldissera, entrevista citada.

⁹³ GONÇALVES, Teresinha. O processo de apropriação do espaço através dos modos de morar e habitar o lugar: uma abordagem piso-sócio-ambiental do bairro Renascer/Mina Quatro de Criciúma – SC. **Tese (Doutorado) de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.** UFPR, Curitiba. 2002, p. 19.

daquele que o habita. O espaço assume, então, uma dimensão cultural e social que o sujeito internaliza e representa”. Mais do que um espaço rural, os agricultores expressam um conjunto de possibilidades que dinamizam a ligação entre eles com a própria produção das condições da existência social e com as suas realizações culturais – os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, o modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e as formas de compartilhar a vida.

O senhor Tomaz Baldissera nos conduz ao seu universo de trabalho, ao seu cotidiano, as coisas que ele viu durante o tempo que passou em suas terras – para ele toda a modernidade que ele viu chegar ao campo fornece uma visão centrada em vários estágios de desenvolvimento para o próprio bem estar do homem no meio rural. Toda essa diversidade de representações apresenta formas específicas de produção de saberes, conhecimentos, valores, culturas por eles dominados, que no dizer do senhor Baldissera formam “uma história muito bonita”⁹⁴. Percebemos sempre o passado narrado nas memórias destes agricultores como expressão de um sentimento em relação ao próprio futuro deles ou de seus filhos, em que se sintetiza na história por eles relatada. Outro exemplo, que faz uma clara ligação entre o passado em relação aos problemas do presente, e que projeta suas preocupações ao futuro é o relato do senhor José Luiz Alves:

Bom... eu nasci aqui, meu pai se criou a vida toda aqui, morreu aqui e deixou os filhos tudo trabalhando nas terras dele... e a gente pretende deixar para os filhos e netos, o que eles deixaram para nós neh...hoje tenho dois filhos casados e um solteiro, um já mora aí pertinho, outro vive comigo ainda, mas a gente pretende deixar um futuro para eles, porque é uma luta [...] ⁹⁵.

Podemos perceber semelhantes representações em relação à narrativa do senhor Tomaz Baldissera e à do senhor José Luiz Alves, que também vê na instalação da mina um rompimento com a terra, e consequentemente um rompimento com o próprio passado. As histórias de seu José Luiz Alves só têm sentido enquanto existir a possibilidade de permanência de seus filhos em suas terras. Ele mesmo faz questão em demonstrar que existem filhos seus sobrevivendo das terras herdadas e

⁹⁴ Tomaz Baldissera, entrevista citada.

⁹⁵ José Luiz Alves, 58 anos, agricultor. Residente da localidade de Esperança, município de Içara. Entrevista gravada por Elton Laurindo da Costa, Içara 18/04/2009.

que, para que as gerações continuem a usufruir as mesmas, é preciso afastar o perigo da empresa mineradora “porque é uma luta”⁹⁶, da mesma maneira, que o senhor Baldissera recebera a terra de seu pai, limpa, sem poluição, também quer repassá-la a seus filhos e netos. Se por um lado podemos perceber nos relatos uma continuidade de vida de geração em geração, usufruindo da terra, dos frutos do trabalho e da paz nas localidades, por outro lado esses relatos também apresentam uma ruptura no equilíbrio entre passado, presente e futuro. Nesse sentido, as histórias de Santa Cruz e Esperança também são atravessadas por um corte temporal que separa dois momentos distintos para seus moradores. O primeiro seria anterior a 2003, quando as comunidades “viviam” em uma relativa paz. O segundo momento seria após 2003, quando se iniciam os conflitos, diante da ameaça da exploração de carvão na região. Como bem expressa o senhor Nico Matiolla, ao rememorar o passado, refere-se à região como um lugar de tranquilidade, harmonia e bem-estar:

Então é assim a gente vivia numa paz tranquila, ninguém incomodava, era um paraíso que a gente vivia. Hoje a gente ta vivendo assim, não vou dizer num inferno, mais, deu uma incomodação, uma tensão muito grande... Tu pensa, o que o meu nono deixou para o meu pai, que deixou para mim, e eu quero deixar para o meu filho. E eu quero que meus filhos deixem para meus netos e assim sucessivamente. A família tava garantida no campo produzindo o alimento, pra quem ta na cidade e quem tava na agricultura tava vivendo tranquilo, porque, como eu falei antes, a nossa terra é o nosso emprego! E eles com a exploração do carvão vêm tirar o nosso trabalho. Nós não estamos pedindo emprego na mina, nos queremos a garantia de terra para garantir o futuro, pra continuar produzindo, vivendo em paz, deixar nossos filho no campo, que é a preferência deles, e ficar no campo trabalhando, que é muito bom⁹⁷.

⁹⁶ José Luiz Alves, entrevista citada.

⁹⁷ Antonio Santos Matiolla. 49 anos, agricultor, casado com a senhora Adelaide Milack Matiolla, pai de três filhos. Residente da localidade de Santa Cruz, município de Içara. Considerado pelo Movimento Içarense pela Vida como sendo o principal líder, conhecido como “Nico” Matiolla. Entrevista gravada por Elton Laurindo da Costa, Içara 14/03/2009.

Como podemos observar, segundo ainda seu Matiolla, ao entrar em discussão a possibilidade de abertura da mina nas comunidades, a tensão começou a fazer parte do cotidiano dos agricultores envolvidos. Assim como o senhor José Luiz Alves, o senhor Matiolla também demonstra extrema preocupação com a herança das terras. Matiolla afirma que, assim como seu “nono” deixou as terras para seu pai, ele também quer deixar para seus filhos.

Os relatos aqui são entendidos pela sua vinculação com as questões inerentes à realidade do agricultor, ancorada na temporalidade e saberes próprios de suas histórias e trajetórias de vida. A terra, o trabalho e a família estão intimamente ligados aos valores desses agricultores e se constituem nas suas representações. Assim para seu Matiolla e seu José Luiz Alves, a terra representa o emprego, o sustento da família é fundamental na manutenção da tranquilidade e harmonia familiar: “A família tava garantida no campo produzindo o alimento, pra quem tá na cidade e quem tava na agricultura tava vivendo tranquilo, porque, como eu falei antes, a nossa terra é o nosso emprego!⁹⁸”. Nesse sentido, como bem apontou Tedesco⁹⁹, o agricultor não vê no presente apenas a terra, ele vê também a morada, a família e a comunidade, ele não pensa a terra apenas como um meio de produção, ele a tem como patrimônio a ser preservado e passado às gerações futuras por herança, onde valores como responsabilidades e respeito, que são garantidores da preservação das suas famílias visando à manutenção dos vínculos sociais com sua comunidade.

Pensando na vida rural, na terra, na família e no trabalho, o senhor Nelson Zachohenski nos mostra detalhes sobre suas histórias, a vida na comunidade, relatando minúcias que já demonstram um forte apelo ao seu passado. Ao falar da história de seu pai, de como eles realizavam o trabalho, o carnear um porco, o plantar as diversas lavouras, e por fim, como era a família em termos numéricos:

O meu pai... é! ele quando veio morava na Linha Ribeirão... da Linha Ribeirão veio pra cá, comprou metade do terreno, a outra metade, o pai deu pra ele neh... o pai foi e deixou para os filhos, agora os filhos se criaram, e já estão ficando velho neste lugar de novo, só que agora estão querendo estragar pra nós neh! Estão querendo estragar o

⁹⁸ Antonio Santos Matiolla, entrevista citada.

⁹⁹ TEDESCO, J.J. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

nosso lado!(risos) (...) a nossa lavoura era milho, fumo, feijão, mandioca... era isso aí... a carne era a gente que fazia, naquela época eu me lembro nós carneava... era um porco, por semana (risos) ... era um porco por semana que era carneado rapaz! Bom naquele tempo tudo tinha família grande neh, não é igual a hoje, hoje uma familinha, é de um filho ou dois neh, naquela época era de oito pra cima neh, e aí agora já controlou um pouco, tu vê que agora, eu duas filhas, e o meu pai, oito! Então é assim, si criemo e estamos até agora aí neh... só que agora essa tal de mina, ta judiando muito!¹⁰⁰.

Novamente, percebemos a projeção de um futuro incerto, que abala a paz fundada em sua história de vida, que cria angústias, incertezas e que “judia”: “Então é assim, si criemo e estamos até agora aí neh... só que agora essa tal de mina, ta judiando muito!”¹⁰¹. A história, então, de seu Nelson ganha um significado não apenas em relação ao passado mas em relação ao presente e ao futuro, porque ao falar da mina, antes discute vários aspectos da sua cultura, apontando desde hábitos alimentares, constituídos na maneira de obter proteínas através da carne de porco, citando que “carneava um porco por semana”¹⁰², e relatando aspectos da cultura familiar, refletindo a ocorrência de famílias numerosas, constituídas de oito filhos para cima.

Assim, entendemos que o movimento de agricultores gerado pela possibilidade de abertura de uma mina, no subsolo de suas propriedades é formado por pessoas que têm uma história, que participam de lutas sociais, com nome e rostos. Nesse sentido, os relatos apontam duas questões importantes: primeiramente nos ajuda a discutir através dessas memórias um passado cujos significados estão ligados a sistemas de valores alicerçados na terra e no trabalho. Este “passado” representado apresenta continuidade e coerência em sua construção histórica. A segunda questão a ser apontada e ligada à primeira coloca em destaque as frustrações referentes ao processo de abertura da mina, que vem quebrar seus valores que os ligam a terra pela ameaça da continuidade da cultura do lugar, que impossibilita a seus familiares darem continuidade a seus

¹⁰⁰ Nelson Zachohenski, 60 anos, agricultor e produtor de cachaça artesanal. Residente da localidade de Esperança, município de Içara. Conhecido como “Nersão”. Entrevista gravada por Elton Laurindo da Costa, Içara 11/04/2009.

¹⁰¹ Nelson Zachohenski, entrevista citada.

¹⁰² Nelson Zachohenski, entrevista citada.

projetos de vida – uma vez que esses projetos se fundam na herança com seu próprio passado.

MEMÓRIAS QUE SE CONSTROEM A PARTIR DA “LUTA PELA VIDA”

Ainda de suma importância para compreensão do fenômeno é a relação entre identidade e memória. Os indivíduos das comunidades de Santa Cruz e Esperança reforçam em suas “memórias” um sentido de identidade com a terra, tanto individualmente quanto coletivamente. A identidade para Michel Pollak passa pela compreensão de como o indivíduo se percebe e se vê percebido, no sentido da “imagem de si, para si e para os outros”¹⁰³, que vai se construindo a partir de fatores culturais. Portanto, é na interação com o meio que as pessoas se relacionam com o mundo em que vivem, englobando todas as qualidades, crenças e ideias que as fazem sentirem-se únicas e, ao mesmo tempo, pertencentes a um grupo em particular. Dessa maneira, os agricultores procuram manter a coerência de sua própria trajetória histórica, pois “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante no sentido de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”¹⁰⁴. Compreender os fenômenos que ligam à memória e às construções de identidades é fundamental para entendermos o sentimento de pertencimento e de coesão dos agricultores que participaram do conflito.

As disputas entre empresa e agricultores demonstram a complexidade do conflito na sociedade açarense e no contexto da região carbonífera, problematizando o entrecruzamento de valores e opiniões. Assim, podemos analisar e compreender o significado da união desses agricultores, em um processo de coexistência que demanda em representatividades dos vários elementos que se sentem parte do movimento social. Entendemos que esses aspectos estão presentes na fala do senhor Tomaz Baldissera, conforme destacamos no fragmento do relato citado:

Tudo ajuda neh... é um pessoal católico, um pessoal unido, então com um objetivo só, e não por interesse, se fosse por interesse, um puxava para um lado, outro puxava para outro, mas não! O

¹⁰³ POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº10, pp.200-212, 1992.

¹⁰⁴ *Ibidem*. p. 204.

peçoal hoje é unido com um só objetivo: a não abertura da mina... e sem interesse, porque até estes nossos custos aí de óleo, gasolina, cada um arca com o seu... não tem um patrocinador por fora... entendeu? e a gente tem muito empresário forte da Içara que poderia dar uma cobertura neh...mas não.. não... é tudo nós mesmos... surgiu um fato novo... um vai ligando para o outro e vai passando...e daqui a pouco já se encontra 100, 200, 300 pessoas, qualquer fato que surgir e precisa unir o peçoal, um vai passando para o outro e liga para o outro, e quando vê ta formado! E a luta continua... como diz “o outro”... a luta continua companheiro! (risos)¹⁰⁵.

Podemos assistir aqui à presença de valores morais, éticos, religiosos e de senso de pertencimento daquela comunidade que estabelecem o amalgama do movimento. Esses valores expressados por Baldissera sobrepõem-se aos valores econômicos – como gasto com óleo, gasolina, “cada um arca com o seu”¹⁰⁶ –, enfatizando que suas ações sociais estão atreladas a um objetivo maior. Nesse sentido, concordamos com Tedesco, para quem as ações e formas de vida são a própria condições do *ethos* do agricultor ou do campesino, em suas palavras:

Ao tematizarmos o *ethos*, então, temos presentes as noções de incorporação, de sistemas que caracterizam formas de vida, estilos de ação, disposições (morais, estéticas e culturais), quadros de referência e condutas; todas elas em dinamismo/confronto com processos sociais e visões de mundo¹⁰⁷.

Este chamado para a luta, e para que a comunidade se una para um determinado fim, para um “tratoração”, para uma passeata ou para uma reunião, tem características no próprio ato da fala, da comunicação oral, na palavra peçoal que une e atende chamados, como bem demonstra Baldissera: “surgiu um fato novo... um vai ligando para o outro e vai passando... e daqui a pouco já se encontra 100, 200, 300 pessoas, qual-

¹⁰⁵ Tomaz Baldissera, entrevista citada.

¹⁰⁶ Tomaz Baldissera, entrevista citada.

¹⁰⁷ TEDESCO, J.J. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: UPF Editora, 1999, p. 20.

quer fato que surgir e precisa unir o pessoal, um vai passando para o outro e liga para o outro, e quando vê tá formado!”¹⁰⁸. Nesse sentido, não se faz necessário um convite formalizado a todos os agricultores para que se unam em torno de um “fato novo”. A comunicação informal é um traço característico desses agricultores, faz parte da identidade deles, sendo organizada pelo mundo prático e através de várias interações que estabelecem vínculos de união. Essas interações se alicerçam na própria construção das reivindicações do movimento, possibilitando que problemas vivenciados cotidianamente por essas pessoas sejam transformados em questões passíveis de defesa pública.

Todas essas considerações demonstram como são organizadas consciente ou inconscientemente as representações desses agricultores, adquirindo a constituição de movimento social. Tais representações estão repletas de ações e práticas que formam seu arsenal simbólico dentro do conflito. Conforme Bourdieu¹⁰⁹ exemplifica, o poder simbólico consiste em um poder capitalizado exercido através do discurso, reconhecido pelos demais e legitimado devido à posição social do sujeito que o profere. Nesse sentido, somente recebe prestígio ou poder quem detém capital simbólico ou é capaz de transformar alguma espécie de capital, como por exemplo, capital econômico, cultural ou social, em capital simbólico. Conforme aquele autor, o poder simbólico de um grupo é seu poder capital, portanto reflete a capacidade de mobilização, e de representação, confere a esses indivíduos um poder a ser exercido, um poder que vai contradizer um outro poder, este de caráter mais hegemônico e repressivo¹¹⁰. Podemos pensar que na instrumentalização das ações desses agricultores emerge o seu capital simbólico. O capital simbólico não se limita apenas a aspectos institucionais e organizacionais e a formas econômicas, que passam pelas relações de classe, *status*, prestígio ou desempenho de papéis sociais, ele está presente em todas as relações, na rua, na família, nas relações afetivas ou de amizade¹¹¹. Entendemos como esses agricultores se contrapõem ao direito “estabelecido”, formando justificativas eficientes de contraposições, conforme podemos acompanhar na fala do seu Nico Matiolla:

Cadê meu direito de ir e vir? de defender minha terra? que é o meu emprego. Aqui eu vivo da minha terra. O sustento da minha família, que somos

¹⁰⁸ TEDESCO, J.J. Op. Cit.

¹⁰⁹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem.

em oito pessoas em cima de vinte cinco, vinte seis hectares de terra... é da agricultura familiar, alto sustentável que nós vivemos muito bem! produzimos muito bem! então eu não posso defender meu emprego e a minha terra onde eu vivo! e a mina que vem ameaçar destruí tudo.¹¹²

O campo de luta é, então, estabelecido nesse meio social em que os agricultores se unem em torno de um projeto de defesa de seu território, ao mesmo tempo em que constroem novos laços de identidade com a terra e com seus vizinhos, justificando suas ações através de um poder se ampara em representações do tempo presente e do tempo passado – e que se faz como poder simbólico. Essas relações culturais de poder interferem na história de cada agricultor, significando a identidade cultural de cada membro do movimento dentro de um universo simbólico. Esses significados, produzidos e compartilhados entre todos os membros da sociedade, dão sentido à experiência e à existência de cada um, produzindo sentidos e símbolos que são representados nos valores da cultura. Nesse sentido, o capital simbólico desses agricultores é reforçado através dos próprios instrumentos institucionais, propalados nos programas de governos que pregam através das mídias incentivos à agricultura familiar, para manutenção do agricultor na terra. Portanto, a fala do senhor Matiolla se torna coerente na medida em que está em consonância com os movimentos ambientalistas e com as políticas do governo federal brasileiro, que prega o uso sustentável dos recursos – exigindo a prática da agricultura sustentável, sob uma série de vantagens.

O Estado tem se tornado contraditório, na medida em que institucionaliza uma série de ações que tem, por um lado, o fomento de políticas sustentáveis em relação à agricultura familiar, e por outro lado, as políticas de desenvolvimento industrial. Através dessa forma contraditória de o Estado agir, é que os agricultores estabelecem suas justificativas, rebelando-se contra os poderes constituídos. Já que o poder do Estado, nestes tipos de conflitos estabelecidos, tem perdido mais para os interesses industriais e econômicos, desfazendo seu papel mediador, em uma sociedade dita como “democrática”.

UMA ATUAÇÃO DE MULHERES NO CONFLITO: O CASO DE DONA SIRLEI

¹¹² Antonio Santos Matiolla, entrevista citada.

Refletir sobre a participação das mulheres dentro do Movimento Içarense Pela Vida envolve algumas representações, que não se esgotam a um papel secundário dentro do conflito. Se executarmos uma leitura sobre a produção historiográfica existente sobre mulheres no meio rural e suas participações em movimentos sociais, encontraremos em uma de suas características a construção histórica marcada pela quase total ausência de sua participação do nesses mesmos processos. Uma das razões que explicam a invisibilidade da mulher na historiografia tradicional existente, segundo Maria José Carneiro e Vanessa L. Teixeira, consiste na valorização dada aos temas considerados como próprios da esfera pública – em que prevalece o protagonismo dos homens – em antagonismo com os da esfera privada – campo de atuação tradicionalmente das mulheres¹¹³. E nisso os homens são eleitos como afeitos à esfera pública e às mulheres como pertencentes ao meio interno doméstico.

Em nossas entrevistas, podemos perceber no relato de alguns agricultores um discurso extremamente masculinizado quando os mesmos se referiam às mulheres, o que nos poderia levar a pensar que as representações ali construídas estariam determinadas dentro de uma ótica masculinizada, que afastaria as mulheres, naquela situação, de qualquer possibilidade de liderança frente às comunidades de Esperança e Santa Cruz. O relato do Sr. Jorge Gabriel nos possibilita deduzir algumas ideias relativas aos marcos que apontamos anteriormente, mas situando aspectos do convívio do cotidiano transcorridos na sua família:

(...) A mulher foi criada na roça, e a primeira carteira que ela tirou foi quando se aposentou, a primeira vez que foi entrar no banco ainda foi comigo, e aí a porta trancou!! Porque só pode entrar sozinho... (risos) nunca entrou dentro de um banco! (...) ela gosta do centro da Içara, agora eu não gosto não, quando eu vou passear na casa deles, no meu cunhado é num instantinho! É só pra ir e para voltar, porque não tem uma sombra para o cara sentar e conversar, não tem um lugar para o cara tomar uma cervejinha, para assar uma carne, ou tudo no sol, ou tudo dentro de casa, vai aqui atrás é um sombreiro vai ali tem aquela figueira... então é só sombra (...)¹¹⁴

¹¹³ CARNEIRO, M. J. e TEIXEIRA, V. L. **Mulher rural nos discursos dos mediadores**. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, UFRRJ, nº5, p. 45-57, nov. de 1995.

¹¹⁴ Jorge José Gabriel. 58 anos, agricultor e pedreiro. Residente da localidade de Santa Cruz, município de Içara. Entrevista gravada por Elton Laurindo da Costa, Içara 21/03/2009.

Em meio à entrevista, sua esposa Dona Amabile Alves Gabriel não queria falar, dizia que era o marido que entendia “dessas coisas”, resguardando-se, então, ao papel que lhe é conveniente, consistindo apenas em escutar e confirmar o que seu marido dizia. Nesse aspecto, é interessante no relato de senhor Jorge José Gabriel a sua atitude de falar em lugar da mulher, quando o assunto se refere à mesma começa definindo, ou explicando que “A mulher foi criada na roça, e a primeira carteira que ela tirou foi quando se aposentou, a primeira vez que foi entrar no banco ainda foi comigo, e aí a porta trancou!! Porque só pode entrar sozinho...(risos) nunca entrou dentro de um banco! [...]”¹¹⁵. Como podemos notar, para seu Jorge José Gabriel, sua mulher, até certo tempo de sua vida, nunca tinha entrado em um banco, nem mesmo possuía carteira de trabalho, o que nos leva a pensar que seu papel na sociedade acaba ficando circunscrito à esfera familiar e ao trabalho na lavoura. Esse trecho do relato nos dá a impressão ainda que a execução de outras tarefas, aquelas realizadas no âmbito externo ficam a cargo do homem. Mas deduzimos também que nem ele sabia muito como deveria se comportar quando necessitava ir ao banco para cuidar das finanças da casa. Porque procurou adentrar ao recinto junto com a esposa e a porta travou; se a porta travou não era só culpa dela, porque havia sido criado na roça e não tinha documentos.

Apesar disso, podemos encontrar ainda no relato do senhor Jorge José Gabriel o fato de sua esposa gostar mais do centro do município de Içara do que ele, visto que a sociabilidade dela está atrelada à visita aos seus parentes, o que mais uma vez ganha uma forte conotação de seu papel, que está imbuído de ter um bom trato com os familiares e do contato cotidiano com outras mulheres para colocar a conversa em dia. Para seu Jorge José Gabriel, não é importante esse tipo de sociabilidade, ele valoriza a calma e a sombra do meio rural, prefere estar em casa, estabelece justificativas, construindo significados para o meio onde mora em contraponto com o meio urbano: “É só pra ir e para voltar, porque não tem uma sombra para o cara sentar e conversar, não tem um lugar para o cara tomar uma cervejinha (...) para assar uma carne, ou tudo no sol, ou tudo dentro de casa, vai aqui atrás é um sombreiro vai ali tem aquela figueira... então é só sombra [...]”¹¹⁶. Mesmo querendo mostrar que morar no campo é tão bom, ou melhor, do que morar na cidade, seu Jorge José Gabriel nos conta a respeito dessa maneira de enxergar o papel da própria mulher nas relações sociais que se impõem.

¹¹⁵ Jorge José Gabriel, entrevista citada.

¹¹⁶ Jorge José Gabriel, entrevista citada.

Um outro relato de Dona Sirlei nos convida a refletir sobre um universo mais amplo de possibilidades nas relações de execução dos papéis de mulheres e homens, que se configuram no meio rural. Por seu intermédio, vamos encontrar a voz de uma liderança feminina, pouco lembrada pela sociedade em geral. Uma voz pouco explorada pela historiografia, e pouco lembrada nos relatos de nossos entrevistados. Em alguns estudos sobre o ativismo ambiental, a participação das mulheres é apontada como provocadora de mudanças nas relações pessoais e no cotidiano doméstico, de forma que, na medida em que as mulheres avançam nas ações coletivas, também avançam na conquista de novos espaços, atingindo novos níveis nas relações entre os sujeitos, constituindo-se num processo complexo de amadurecimento, que tende à mudança social¹¹⁷.

Dessa forma, importa-nos perceber que o relato de Dona Sirlei nos mostra que nele as mulheres fogem de certa rotina de virtudes do anonimato, ajudando-nos a pensar nas condições e nas possibilidades subjetivas e objetivas intermediando sua construção como liderança de sua comunidade, multiplicando-se em vários papéis. Podemos compreender, em suas próprias palavras, o seu modo de perceber o conflito, assim como ela vê a si mesma em meio aos embates:

[...] sou catequista, presidente do bairro da comunidade, e o papel da igreja aqui nas comunidades, de Santa Cruz e Esperança, são umas famílias tudo católica, é difícil, não tem outro tipo de religião, são tudo católico, mas a gente é bastante assim oh, e a nossa igreja mãe que é em Içara, ela não ta assim, dando a cara pra bater, entende? Nós estamos dando a cara pra bater, nós não temos medo de dar a cara pra bater, então eles estão ficando mais atrás do muro [...] então a gente gostaria que a Igreja se manifestasse mais a favor da gente, desse mais a cara pra bater [...]¹¹⁸

Dona Sirlei Machado Baldissera, 60 anos, dona de casa, catequista, presidente de Bairro da comunidade de Esperança, casada com o senhor Pedro Baldissera, mostra a importância de sua liderança dentro

¹¹⁷ SILIPRANDI, Emma. Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v.2, n.1, fev. 2007.

¹¹⁸ Sirlei Machado Baldissera. 60 anos, agricultora, catequista, presidente de bairro (comunidade de Santa Cruz), casada com o senhor Pedro Baldissera. Residente da localidade de Esperança, município de Içara. Entrevista gravada por Elton Laurindo da Costa, Içara 11/04/2009.

das comunidades de Esperança e Santa Cruz, e as possibilidades de atuação dentro da Igreja Católica, entre divergências e convergências. Percebemos o próprio conservadorismo da Igreja Católica que, segundo Dona Sirlei, “não dá a cara para bater”, deixando este trabalho para as comunidades, apesar de a Igreja ter assinado vários manifestos em favor do Movimento Içarense Pela Vida. Para Dona Sirlei, uma católica praticante, a Igreja Matriz de Içara deveria se manifestar com mais força a favor das comunidades, isso para ela, é uma condição do próprio ofício da Igreja, defender o seu rebanho do perigo externo. Como catequista, ela enxerga as próprias condições da luta ecológica, como resultante do processo de evangelização e educação, em que a vida como um bem de todos precisa ser preservado.

Historicamente, a atuação de mulheres dentro da Igreja Católica tem se constituído como um prolongamento da atribuição de papéis, exercidos em âmbito doméstico. No espaço doméstico ou mesmo em meio ao trabalho da lavoura, o campo de atuação da mulher é mais facilmente anulado, pelas condições de imposição dos homens que destinam às mulheres determinados trabalhos, ditos fáceis, leves e sem importância, por gerar pouca renda familiar. Para que Dona Sirlei seja uma líder comunitária é preciso desenvolver todo um trabalho voluntário e em consonância com suas condições de mulher. Essas condições ocorrem de maneira naturalizadas, como exercício de ações sociais destinadas ao cargo de mulheres, que atuam na esfera pública. Através desses mecanismos, é possível assistirmos algumas possibilidades de aberturas de engajamento político para elas. Quem nos ajuda a compreender isso é Gabriele dos Anjos na seguinte passagem:

Esse tipo de engajamento e militância desinteressados corresponde também às formas socialmente consagradas de atuação feminina no espaço público, como voluntariado em nome de problemas que dizem respeito ao altruísmo e à moral: a defesa da “vida”, as crianças, a família. Ao mesmo tempo, remete a valores partilhados por “todos”, o que contribui para sua “naturalidade” enquanto fenômeno social e impede o questionamento de suas condições sociais de realização¹¹⁹.

¹¹⁹ ANJOS, Gabriele dos. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas. **Cadernos Pagu (31)**, pp. 509-534, julho-dezembro de 2008, p.512.

Uma militância que nos leva a perceber um conjunto de valores que são criados a partir não só de sua experiência como catequista mas de imposições externas que possibilitam as construções de outras formas de pensar a própria atuação da Igreja Católica. Vejamos que Dona Sirlei utiliza a Igreja não apenas a serviço da instituição católica mas para criticá-la quando entende ser preciso; ela ultrapassa a rede que lhe é imposta, criando possibilidades pelo domínio de determinadas esferas, exercendo sua força como liderança. Dessa maneira, é importante pensar como, historicamente se constituem esses engajamentos, conforme nos explica Gabriele dos Anjos¹²⁰ que é só a partir do engajamento nas comunidades e pastorais, as mulheres passam a adquirir os recursos que possibilitam o investimento em uma “carreira militante”. Dentro da comunidade, surge a oportunidade e a necessidade de liderar. A responsabilidade concedida pelos agentes religiosos – como cursos de catequese dos filhos, almoços comunitários e grupos de reflexão – servem de estimulantes para que essas mulheres “se descubram aos poucos” como lideranças da comunidade. Nesse engajamento inicial, segundo a autora, as mulheres sentem-se, então, “mais gente”, em um meio onde não são desvalorizadas por sua condição social. Assim, conforme nos explica Gabriele dos Anjos¹²¹, sua atividade comunitária pode se estender a várias pastorais, como a da Criança, da Mulher, Operária, ou outros “movimentos” e mesmo a partidos políticos.

Nessa perspectiva, Dona Sirlei também vai se descobrindo como líder e como agente portadora de poderes, vai recebendo atribuições dentro da Igreja e na comunidade, destacando-se entre os vários líderes participantes do Movimento Içarense Pela Vida. Com respeito à questão ambiental, vimos que Dona Sirlei reconhece em seu relato a necessidade da preservação da natureza e garantia da qualidade do meio ambiente, em relação à saúde. E vimos isso principalmente no que diz respeito à organização do movimento de resistência à mineradora, sendo que os problemas ambientais não estão restritos apenas à instalação da mineradora. O problema do destino inadequado do lixo, a falta de saneamento básico, contaminação das águas, a ocorrência de queimadas, desmatamentos e caça predatória são preocupações que fazem parte do universo de Dona Sirlei.

Nessa perspectiva, o relato de Dona Sirlei apresenta junto aos objetivos a serem alcançados pelo movimento a relação da água com a vida. Alerta ainda para os temas relacionados ao meio ambiente:

¹²⁰ Ibidem., p.519.

¹²¹ Ibidem.

[...] a nossa luta é contra essa mineração, que a gente não quer que se instale aqui na comunidade, aqui no município de Içara, que a gente não quer que se instale, porque, por causa que aqui nós temos água boa, nós temos água de poço, a gente planta, a gente colhe de tudo quanto é tipo de produção, arroz, feijão, o fumo também neh, porque o lucro maior das comunidades aqui de Içara, ali que ela tem o nome da cidade mais doce, que é o mel neh...em fim esta mina, que quer vim se instalar aqui na comunidade, que aqui na Santa Cruz, ela não tem mais o nome da cidade mais doce, e sim da cidade mais amarga, porque aí vai faltar água, vai faltar neh... o carvão aqui, a fundura dele, ele começa de vinte e poucos metros, até cento e poucos metros de fundura neh, então a gente sabe, que se esta mina vir se instalar aqui, a gente vai perder toda esta qualidade de vida, que a gente tem aqui[...]¹²²

Como é relatado acima, o campo de conhecimento de Dona Sirlei não se restringe aos temas circunscritos do campo religioso dentro de sua função como catequista, conforme mencionamos antes. Aqui sua abordagem crítica percorre um amplo caminho, sendo construída por uma rede temática que vai desde a importância da água para manter toda a diversidade do meio rural, até o conhecimento sobre a profundidade do carvão citado nos Relatórios de Impacto Ambiental e discutido entre os agricultores nas diversas reuniões organizadas pelo Movimento Içarense Pela Vida. Em seu relato, aponta ainda uma questão emblemática, estabelecendo uma relação entre a salubridade do lugar, com a produtividade das abelhas, quando fala da cidade mais doce do Brasil, que pode perder este título se o povo de lá deixar a mina ser instalada.

Podemos perceber que para Dona Sirlei as maiores possibilidades para transformação social e cultural parecem ser um caminho lento, que ocorre através da conquista de pequenos espaços, pela mulher, e que, necessariamente, não exclui a vida em família. O acesso de líderes comunitárias aos ambientes religiosos acaba abrindo outros espaços, que constituem elementos formadores da própria subjetividade destas lideranças. Nesse caso, observamos que as mulheres

¹²² Sirlei Machado Baldissera, entrevista citada.

participam ativamente do movimento em um processo que não delimita o seu papel de agente passiva da história, que no ver de Dona Sirlei a participação da mulher é imprescindível, pois junta a esfera familiar com a pública:

A mulher, ela está sempre junta com o marido, junto, caminha junto neh, todo o nosso movimento, além da mulher, os filhos, os netos, bisneto neh, porque eu já tenho neto, e tudo com a gente nos trator, porque por incrível que pareça tem foto, a gente tem foto, eu tenho neto nos trator lá, e sobrinhos tudo neh, tudo junto nessa caminha-da.[...] ¹²³

A família está integrada em torno de um objetivo em comum, que envolve a comunidade pela resistência à instalação da empresa mineradora. As comunidades de Esperança e Santa Cruz são representadas como uma “grande família”, e que nesse caso a mulher é representada como a companheira, como alguém que atua junto ao marido, também na luta político-social. Podemos perceber através dos exemplos anteriores como são construídas as imagens das mulheres agricultoras dentro de uma ótica de participação na esfera pública e privada, e ao mesmo tempo pensar nos limites que implicam as “determinações” – ora sendo enquadradas em certos papéis constituídos culturalmente, ora superando outros papéis pré-determinados. Observamos essa interpolação das representações e das práticas sociais de Dona Sirlei, auxiliando a verificação dessa flexibilidade de atuação nos papéis sociais das mulheres agricultoras das localidades de Santa Cruz e Esperança.

¹²³ Sirlei Machado Baldissera, entrevista citada.



CAPÍTULO III – PELA ÁGUA, PELA VIDA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA CRÍTICA AMBIENTAL

Neste capítulo, colocaremos em questão as configurações, dentro do conflito que congregam uma mescla de interesses ampliados e questões cotidianas, como as ações individuais e coletivas em defesa do acesso a terra e a água potável como bens imprescindíveis para as comunidades envolvidas, e com enormes significados para a vida.

Nesse momento de nosso trabalho, também procuramos compreender o uso dos “saberes técnicos” pelos agricultores entrevistados na medida em que esses saberes demandam um conjunto de construções alicerçadas nos “saberes” chamados de “popular”. Podemos, então, considerar a sobreposição e o entrecruzamento desses saberes, excluindo qualquer ideia de considerá-los rigidamente separados e hierarquizados. Através das memórias desses agricultores, analisamos a dinâmica com que as representações do passado, e as apropriações de saberes se delineiam na própria constituição do movimento social.

Trataremos também do compartilhamento de experiências com outros agricultores de cidades vizinhas que tiveram problemas em suas terras gerados pela degradação trazida pela mineração do carvão no passado. Mais uma vez, a água apresenta-se como uma das condições imprescindíveis à manutenção da produção na terra para a subsistência no campo e a elevação na qualidade de vida.

NOTÍCIAS DE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SILENCIAMENTOS E REIVINDICAÇÕES

Em 2002, homens e mulheres de Santa Cruz e da Esperança trabalhavam a terra quando foram surpreendidos por empregados da mineradora Rio Deserto que faziam pesquisa em suas localidades. Nelas, eram utilizadas enormes sondas que serviam para furar a terra e coletar amostras de carvão para serem analisadas em laboratório. Além das amostras, essas sondagens também serviriam para calcular o tamanho da área de carvão existente no subsolo, e para a efetuação dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental respectivamente (RIMA). Segundo os moradores das localidades, estas pesquisas, foram realizadas sem nenhum tipo de aviso prévio ou esclarecimento sobre o seu objetivo. Na época, isso gerou curiosidade e indignação – com a posterior apresentação do propósito. Seu Nico Matiolla nos lembra desses acontecimentos:

[...] veio essas sondas aqui na comunidade fazer estudo para vê o que havia no subsolo, fazer pesquisa no subsolo, mas nunca estiveram comunidade comentar se poderia... a possibilidade no futuro de ter mina de carvão... Até eu fui conversar com um furador de solo e ele disse não! aqui não vai sai mina, não tem carvão. Então eles já vinham com segundas intenções de pesquisar, fazer estudo do solo... estudo da propriedade, fazer o levantamento da benfeitoria que exista por cima, sem conversar com a comunidade, sem avisar do que iria acontecer no futuro [...]¹²⁴

Podemos sentir nesse relato o começo das disputas e que, como se pode compreender, já está permeado de desconfiança por parte dos agricultores. As segundas intenções, externadas por seu Nico, já nos apresentam o quanto esta fase inicial de pesquisa de subsolo aconteceu de forma unilateral e sem diálogo por parte dos responsáveis pelo empreendimento. A camuflagem das intenções do empreendimento é percebida por seu Nico no momento em que o mesmo vai conversar com o operário responsável pela sondagem. Muitos agricultores se sentiram agredidos com a notícia da mina, relatam que foram pegos de surpresa, causando um mal estar geral, conforme o depoimento do senhor José Luiz Alves:

Nós não soubemos! Foi uma surpresa! Vieram direto! A primeira foi uma paulada na nossa cabeça neh.. porque eles fizeram, ludibriaram, eles fizeram a audiência pública com o nome da Esplanada, e a audiência pública foi feita aqui na Esperança, e nem fizeram audiência pública na Santa Cruz! Fizeram fora do foco! Entendesse? pra tentar ludibriar! E quando eles passavam as filmagens lá, que eu não sabia, até eu não sabia dessa audiência pública, mas algumas pessoas que estavam lá na Esperança foram lá pra ver o que era, e viram eles tentando passar a fita rapidinho, quando viam o foco que atingia, que mostravam a podridão que a mina causa.. eles passavam, pulavam aquela parte, entendeu?¹²⁵

¹²⁴ Antonio Santos Matiolla, entrevista citada.

¹²⁵ José Luiz Alves, entrevista citada.

Em um primeiro momento o senhor José Luiz Alves, assim como o senhor Nico Matiolla recebem a afirmação dos sondadores de que não será extraído carvão nas localidades, porém, como se dará algum tempo depois, este fato não se confirmará, pois na primeira Audiência Pública realizada, teve como objetivo justamente a apresentação dos dados do projeto de abertura da mina de carvão.

Para o próprio Seu José Alves, a Audiência Pública foi uma “pausada na cabeça”, pois para espanto dos agricultores, havia um projeto de grandes dimensões para a construção de uma mineração nas localidades. A tentativa de desviar o foco da comunidade de Santa Cruz, restringindo a audiência apenas à comunidade de Esperança, causou muita desconfiança entre os agricultores. Essas posturas da empresa ajudaram a comprometer e a dar força para que todo um processo de resistência contra o empreendimento fosse iniciado.

O senhor Tomaz Baldissera nos fornece um relato semelhante em relação ao processo de pesquisa de sondagem na região:

Olha, isso foi numa audiência pública na Esperança, a gente nem sabia que ia sair mina, eles estavam sondando aí neh..mas não sabia para que, que era...só para uma pesquisa, se lá, sair mina mesmo a gente não achava que ia sair neh...aí teve a audiência pública na Esperança, e nesta audiência pública foi que eles falaram, que iriam ser um bom parceiro e que iriam minerar, minerar neh! Aí se precisasse de uma reforma para a escola de Santa Cruz e da Esperança neh? (risos) então aí a gente começou a movimentar o pessoal, e aí começou devagarzinho, entendesse? começamos a passar um para o outro e aí foi indo[...]¹²⁶

A tentativa da empresa, depois de esconderem a intenção de minerar, nas localidades de se comprometerem com a reforma das escolas e com outras promessas de parceria com a comunidade, surtiu pouco efeito, diante do quadro já estabelecido. Os agricultores relatam as ações de má-fé – o modo ardiloso como a empresa mineradora se apresentou para os trabalhos de execução da audiência pública. Segundo os relatos dos agricultores, o projeto da mina apresentado na Audiência Pública só

¹²⁶ Tomaz Baldissera, entrevista citada.

traria vantagens, já que a “podridão”¹²⁷ era escondida, através do artifício de passar rapidamente o filme para as pessoas não verem o conteúdo malévolo que lhes ocorreria com a mina em funcionamento. Nesse sentido, a Audiência Pública – ocorrida na localidade de Esplanada, vizinha à localidade de Esperança, localizada na região limítrofe do município de Içara e menos afetada pelo projeto de mineração – perde suas características, enquanto ato de institucional e democrático de esclarecimento público.

A Audiência Pública é o instrumento formal de participação pública no processo de Avaliação de Impacto Ambiental e deverá ser conduzida após a execução do EIA-RIMA, sendo promovida pelo órgão estadual do meio ambiente – neste caso a FATMA – ou do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ou, quando couber, pelo Município, sempre que julgadas necessárias ou quando solicitada por entidade civil, pelo Ministério Público e pelo menos 50 ou mais cidadãos. A Audiência Pública é fundamentalmente um momento do processo de licenciamento em que o empreendedor compromete-se, perante a sociedade, com a execução das ações estabelecidas nos programas apresentados nos Estudos Ambientais. Como podemos verificar na resolução CONAMA Nº 9, de 03 de dezembro de 1987 o conselho nacional do meio ambiente (CONAMA), no uso das atribuições que lhe conferem o Inciso II. do art. 7º do Decreto nº 88.351, de 1º de julho de 1983, e tendo em vista o disposto na resolução/conata nº 1, de 23 de janeiro de 1986¹²⁸:

Art. 1º. A Audiência Pública referida na resolução CONAMA nº 1/86, tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito.

Art. 2º. Sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, o Órgão do Meio Ambiente promoverá a realização de Audiência Pública.

¹²⁷ José Luiz Alves, entrevista citada.

¹²⁸ Para maiores informações ver: < <http://www.mma.gov.br/port/conama/estr.cfm> > . Acesso em 01/11/2007.

§ 1º. O Órgão de Meio Ambiente, a partir da data do recebimento do RIMA, fixará em edital e anunciará pela imprensa local a abertura do prazo que será no mínimo de 45 dias para solicitação de audiência pública.

§ 2º. No caso de haver solicitação de audiência pública e na hipótese de o Órgão Estadual não realizá-la, a licença não terá validade.

§ 3º. Após esse prazo, a convocação será feita pelo Órgão licenciador, através de correspondência registrada aos solicitantes e da divulgação em órgãos da imprensa local.

§ 4º. A audiência pública deverá ocorrer em local acessível aos interessados.

§ 5º. Em função da localização geográfica dos solicitantes se da complexidade do tema, poderá haver mais de uma audiência pública sobre o mesmo projeto e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.

Art. 3º. A audiência pública será dirigida pelo representante do Órgão licenciador que, após a exposição objetiva do projeto e o seu respectivo RIMA, abrirá as discussões com os interessados presentes.

Art. 4º. Ao final de cada audiência pública, será lavrada uma ata sucinta. Parágrafo único. Serão anexados à ata todos os documentos escritos e assinados que forem entregues ao presidente dos trabalhos durante a seção.

Art. 5º. A ata da(s) Audiência(s) Pública(s) e seus anexos servirão de base, juntamente com o RIMA, para a análise e parecer final do licenciador quanto à aprovação ou não do projeto.

Art. 6º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Como podemos observar, vários termos da Audiência Pública previstos em lei foram colocados em questionamento pelos próprios agricultores. Esse instrumento legal de discussão em torno do projeto minerador comete várias falhas que são apontadas nos relatos desses agricultores – entre essas falhas, está àquela referente ao local onde deve ocorrer a mesma, em local acessível a todos que estejam interessados, conforme o artigo 2 inciso 2 da resolução CONAMA nº 1/86 do CONAMA. Nesse sentido, o relato do senhor José Alves é reforçado pelas palavras do senhor Nico Matiolla:

Sem avisar do que iria acontecer no futuro, simplesmente quando vieram fazer a audiência pública, nem a comunidade foi avisada, simplesmente botaram no jornal em Criciúma que fica a 11, 12 quilômetros de distância, e que a comunidade agrícola até hoje não tem acesso a jornal, fizeram na comunidade da Esperança, nem na Santa Cruz foi, e nem se quer avisaram a comunidade de que ia ter essa audiência pública, e eu fiquei sabendo por acaso com um primo meu, nos tava cortando lenha de Eucalipto e Acássia, para uso próprio do consumo aí ele disse que iria ter uma reunião na Esperança sobre um esclarecimento de uma possível abertura de mina nessa região, e nos se deparamos lá, nos fomos em dez agricultores só, chegamos lá tinha 200, 300 pessoas que eles trouxeram de Treviso... trouxeram de Siderópolis, trouxeram pessoal de Forquilha, onde eles tinham mineração para fazer um peso muito grande nessa audiência pública... vamos dizer assim para massacrar o agricultor pequeno para eles entrar com tudo bem encaminhado... e quando nos deparamos era uma audiência pública, e ali tava o Ministério Público a Polícia Ambiental, tava o DNPM, tava a FATMA, tava todos os órgãos competentes da parte de licenciamento, tava presente aí. Nos nem tava sabendo de nada, e nos ali, quando eles começaram a passar o estudo e a mineradora, mostrar nós ali, vimos que na realidade era a nossa comunidade, que tava sendo o local da abertura da mina, e que seria a 200, 300 metros da minha casa... e como eu conheço a região eu vi que era abertura de mina mesmo, e ali desse momento começamos a discordar com isso... daí se criou o movimento pela vida! aí foi feito um levantamento socioeconômico da região quanta família ia ser atingida, e foi feito baixo assinado, e foi feito em cima da Câmara de Vereadores um projeto[...]¹²⁹

Assistimos à constituição do poder silencioso que emana na forma de pressão, que é tão poderosa e se apresenta coercitivamente, representado na própria subjetividade do entrevistado. A Audiência Pública

¹²⁹ Antonio Santos Matiolla, entrevista citada.

torna-se uma arena de disputas em que fica claro a formação do poder coercitivo exercido por parte da mineradora, que trouxe para as pessoas vindas de Treviso, Siderópolis e Forquilha – em sua maioria mineiros – a fim de fazer pressão nas comunidades, como pudemos analisar no relato anterior. Essa Audiência Pública representou para a maioria dos agricultores entrevistados o início dos conflitos, fazendo com que as comunidades e ambientalistas da região tomassem uma posição forte e ao mesmo tempo rápida em relação à situação que se desvendava. Como bem explica seu Nico, foi o momento em que começaram a “discordar de tudo isso”¹³⁰. Foram atrás de informações, fizeram contatos com vereadores, estreitaram suas relações com líderes ambientalistas e ajudaram a realizar levantamentos socioeconômicos junto às ONGs. Nesse universo em que se inserem Ministério Público, Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e Polícia Ambiental, abre-se um novo espaço de sociabilidades, neste caso, um espaço de disputas e negociações em que o poder vai revelando suas múltiplas faces.

Diante dos detalhes que as narrativas dos agricultores nos oferecem, podemos apreender um conjunto de significações que nos levam a compreender melhor, como ocorreu a Audiência Pública, e ao mesmo tempo, como se organizaram e delimitaram suas futuras estratégias de resistência. Para Paul Thompson¹³¹, a ideia de que a história oral tem por função de ser a voz do passado do povo, promovendo uma democratização no campo historiográfico e radicalizando com métodos e objetos, em que eram sempre elitistas. Marieta de Moraes Ferreira¹³², explica que para Thompson a História Oral “deveria ser uma história militante e politicamente engajada”. Compreendemos que a História Oral hoje não nos ajuda apenas a analisar as “classes oprimidas” mas também as elites e suas representações, manipulações simbólicas e coerções. Com essa ideia, podemos verificar através da História Oral a multiplicidade de forças que interagem entre si, sem depender da separação em esquemas dos objetos históricos, a fim de objetivá-los, em categorias como às de classe. Ficamos mais à vontade para equacionar esses vetores de poder, através das narrativas dos agricultores que representam uma versão do acontecimento que é na maioria das vezes silenciada.

Dentro do desfecho da Audiência Pública, verificamos em suas memórias a rápida organização e as primeiras impressões sobre a pró-

¹³⁰ Antonio Santos Matiolla, entrevista citada.

¹³¹ THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

¹³² FERREIRA, Marieta. História, Tempo Presente e História Oral. Rio de Janeiro: **Topoi revista de história**. Vol.1, n. 5, p.314-332, 2002, p. 323.

pria questão da degradação do carvão em áreas agrícolas. Podemos perceber essa situação na narrativa do senhor Valdenir Antonio Guslinski, mais conhecido como “Nego”, constituído numa das principais lideranças do Movimento Içarense Pela Vida:

Foi à primeira audiência pública em agosto de 2003, foi uma audiência pública que teve na Esperança, foi aonde nós ficamos sabendo, foi aonde nós pegamos um pessoalzinho lá e se reunimos, eu o Evandro Della Bruna, o Nico Matiolla, Zé Baldissera, Debrandino Machado, porque até então, o Dino (Debrandino Machado) fazia parte da CAEP da Igreja da Esperança, e eles falaram, chama um pessoalzinho aí, mas não precisa convidar muita gente, aquela coisa, aquela história toda, não precisa ter muita gente pra coisa e tal... nós só vamos fazer a apresentação do que vai ser a mina... e a hora que a gente soube disso, a gente convidou uns quatro a mais neh... porque era, porque eles queriam, e a gente acabou indo lá, e aonde também chegou o Gilmar Axé, o Joaquim Teixeira de Criciúma, o Tadeu dos Santos de Aranguá, que já sabiam dessa audiência pública, porque eles já sabiam o que era uma mina de carvão, e também foram lá e começaram a mostrar oh: a realidade é outra, isto aqui... aí teve aquelas parte da audiência pública em que o que interessa é contar tudo neh, oh gente: isso aqui vai ser bom por isso, por isso, por aquilo e por aquilo outro, e aí, tinha, aquela parte neh: isso aqui não vai dar muito problema, então, pula... pula...pula..., então eu disse não! Para aí, reunimos lá o pessoal, e dissemos não, vamos pegar firme contra isso aí, ela tá lá, se iniciando lá, mas já vai fazer em agosto agora, seis anos... então seis anos, que se não ganhamos, totalmente, como a gente queria, mas de certa forma, ganhamos bastante já.¹³³

¹³³ Antonio Guslinski, 36 anos, agricultor, residente da localidade de Santa Cruz, município de Içara. Considerado pelo Movimento Içarense pela Vida como sendo um dos principais líderes. Conhecido como “Nego”. Entrevista gravada por Elton Laurindo da Costa, Içara 19/04/2009.

Nesse relato, é importante perceber como foi se constituindo a ação, ao mesmo tempo em que os sujeitos atribuem significações e exercem importantes posições dentro do movimento, no sentido de justificação da legitimidade do grupo, das pessoas da comunidade, como lembra Nego, “Evandro Della Bruna, o Nico Matiolla, Zé Baldissera, Debrandino Machado, porque até então, o Dino (Debrandino Machado) fazia parte da Comissão para Assuntos Econômicos da Paróquia (CAEP) da Igreja da Esperança”, trazem consigo um patrimônio simbólico, em parte devido às suas atuações dentro da comunidade. Aliado a esses agricultores, também ganha valor de legitimação a participação de ambientalistas, pessoas que são de fora da comunidade, mas que conhecem conteúdos sobre degradação de áreas agrícolas em decorrência da mineração de carvão, e estão juntos nessa luta, “e aonde também chegou, o Gilmar Axé (Içara) o Joaquim Teixeira de Criciúma, o Tadeu dos Santos de Araranguá”¹³⁴. Seu Nico Matiolla, também aponta para a participação ativa destes ambientalistas:

Depois começou, nessa primeira Audiência Pública... tava o Tadeu lá de Araranguá que é defensor da natureza, começou a participar, começou a dar apoio também... O Joaquim ali de Criciúma faz parte do movimento ambientalista e a gente começou a fazer reunião entre nós, e começamos juntamente com o Gilmar ali da Içara... aí a gente começou a se articular. Fazer alguma manifestação, daí aconteceu esses tratores, que a gente fazia... muito bonito! fechava o comércio da Içara, o comércio aderiu ao movimento, fechava as portas, a gente botava no mínimo 180, 200, 230 trator, toda manifestação foi botado. A gente teve apoio, menos do Prefeito e dos vereadores do município.¹³⁵

Podemos entender como o movimento foi construído através da participação de pessoas que até então não faziam parte da esfera de convivência dos agricultores, e que foram ganhando importantes significações dentro das comunidades envolvidas. As “articulações” e “manifestações” ganham sustentabilidade e a adesão de novos sujeitos e novas entidades começam a ser uma das principais estratégias desses agriculto-

¹³⁴ Antonio Guslinski, entrevista citada.

¹³⁵ Antonio Santos Matiolla, entrevista citada.

res. Em 2008, o Movimento Içarense Pela Vida já possuía 70 entidades favoráveis à causa dos agricultores, como nos fala o senhor Nico:

Ainda hoje seria a Associação Comercial da Indústria contra a mina e a favor do agricultor, a CDL a favor do agricultor contra a instalação da mina, a Igreja é contra enfim... Antes era uma entidade, o agricultor, que não queria a mina, hoje são registradas com seus presidentes e tudo mais, setenta entidade do município que não aceitam a mina. Hoje da mais de 80%, 90% do município da Içara que não quer mais a mina, e assim mesmo eles estão ali com a força do poder econômico é deles, os meios de comunicação é deles, o poder político é deles[...]¹³⁶

Senhor Nico apresenta com clareza que um movimento iniciado por um pequeno grupo de agricultores, a partir de certo instante, conta com adesão total das organizações da sociedade local, representando quase a totalidade, contra a mina e a favor dos agricultores. Mas pontua com precisão que a empresa persiste em abrir a mina porque tem poder econômico, poder de comunicação e poder político.

A opinião pública se torna um espaço comum a ser disputado pelos agricultores e pela empresa, demonstrando que as lutas saem de um espaço material, nesse caso a terra, e passa para o espaço das representações em que se encontra a opinião pública. A apropriação desses espaços faz parte da construção da identidade desses agricultores, e envolve relações subjetivas com outros sujeitos. As relações sociais, culturais e históricas que se dão no mundo concreto e simbólico vão se constituindo no contexto nos quais as representações são construídas. Tomaz Baldissera também revela a importância da opinião pública em favor do Movimento Içarense Pela Vida: “e hoje está em torno de umas oito comunidades, e o município também neh... no município tem 65 entidades que assinou o manifesto, desde igreja, pastoral, indústria, comércio... tudo... o que tu pensar de entidade na Içara tem assinado o protesto... que não aceita esta mina pra Içara”¹³⁷. Os agricultores que participaram do conflito transformam e constroem suas justificativas, criando alianças que articuladas conduzem seus objetivos e perspectivas. Destacamos nesses recursos o aspecto do caráter subjetivo em que estas construções

¹³⁶ Antonio Santos Matiolla, entrevista citada.

¹³⁷ Tomaz Baldissera, entrevista citada.

são efetuadas, irradiadas da própria condição em que estes sujeitos dão um sentido objetivo as suas lutas e aspirações.

REPRESENTAÇÕES AMBIENTAIS: NOS LIAMES DA “CIÊNCIA”

O EIA e o RIMA são os documentos pelos quais os órgãos ambientais avaliaram previamente os impactos que os empreendimentos trarão ao meio ambiente e conseqüentemente às populações residentes na área de abrangência do mesmo. Segundo Francisco Javier De Luca¹³⁸, vários estudos têm denunciado que esse documento, que deveria ser o início de um diálogo entre a viabilidade ou não da obra, nada mais tem feito do que legitimar a proposta do empreendedor, já que é esse quem contrata e paga os serviços técnicos que serão relatados no EIA/RIMA¹³⁹. Esses estudos de impacto ambiental possuem algumas limitações que dificultam a sua prática. Para De Luca, as limitações são de ordem legislativa, técnicas, econômicas e políticas.

Em relação à legislação, ele afirma que há uma contradição entre as duas principais fontes de nossa legislação, “que por um lado é baseada na legislação norte americana (que utiliza os EIA como instrumento de planejamento), e por outro, a prática baseada na abordagem francesa que utiliza os EIA como documento de licenciamento ambiental”¹⁴⁰. A execução e a prática desses projetos se tornam de múltiplas interpretações e muitas vezes contraditórias.

As limitações técnicas analisadas por De Luca ocorrem em virtude de “limites disciplinares na obtenção do conhecimento holístico”¹⁴¹. Nesse sentido, segundo esse autor, falta um trabalho interdisciplinar que consiga, através diferentes linguagens e metodologias, levar em consideração os aspectos qualificáveis – pois os quantificáveis nem sempre são possíveis para um tema tão complexo. A questão técnica, também é analisada pelo historiador Cezar Karpinski¹⁴², como agravante do próprio discurso implícito nesses estudos por ser tratar de uma crença na validade irrestrita e universal do cientificismo.

¹³⁸ DE LUCA, Francisco Javier. **Ensaio Críticos de Sociologia e Meio Ambiente**. Tubarão: Copiart, 2000.

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 172.

¹⁴¹ Ibidem, p. 173.

¹⁴² KARPINSKI, Cezar. Sobre as águas a memória: relações de poder e subjetividades durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001). **Dissertação (Mestrado) de Pós-Graduação em História**. Florianópolis: UFSC, 2007.

Já as limitações de ordem econômica, citadas por De Luca, residem na visão de muitos economistas que consideram os empreendimentos “como procedimentos de contabilidade nacional o consumo de recursos naturais e os impactos ambientais aparecem como contribuições positivas para o PIB e a renda nacional”¹⁴³, colocando muitas vezes esses relatórios técnicos em xeque, em nome de um desenvolvimentismo irrestrito.

O outro aspecto limitante dos impactos ambientais, ainda segundo De Luca, é de ordem política. Os EIA/RIMA se concentram nos processos a serem elaborados e suprimem muitos questionamentos em relação aos fins dos mesmos. Esse agravante estaria na própria aplicação da fiscalização nos estudos desses procedimentos, já que aqui temos vários estados com diferentes posturas e diferentes órgãos ambientais. O Estado como fiscalizador tem-se mostrado frágil quanto às pressões de ordem política – sendo os órgãos ambientais também depositários de políticas ideológicas. Nesse sentido, as posições políticas presentes demonstram determinações de ordem ideológica:

Todos os projetos representam uma posição política e, portanto, contam com o apoio de um determinado segmento da sociedade, e as conclusões dos EIA estão impregnadas dessa carga ideológica. Os empreendedores utilizam seus contatos políticos para influenciar a aprovação de seus projetos, minimizando os impactos ambientais em determinada região ou sob determinado segmento da população. Por isso, é fundamental contar com eficiência e transparência para realizar esses estudos¹⁴⁴.

Em seu estudo, Karpinski¹⁴⁵ também analisa os poderes constituídos nesses relatórios. Mostra que por ser de responsabilidade do órgão empreendedor o EIA, muitas vezes, é “tendencioso”, e conforme podemos identificar historicamente, a nossa atual legislação traz consigo possibilidades de interpretações, contradições e incompreensões em seu fundamento, pois os “Estudos de Impacto Ambiental (EIA) estão fundamentados numa legislação que prioriza o saber técnico e científico sobre o meio ambiente e insere o fator populacional como um dos as-

¹⁴³ DE LUCA, Francisco Javier. Op. Cit., p. 175.

¹⁴⁴ Ibidem. p. 176.

¹⁴⁵ KARPINSKI, Cezar, Op. Cit.

pectos a serem analisados e pesquisados”¹⁴⁶. Na visão desse autor, o fator populacional fica em segundo plano, e não muitas vezes suprimidos em meio a esses saberes técnicos constituídos. No caso do EIA/RIMA apresentado a FATMA, fica restrito a um grupo de especialistas que produzem e interpreta os saberes técnicos, com suas linguagens e detalhamentos que escondem suas intenções.

Entendemos que ao analisar os relatos dos agricultores de Santa Cruz e Esperança, tomamos conhecimento de uma série de objeções quanto aos aspectos técnicos apresentados no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). A nosso ver, essas objeções decorrem da maneira como os agricultores se apropriarem do saber técnico contido nesses relatórios. A leitura desses relatórios não é assimilada de maneira unilateral por esses agricultores, elas fazem parte de um conjunto de informações que vão desde a sua experiência com a terra até os diálogos realizados com ambientalistas que participam do Movimento Içarense Pela Vida. Podemos compreender que o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Mina Esperança¹⁴⁷ obedece a diferentes interpretações. As linguagens técnicas se tornam importantes meios de dominação para aqueles que às detém, estabelecendo relações de dominação simbólica, em processo de criação e difusão desses “saberes” constituído. Dessa maneira, quanto mais institucionalizadas essas linguagens técnicas se tornam – e consequentemente públicas –, mais podemos perceber apropriações das mesmas, por diferentes sujeitos, com múltiplas finalidades, conforme nos coloca Pocock:

É importante que o estudo da linguagem política tome como ponto de partida as linguagens dos grupos governantes, que articulam seus interesses e são tendenciosos a favor deles. Mas também importante o fato de que, quanto mais institucionalizada for uma linguagem e quanto mais pública se tornar, mais ela estará disponível para os propósitos de diversos locutores articulando diversas preocupações¹⁴⁸.

A forma como essas “linguagens técnicas” desencadeiam formas de dominação nos fazem refletir sobre as apropriações dentro do Movi-

¹⁴⁶ KARPINSKI, Cezar, Op. Cit., p. 55.

¹⁴⁷ VCS – ENGENHARIA CONSULTORIA LTDA. Mina Esplanada. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)**. Criciúma: Empresas Rio Deserto; 2002.

¹⁴⁸ POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003, p.68.

mento Içarense Pela Vida. Podemos observar as representações ambientais feitas pelos agricultores em nossas entrevistas, que se apóiam no saber dito “científico” (RIMA) e no saber dito “popular”, saber esse resultante das compreensões dos agricultores do seu dia-a-dia no campo. Conforme vai relatando o senhor José Luiz Alves, as informações contidas no RIMA e conseqüentemente discutidas nas reuniões do movimento para contestar o próprio projeto da mineradora ganham sentido:

E esta microbacia aqui, eu não tenho conhecimento [...] ela pode afetar a lagoa do Faxinal que abastece o município de Içara. E esta mina aqui está a 5 Km da Praia do Rincão, e ela pode afetar também o Balneário Rincão... a praia... o pessoal neh...o litoral da baleia franca também... então pode ser afetado também... então esta é uma história dos agricultores, aqui são umas famílias que são autossustentáveis, plantam para viver, não dependem de ajuda de ninguém, e cada um faz o seu trabalho... e vive aqui da terra¹⁴⁹.

O senhor José Luiz Alves faz questão de enfatizar que não é um “especialista” em microbacias, mas consegue dar coerência a suas ideias para apresentá-las, pois elas nascem de um conjunto de percepções que se elaboram a partir de múltiplas experiências com os companheiros do movimento, com o trabalho no meio rural, com as informações adquiridas através dos meios de comunicação, e de ambientalistas. São no conjunto das informações institucionalizadas que os agricultores retirando dos próprios relatórios técnicos as contradições dos mesmos. O senhor José Luiz Alves nos explica detalhadamente compreensões importantes sobre os “detalhes” do projeto, como o distanciamento entre as galerias da mina e o litoral do município de Içara, no Balneário Rincão.

¹⁴⁹ José Luiz Alves, entrevista citada.

FIGURA 3: ÁREA DE PRESERVAÇÃO DA BALEIA FRANCA (APA DA BALEIA FRANCA).



FONTE: <http://www.baleiafranca.org.br/area/area.htm#>. Acesso em 02/12/2009.

O Balneário Rincão distrito do município de Içara é a última praia no sentido norte-sul pertencente à Área de Preservação da Baleia Franca (APA da Baleia Franca)¹⁵⁰. A APA da Baleia Franca foi criada em 14 de setembro de 2000 através de Decreto Federal, abrangendo 156.100 hectares da costa centro-sul de Santa Catarina. Sob a responsabilidade do IBAMA, tem a função de proteger as enseadas de maior concentração de Baleia Franca com filhotes, além de importantes áreas terrestres com costões rochosos, dunas, banhados e lagoas, conforme podemos acompanhar na figura 3.

Para o senhor José Luiz Alves, o litoral do município de Içara pode vir a sofrer as consequências com a exploração de carvão nas localidades de Santa Cruz e Esperança. Essas consequências estão inseridas na própria condição estratégica de fornecimento de água pelo Complexo Lagunar Içarense, em que há uma subestação para o tratamento de água na Lagoa do Faxinal pertencente ao município. A área geográfica do Complexo Lagunar Içarense situa-se na Bacia do Rio dos Porcos, que é parte integrante da Bacia do Rio Araranguá no município de Içara, compreende a Lagoa dos Esteves, do Faxinal, do Rincão, Comprida, do Jacaré, dos Freitas. A Lagoa da Urussanga Velha faz parte da bacia do rio Urussanga, cuja formação está associada à inundação da mesma. Podemos observar o conjunto de lagoas que estão dentro dos limites do município de Içara, conforme a figura 4.

¹⁵⁰ Disponível em: <<http://www.baleiafranca.org.br/area/area.htm#>>. Acesso em: 02/12/2009.

FIGURA 4: CONJUNTO DE LAGOAS DO MUNICÍPIO DE IÇARA.



FONTE: Figura adaptada pelo autor do site: <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>>. Acesso em 07/12/2009.

No contexto dessa discussão, apreendemos que as preocupações dos agricultores de Santa Cruz e Esperança estão ligadas a um conjunto de informações retiradas dos estudos e pesquisas sobre as lagoas na região. Para melhor compreendermos o conjunto dessas lagoas e sua importância para a vida litorânea do município, observamos a tabela 1:

TABELA 1: ÁREA DAS LAGOAS DO MUNICÍPIO DE IÇARA.

DENOMINAÇÃO	ÁREA Km ²	LOCALIZAÇÃO
Lagoa dos Esteves	2.90	Bairro da Lagoa dos Esteves
Lagoa Urussanga Velha	2.35	Barra do torneiro
Lagoa do Faxinal	1.45	Faxinol
Lagoa do Rincão	0.25	Balneário Rincão
Lagoa dos Freitas	0.18	Balneário Rincão
Lagoa Comprida	0.18	Balneário Rincão
Lagoa do Jacaré	0.16	Balneário Rincão
Lagoinha	0.02	Balneário Barra Velha
Rio Morto	0.15	Barra do Rio Araranguá
TOTAL	7.64	IÇARA

FONTE: AMREC-UNESC. **Plano de Desenvolvimento Ecológico Econômico**. SDM. AMREC-UNESC, 1996.

Portanto, os saberes construídos em torno do município estão presentes nos relatos desses agricultores que não escondem suas angústias e preocupações. Esses questionamentos, quando confrontados com o RIMA do projeto da mina Esplanada, demonstram que os argumentos do senhor José Luiz Alves não excluem os saberes “especializados”. Nesse sentido, o RIMA do projeto da mina Esplanada contempla em suas páginas o resumo sobre as condições da Bacia do Rio Urussanga, em que está inserida a região: “A área, objeto desse relatório está inserida na bacia do rio Urussanga. A bacia hidrográfica pertencente à vertente atlântica, e dirige-se diretamente ao oceano. Esse comportamento hídrico é o resultado da história geológica e geomorfológica regional”¹⁵¹. Mesmo que o senhor José Luiz Alves afirme que “não tem nenhum conhecimento sobre microbacia”, podemos perceber quanto os saberes ditos “populares” e “científicos” se interpola na fala desses agricultores. Segundo o RIMA, a área afetada pelo projeto da mina, Esplanada atinge diretamente duas microbacias pertencente à bacia do rio Urussanga (A microbacia do rio Ronco d’água e do rio Linha Anta). Essas duas microbacias, segundo o mesmo relatório, possuem como principal atividade industrial desenvolvida em sua área no passado foi a mineração do carvão, principalmente na área noroeste do rio das Antas, em que suas

¹⁵¹ VCS – ENGENHARIA CONSULTORIA LTDA. Mina Esplanada. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)**. Criciúma: Empresas Rio Deserto; 2002, p. 71.

nascentes se encontram em antigas localidades mineradas pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) do município de Criciúma¹⁵². O projeto, ao mesmo tempo em que cita a contaminação dos rios por antigas empresas de mineração, também relata a contaminação atual pelo esgoto doméstico jogado nesses rios pelos bairros da região. O projeto da mina Esplanada procura mostrar que a mina, uma vez ali instalada, não irá aumentar a contaminação dos mananciais de água e que, além disso, o “progresso” do empreendimento na região contribuirá para solucionar a falta de saneamento básico das comunidades afetadas¹⁵³. No discurso dos pró-mineradores, observamos a teoria do “quem polui mais” se é as mineradoras com seus “modernos” métodos de extração de carvão ou os agricultores que utilizam agrotóxicos em suas lavouras, o que também vem a comprometer o lençol freático existente na região.

O argumento apresentado pelo projeto destoa expressivamente com o que os agricultores de Santa Cruz e Esperança pensam sobre o projeto. Para eles, é incompreensível que ocorra “progresso” conhecendo os danos ambientais causados pela mineração na região onde sabem dos riscos de degradação do solo – tendo em vista a perda da fertilidade para a agricultura.

No relato do senhor Nico Matiolla¹⁵⁴, além desses saberes sobre a região, percebemos suas considerações sobre as “novas” técnicas utilizadas na mineração de carvão. O senhor Matiolla parte tanto das alegações contidas nos documentos técnicos, como dos dados empíricos que o mesmo observou na visita às mineradoras em atividades consideradas como “modelos” de qualidade e tecnologia. Toda forma de propaganda institucionalizada e financiada pela empresa mineradora são colocadas em questionamento, “o que eles vêm alegando é só para enrolar o povo”¹⁵⁵. O olhar atento do senhor Matiolla pode observar as rachaduras, os problemas enfrentados pelas empresas visitadas, de maneira a elaborar um conjunto de estratégias discursivas contra uma futura instalação do empreendimento carbonífero em Içara:

A gente luta pela moradia do homem no campo e pela água, porque água é a vida. A mina do trevo só abriu e já terceirizaram pra outro grupo, esse grupo já deu problema, hoje tão tirando uma cavadinha hoje, uma amanhã, tão tirando assim de-

¹⁵² VCS – ENGENHARIA CONSULTORIA LTDA Op. Cit., p. 75.

¹⁵³ *Ibidem*.

¹⁵⁴ Francisco Santos Matiolla, entrevista citada.

¹⁵⁵ Francisco Santos Matiolla, entrevista citada.

vagarzinho porque teve problema, não com aquela atividade, uma mina que é nova, acho que não trabalharam um ano, dois anos naquela mina, já pararam porque era uma durabilidade de anos também, ela apresentou problema muito grave. Eles alegam nos documentos que não vai ter problema por isso por aquilo, que nos vamos botar espuma de teto, que não vai vazar que vão cimentar. As minas que dizem ser modelo hoje, que não tem mais problema. Porque não usam essas técnicas novas nessas minas de hoje que continuam dando problema, que anda caindo, com rachadura com perca de água. O que eles vêm alegando é só para enrolar o povo, só vem dizendo que não acontece nada, mas isso a gente sabe que na verdade a hora que eles um dia se entoca de baixo.¹⁵⁶

Através desse relato, o senhor Matiolla apresenta algumas preocupações claras quanto às técnicas utilizadas na construção da mina. Entre essas preocupações, chama-nos a atenção para os problemas de rachaduras nas galerias da mina. Conforme ele, os “documentos” apresentam o uso de tecnologia que inibe o vazamento de água, mas que na “prática” ao observar outras minas na região, não é isso que ocorre. A Mina do Trevo torna-se um importante exemplo, pois a mesma foi terceirizada ao mesmo tempo em que apresentou alguns problemas, que para o senhor Matiolla aponta para falhas comuns neste tipo de projeto e que nada garante que o mesmo não vá ocorrer com o projeto da Mina Esplanada. No RIMA do projeto, no que se refere à viabilidade do empreendimento, a mina do Trevo, localizada no município de Siderópolis, é citada como exemplo de viabilidade econômica. Segundo o relatório, a viabilidade da mina do Trevo demonstra a experiência do grupo na área de mineração e que por isso garante o “acerto” do projeto da mina Esplanada¹⁵⁷. Podemos acompanhar as interpretações por parte do senhor Nico Matiolla em relação ao projeto. Essas interpretações, não vêm apenas da leitura do relatório em si mas da informação empírica da visita à mina do Trevo no município de Siderópolis.

Para o agricultor, pedreiro e morador da localidade de Santa Cruz, seu Jorge José Gabriel, a questão da vedação da mina tem que ser provada na prática. Partindo de sua experiência como pedreiro, ele acre-

¹⁵⁶ Francisco Santos Matiolla, entrevista citada.

¹⁵⁷ VCS – ENGENHARIA CONSULTORIA LTDA. Op. Cit., p. 53.

dita que as tecnologias empregadas no empreendimento não garantirão o controle da contaminação da águas do lençol freático¹⁵⁸ pelo carvão. O senhor Gabriel evoca sua condição de pedreiro e através da experiência nessa profissão desafia o conteúdo desses relatórios:

Então pra que coisa melhor do que isso aí, então acho que... não sei... dizem que não prejudica, que não polui... vamos ver neh...eu fui numa reunião aqui na Santa Cruz... eu vejo a turma assim, porque não querem neh, porque sabem que é um negócio que prejudica,... depois dizem que tem muita tecnologia, mas para mim acreditar que não seca água em baixo... tem que ver... tapar vertente de baixo para cima tem que ver... porque eu trabalho de pedreiro desde os 19 anos já estou com 58, tem vez que o cara reboca a laje e coloca produto e tudo e ainda vaza, e isto que é chuva, a água da chuva...tem ver! Tem que mostrar para mim!¹⁵⁹

Para o senhor Jorge Gabriel, o tempo em que trabalhou como pedreiro lhe dá autoridade para contestar expressivamente à vedação contida no projeto do empreendimento, pois o mesmo que desde os 19 anos está neste ofício, e que em sua atual idade (58), garante que é muito difícil que o empreendimento obtenha sucesso no quesito da infiltração de água. A importância do trabalho, do tempo de serviço, da idade dos entrevistados, confere aos agricultores uma autoridade baseada nos costumes da vida comunitária rural, em contraponto com a autoridade que se legitima através dos relatórios técnicos. Quando o senhor Jorge Gabriel fala que “dizem que não prejudica” e “que não polui” a água, ele está se referindo aos argumentos lançados pelo Projeto Mina Esperança. Esses argumentos estão baseados, segundo consta do RIMA do projeto, em algumas premissas, que o impedimento da contaminação da água é realizado através do isolamento da área interna e da área externa da mina¹⁶⁰. Mesmo que a tecnologia empregada na Mina Esplanada consiga vedar em 100% as paredes da galeria, o que fica claro é a falta de convencimento por parte dos agricultores que contestam os relatórios técnicos através de seus saberes e de suas observações.

¹⁵⁸ O lençol freático é caracterizado como um reservatório de água subterrânea decorrente da infiltração da água da chuva no solo nos chamados locais de recarga.

¹⁵⁹ Jorge José Gabriel, entrevista, op. cit.

¹⁶⁰ VCS – ENGENHARIA CONSULTORIA LTDA. Op. Cit., p. 85.

O saber empírico aliado ao saber teórico torna os agricultores de Santa Cruz e Esperança atores privilegiados para o entendimento do conflito estudado, com suas percepções podemos refletir sobre os propósitos do movimento sem reduzi-lo a uma natural resistência pela proteção da terra e da água pertencente ao seu território. Valdenir Antonio Guslinski não é químico, mas pode compreender muito bem o que um nível baixo de pH¹⁶¹ pode causar na água. Para esse agricultor, a acidez das águas provocadas pela contaminação de carvão em rios da região demonstra o quanto essa atividade pode ser perigosa para as comunidades de Santa Cruz e Esperança:

Eu sempre disse assim, eu sempre tive uma coisa, eu tenho um tio que morava, do lado da antiga CSN¹⁶²... e eu sempre conto uma história aqui para o pessoal, que eles tinham uns três, quatro açudes bonitos, e eles não entendiam porque eles colocavam peixe, e o peixe não se criava, uma água limpinha e boa, que era no lado da casa deles, e eles sendo vizinhos da CSN, claro que era por causa do pH da água!¹⁶³

A contaminação da água pelo empreendimento se torna um ponto central e que todas estas informações se amarram em um corpo tão complexo e elaborado, quanto os saberes ditos “técnicos”. As atividades mineradoras requereram a supressão de vegetação nas áreas de exploração na região sul de Santa Catarina. Essas práticas restringiram o acesso a terra, impactando fortemente o pequeno agricultor, com suas práticas tradicionais, através de sua desapropriação, acabando por desestruturar a realidade na qual está inserido, para atendimento de um interesse particular e imediato de grandes empreendimentos.

Os agricultores entrevistados nos revelam o quanto as noções de resistência e apropriações de saberes podem ser alargadas, merecendo destaque para a construção de significados que deles decorrem em relação à preservação da terra. Os relatos apresentados aqui demonstram a fragilidade das simplificações que explicam a polarização entre os rela-

¹⁶¹ O pH (potencial hidrogeniônico) é uma escala logarítmica que varia de 0 a 14, e nos indica quão ácida ou alcalina é uma substância. Valores abaixo de 7,0 são ácidos e acima são alcalinos. O valor 7,0 é neutro.

Disponível em: <<http://www.dicionario.pro.br/dicionario/index.php/PH>>. Acesso em: 02/12/2009.

¹⁶² O entrevistado estava se referindo a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

¹⁶³ Valdenir Antonio Guslinski, entrevista citada.

tórios técnicos e os agricultores não especialistas no assunto. Podemos entender em que circunstâncias esses relatórios técnicos são produzidos e quais saberes se instituem para sua interpretação. Dessa maneira, diante das contradições tratadas anteriormente nesses “saberes” constituídos, verificamos a mutação nos interesses envolvidos. Apesar disso, os agricultores que representam o “fator populacional” continuam resistindo, lutando e, na maioria das vezes, sem voz ativa em meio a esses “saberes” institucionalizados e universalmente aceitos como científicos.

LUGARES QUE CHORAM: UM OLHAR SOBRE AS ÁREAS AGRÍCOLAS DEGRADADAS PELA MINERAÇÃO

Historicamente, a Região Sul de Santa Catarina sofre os impactos ambientais causados pela descuidada exploração do carvão mineral. Tal exploração do carvão trouxe aumento populacional na região através da oferta de empregos, fazendo com que ocorresse um êxodo do meio rural para os bairros periféricos das cidades, gerando profundos impactos que comprometeram a qualidade de vida na região¹⁶⁴. Na região sul do estado de Santa Catarina – em que ocorreu a mineração – os problemas sociais foram marcantes do processo de degradação e contaminação do solo rural, envenenamento das águas de rios e mananciais, destruição de animais responsáveis pela continuidade dos pequenos ecossistemas e pelo aumento do consumo de energia.

Todas as etapas da exploração do carvão mineral – como lavra, beneficiamento, disposição dos rejeitos e transporte – contribuíram de forma definitiva para degradação ambiental e o comprometimento da qualidade das águas da região carbonífera, com implicações diretas sobre a biodiversidade local e disponibilidade de mananciais para abastecimento humano. Segundo Sanchez & Formoso¹⁶⁵, a reação de oxidação da pirita (sulfeto de ferro) em contato com água e ar desencadeia um processo de acidificação das águas subterrâneas e superficiais, comprometendo a qualidade ambiental das bacias hidrográficas como um todo.

As áreas degradadas pelo carvão podem ser facilmente observadas na região sul do estado de Santa Catarina. Paisagens que ganharam denominação de “lunares” geram, além da poluição ambiental, um conjunto de representações culturais que condicionam a negação das práticas

¹⁶⁴ MILIOLI, Geraldo. **Mineração do carvão e desenvolvimento sustentado no sul de Santa Catarina**: um estudo exploratório de percepção, valores e atitudes do meio ambiente num bairro do município de Criciúma. Criciúma: Luana, 1995.

¹⁶⁵ SANCHEZ, J.C.D. & FORMOSO, M.L.L. Utilização do carvão e meio ambiente. Porto Alegre: CIENTEC, 1990. n. 10, 34 p.

relacionadas à exploração de carvão na região. Nesse aspecto, não só as pessoas ligadas à agricultura mas também aquelas que residem em localidades próximas – ou mesmo em dentro de áreas degradadas – têm posições semelhantes quanto à poluição e à degradação ocasionada por esse tipo de empreendimento. Os agricultores de Santa Cruz e Esperança, entre os anos de 2004 e 2005, visitaram áreas agrícolas – de municípios vizinhos – afetadas pela mineração de carvão, com o objetivo de observar como vivem hoje as famílias afetadas pela degradação ambiental no passado. Ao chegar a essas áreas, puderam observar o quanto esses espaços e os moradores dessas localidades foram prejudicados. Áreas que haviam trazido sérios problemas para agricultores no passado e que no presente se mostram como lugares de tristeza e degeneração agrícola, como relata o senhor Tomaz Baldissera:

E aí a gente viajou, percorreu aonde tem mina, olha aonde têm em torno de umas 100 famílias, eles moram em cima, de onde a mina minerou por baixo, eles só diziam: não deixem esta mina passar porque é só tristeza... a hora que esta mina passar ela detona tudo, o terreno fica com pouco valor, não produz mais o que ia produzir, fica 20% a menos, e aí a gente foi visitando famílias, fomos em Forquilha, em Treviso, Siderópolis, Guatá... Guatá.. vimos lá.. rachou o morro, o açude de peixes, bem no dia que nós fomos estão os peixes tudo morto, e tinha rachado... tinha abrido a terra neh...e a água tinha... então a gente conversou com o pessoal de lá e eles lamentavam muito, porque não podiam fazer nada... porque diziam que o poder era muito...e aí lutamos com as nossas armas aí até chegar nas botas... e aí um foi ajudando o outro... entendeu? hoje o movimento está forte, pode ser que até saia a mina que a gente não quer, mas alguma coisa a gente conquistou neh...hoje qualquer um deslize deles a FATMA pode embargar, fechar... e daqui pra frente também eles não têm a licença do carvão... então a gente vai ver se pode conseguir barrar... isto aí é um trabalho que está sendo feito para ver se a gente consegue nosso objetivo: parar a mina mesmo!¹⁶⁶

¹⁶⁶ Tomaz Baldissera, entrevista citada.

A reprodução dos relatos de agricultores residentes em áreas já mineradas pelo senhor Tomaz Baldissera possibilitou modular, em sua própria voz, as representações desses moradores, e que nem por isso se fez um relato menos autêntico. Essa apropriação de relatos pelo senhor Baldissera encena para ligações espaciais que ajudem a justificar e dar sentido à luta contra a mineração de carvão em Santa Cruz e Esperança –, compartilhando com pessoas que em um primeiro momento não fazem parte do Movimento Içarense pela Vida, mas que possuem uma relação negativa com a mineração de carvão em suas localidades. As perspectivas que se apresentam em torno dessas áreas visitadas fazem aumentar a preocupação dos agricultores de Içara, e consolidam elementos para criticar esta forma de exploração. As aclamações dos moradores dessas localidades já afetadas somam-se ao o objetivo do Movimento Içarense pela Vida, seguindo o mesmo relato do senhor Baldissera: “eles só diziam: não deixem esta mina passar porque é só tristeza”¹⁶⁷. Portanto, a tristeza iminente e o medo da desvalorização da terra constituem em fortes elementos para a crítica desses agricultores içarenses em relação à instalação da mineradora.

A degradação dessas áreas em municípios vizinhos revela uma importante rede de significações, do ponto de vista ambiental e ecológico, como elemento marcante nas paisagens dessas cidades. O fato de o senhor Baldissera ter chegado à cidade do Guatá e observado, uma série de peixes mortos, marca empiricamente o que o processo de mineração vem a significar para ele – reforçando um conjunto de representações que tendem a rejeitá-lo “Guatá.. vimos lá.. rachou o morro, o açude de peixes, bem no dia que nós fomos, estão os peixes tudo morto, e tinha rachado.. tinha abrido a terra neh...e a água tinha”¹⁶⁸.

No ambiente rural, as comunidades percebem as paisagens com uma função e um valor diferenciado, pois esses agricultores possuem conhecimento de extrair da natureza alimentos e água. O empirismo da prática com a terra e com o meio ambiente torna-se um elemento importante na observação do meio em que vivem – no caso dos relatos coletados, podemos perceber uma constante, no que diz respeito ao que “viu” ou se “percebeu” de degradação nas cidades visitadas. As múltiplas leituras sobre o meio ambiente realizadas por esses agricultores se ancoram em suas próprias experiências de vida, de suas práticas com a terra, e também de suas ligações históricas com essas localidades vizinhas. Tais ligações “históricas” estão relacionadas à própria rotatividade de

¹⁶⁷ Tomaz Baldissera, entrevista citada.

¹⁶⁸ Tomaz Baldissera, entrevista citada.

peças na região, em que as trocas de experiências sempre se concebem em uma perspectiva mais ampla – pois os agricultores de Içara, além de não constituírem comunidades isoladas, possuem familiares e amigos em outras regiões fora dos limites de Santa Cruz e Esperança, e do próprio município de Içara. Nessa perspectiva, podemos observar o relato do senhor José Luiz Alves:

Então eles estão botando esta mina aqui pra cá, vem destruir as nossas terras, vêm destruir as nossas águas, e a gente já teve conhecimento de agricultor lá na Forquilha, que há 22 anos está tomando água de caminhão pipa! Ta lá vivendo um irmão já quase perturbou... então esta é a luta do agricultor neh... cada um tem sua vida pra contar, tem sua história para contar, eu tenho minha história, dos meus ancestrais que viveram aqui... não dependeram de ninguém até hoje para viver, eu não dependo de ninguém pra viver! Dependo de mim mesmo! Das minhas terras! só que a gente foi... e sabia...eu tenho família, eu tenho família que morreu na mina, eu tenho parente que morreu na mina, tenho um irmão que trabalhou um ano e pouco na mina...em Criciúma... tenho dois primos que morreram de baixo da mina... tem mais um primo que tem problema por causa da bota.. da perna... deu trombose...problema da bota... então é assim... só que eles moravam lá entendesse...eles já moravam lá nessa região... empregado neh! Porque hoje se não tiver emprego... ah mas a mina é emprego! A mina é emprego pra 50 pessoas! E a gente quer é que venha empresa aqui pra região que gere emprego pro jovem e pra terceira idade... e que venha pra cá sem poluir e sem degradar! É isto que nós queremos para o povo de Içara! Uma empresa que gere emprego, mas sem poluir e sem degradar! Não minerar debaixo da tua casa, destrói a tua casa, cai a tua casa, e depois não estão nem aí. Porque aí tu coloca na justiça, e tem as instâncias e vai anos e anos, aí vem ameaça de mineiros como existe, e a gente tá sabendo. Lá em Treviso, o próprio advogado que trabalha com nós, trabalha lá, defendendo os moradores que tiveram as casas rachadas por causa da mina... então isso aí é... não tem limite, o poderio do dinhei-

ro, não tem limites! O poder do dinheiro é muito forte!¹⁶⁹

O agricultor de Forquilha, que há 22 anos toma água trazida por um caminhão pipa, ou seu irmão que quase perturbou por conta da contaminação da água, insere novos caminhos que ligam o seu cotidiano ao de moradores e familiares das cidades visitadas. A ligação se torna muito mais íntima, estabelecendo uma conexão entre esses lugares degradados e sua família, essas redes familiares e sociais se tornam pontos de referências para suas representações, como ao comparar a qualidade de vida que possui a dos moradores destas áreas, o senhor José Luiz Alves acaba considerando que o preço a ser pago pela geração de empregos na região é muito alto, comparado aos riscos provenientes da mineração na região. O preço pago pela poluição, ocasionada pela exploração do carvão, passa a ser um tema constante nos relatos desses agricultores. As expectativas de geração de emprego nas comunidades não agradam a seus moradores pois diante das incertezas citadas por uma futura degradação ambiental nas comunidades os agricultores preferem fazer os seus próprios balanços em relação ao anunciado “desenvolvimento” da região. O senhor José Alves também salienta que os agricultores não são contra a instalação de indústrias nas comunidades, desde que elas não coloquem em risco os seus recursos naturais – como o lençol freático da região.

Os elementos apresentados nos relatos desses agricultores trazem novos significados para velhos objetos – como as águas poluídas de rios que banham a região – colorindo-os através das suas representações. As águas poluídas na região perdem sua cor com o tempo, e sua capacidade de chamar a atenção, tornado-se um objeto praticamente imperceptível, que não choca a mais ninguém por sua condição ou coloração. As representações dos agricultores em relação às águas poluídas se inserem na própria condição de movimento social, cujo objetivo recai sobre a defesa do meio ambiente, como nos mostra o senhor Jorge José Gabriel:

Ah este negócio ali sobre a mina.. que tu queres conversar isso aí...a agricultura... eles estão mais é revoltado pela água, tu sabe que a agricultura...que aquilo ali não tem, tem gente que diz que do poço de 80 ... então a turma tem mais medo é disso aí neh... da água... se não tiver água, o que vai ter... pra mim a riqueza é o cara plantar aí oh,

¹⁶⁹ José Luiz Alves, entrevista citada.

não vê aí, tem gente que não tem feijão pra colher e aqui sempre dá...aqui nunca deixou nós sem, tivemos alguma coisinha mas foi tudo na agricultura, o Tarcísio conhece meus filhos, tão tudo casado empregado, cada um tem sua moradinha, este aí mora aqui porque ta aí, porque tem seu lote na Içara também, o dele lá já vale 70 mil... então foi tudo adquirido na agricultura, agora se fosse na parte de empregado já viu neh... empregado só pra quem ganha bem neh... ...aí a turma ta com medo neh, a turma vê igual lá... como é que eu vou ti dizer...ali no, parente teu lá¹⁷⁰, como é... Siderópolis... Treviso... isso Treviso! Saíram tudo pobre de lá... aqueles terrenos lá não se planta mais nada, e se fala pra mim que planta, eu digo que é mentiroso, porque o falecido Manecão tinha estufa e eu fui lá, eu trabalhei pra ele, eu olhei aquilo lá de cima, e eu falei pra ele... aquela água amarela... eu falei: o que é aquilo lá? aquele amarelão lá... fomos lá vê era cheio de pirita... despejavam de caminhão... rapaz era uma tristeza! Se eles não vedem lá, eles estavam empenhados...no mesmo ano ele já vendeu tudo lá.... eu pra mim igual lugar aqui, acho que não tem melhor! ... é o paraíso! Água boa...até uma vez veio um cara de São Paulo eu falei: pode tomar banho aí que é mineral, não é aquela água de cloro lá que chega a ferver, o cara vai tomar banho chega sair uma fumaça! ...lava teu carrinho aí... até é um pecado botar esta água mineral... a gente é acostumado, agora quem mora na cidade só se comprar água pra tomar, aquela água da CASAN... eu não tomo mesmo! Fura um poço ao oh, atrás de casa pode deixar ligada aí, dessa bombinha sapo¹⁷¹ aí... pode deixar a noite toda... este meu é pra duas casas já encheu as duas caixas, deixa ligado aí de manhã até meio dia... nunca secou!¹⁷²

O relato do senhor Jorge Gabriel sobre a água amarelada vista por ele em Treviso, que em sua narrativa ganha um significado de ambiente

¹⁷⁰ Tava se referindo aos parentes de sua mulher a dona Amabile Alves Gabriel

¹⁷¹ Bomba “sapo” ou Bomba Submersa é um equipamento motorizado instalado dentro do poço, submerso em alguns metros, para retirada de água em poços artesanais.

¹⁷² Jorge José Gabriel, entrevista, op. cit.

morto em contraponto à água limpa e transparente do poço artesiano de sua residência. A água é um elemento importante, como recurso imprescindível para a agricultura e para o consumo da população das comunidades, e como estratégia discursiva produzida pelos agricultores e ambientalistas da região. A água contaminada em áreas degradadas pelo carvão ganha importante centralidade nas discussões em que estão envolvidos os diferentes atores desse conflito, trazendo para os agricultores uma importante bandeira para defender – o lençol freático que corta as duas comunidades.

O senhor Francisco Santos Matiolla também observa as cores da degradação, onde no passado havia vida agora o que há é desolação, uma imagem que remete aos agricultores a tristeza e ao desespero. O vermelho dos rios também significa a sua morte, mesmo sem precisar pescar, se sabe que não há peixe, que não há vida. Então a luta se torna uma luta pela água e pela vida – vida essa que não é encontrada nas paisagens visitadas, e que se mostra tão dura com aqueles agricultores que sofrem com o problema da degradação em suas terras, conforme nos relata o senhor Matiolla:

Nós estivemos na mina de Criciúma lá em Forquilha, nós estivemos na mina trevo modelo dessa que quer vim colocar na nossa comunidade, nós estivemos nas minas em Treviso, vendo... só vê destruição, rio morto aquelas águas vermelhas, tu não vê um peixe, tu não vê uma vida, tu não vê um córrego, tu não vê um poço dando água, não vê um açude, não vê nada. A mina Criciúma faz 26 anos minerando, ali em Forquilha. Ela minera 160 metros de profundidade não tem um poço dando água hoje, agora imagina a nossa com 20, 30 metro, o que vai sobra dessa região¹⁷³.

O senhor Matiolla faz questão de salientar sobre os estragos causados pela mineração a 160 metros de profundidade na cidade de Forquilha – ocasionado a inutilização dos poços artesanais da região – comparando com a profundidade dos poços que se querem perfurar em Içara, de 20 a 30 metros. Para ele, a pouca profundidade da jazida de carvão promoverá mais facilmente a contaminação das águas das comunidades, representando uma volta ao passado das comunidades afetadas pela mineração.

¹⁷³ Antonio Santos Matiolla, entrevista citada.

Outro aspecto que podemos destacar é a relação os que agricultores fazem sobre a poluição das águas com o contexto regional. As representações que se constroem de diferentes lugares convergem para um melhor entendimento do contexto da mineração no sul do estado por parte dos agricultores de Santa Cruz e Esperança. Essa compreensão gira em torno de um conjunto de experiências históricas que perpassam um “imaginário silencioso” e “memórias esquecidas”, na concepção de Michel Pollak¹⁷⁴, que diante do conflito estabelecido ecoam de diversos municípios da região. Essas memórias rompem do silêncio e entram na condição de elementos que formam estratégias de resistências contra a dominação. Nesse sentido, as construções do passado, dos agricultores de Içara e de outras regiões são a ponta de um *iceberg* que trazem em sua base memórias de uma região muito mais profundas, ou subterrâneas no dizer de Gonçalves, que traz dentro de uma historiografia de Criciúma, elementos de degradação muito mais remotos:

Então, a cidade ficou rodeada com pilhas de rejeitos jogados fora. Hoje, esses pontos estão dentro do perímetro urbano da cidade de Criciúma. Essa pirita dos amontoados e rejeitos poluiu todos os mananciais de água disponíveis para o consumo humano. Conta ele que “se um animal de pequeno porte bebesse essa água de cor alaranjada, poluída pela pirita, morria em pouco tempo”. Em decorrência da queima natural do carvão, o ar tornou-se “muito cheiroso”, com ácido sulfúrico, o “cheiro de ovo podre”. Em consequência disso, morria uma criança recém-nascida e menor de um ano a quase toda hora. Quando morria alguém, o sino da igreja batia para avisar a comunidade. Então, era um badalar constante do sino e aquelas fileiras de caixõesinhos saíam das vilas, perto das bocas das minas, iam para a igreja e, a seguir, as crianças eram enterradas¹⁷⁵.

Esses elementos descritos acima nos apresentam a conexão entre a herança dos objetos que ainda constituem muitos daqueles cenários degradados. Apesar de as cidades que se ergueram em cima dessas pai-

¹⁷⁴ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº3, pp.3-15, 1989.

¹⁷⁵ GONÇALVES, T. M. **Meio ambiente e a questão urbana**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. n. 9, p. 117-121, jan./jun. 2004, p. 119.

sagens degradadas, muito do que ficou registrado do passado é reconstruído na relação com as áreas atualmente não recuperadas. As pesquisas como a de Maria Terezinha Gonçalves têm buscado refletir sobre essas contradições em que enredam de um lado o surto do “desenvolvimento” industrial carbonífero, e de outro lado às consequências desse “progresso” para o meio ambiente e para as pessoas, já no início do século XX na região de Criciúma. Dessa maneira, os sentidos também são recriados nas lembranças para muitas famílias das localidades de municípios afetados pela degradação do carvão, todos esses elementos constituem parte das representações históricas de uma região. A presença da poluição estabelece uma relação material, causando doenças, esgotamento dos solos e cultural que demonstram diferentes apropriações quanto a essas paisagens degradadas. Os lugares vão sendo mapeados com facilidade pelas pessoas mais velhas da região, no entanto a urbanização de muitas dessas áreas já esconde muito do que foi destruído.

O antagonismo histórico entre o “progresso” e “meio ambiente” na região delinea uma série de representações que no conflito de Santa Cruz e Esperança se apresenta como questionamento – por parte dos agricultores – ao tipo de “desenvolvimento” que se quer para a região. Nesse sentido, várias estratégias se definem nas ações dos agricultores, como as que podemos observar no relato do senhor Francisco Santos Matiolla, para quem é necessário “filmar” e “fotografar” essas paisagens, esses estragos ambientais:

A gente foi vê lá na metropolitana em Criciúma três hectares de terra desceu tudo, mata, a altura da galeria do subterrâneo desceu tudo, e a água de cima secou tudo, nos tivemos lá vendo, rachou uma casa a meio, a estrada a casa começou a tremer tipo de terremotozinho que deu ali, a mina cedendo quebrando os pilar em baixo, isso que é 180 e poucos metros de fundura nessa mina, rachou tudo, nos temos as fotos pra provar! Passou na estrada onde passava os carros, hoje eles fizeram um desvio daquela estrada, porque tinha problema de cai para dentro do rio, onde era o açude do cara hoje é a estrada, a casa no mesmo dia a mina derrubou, para ninguém fotografa para ninguém filma, para não documenta nada, e a mina doou outra casa para o cara. Então eles manipulam, porque o cara era um próprio funcionário da empresa, então eles fizeram o ladinho com o fun-

cionário, tu não me denúncia, tu não bota processo pra cima da empresa, nos vamos te ressarcir, só que o terreno dele, que corria aquelas sanguinha de águas, aquelas, pro gado toma água, hoje aquilo acabou tudo, morreu tudo, secou tudo, o terreno dele não vale mais nada, hoje se ele quiser tomar água vai ter que se encanada, pois os subterrâneos de poço, ou coisa assim não tem nada, nos temos as fotografia do poço seco na hora, o açude tudo (...)¹⁷⁶

Para a maioria dos agricultores entrevistados, há uma contradição latente nos discursos oficiais. Por um lado, esses discursos oficiais lançam mão de um conjunto de estratégias que envolvem o meio ambiente, pregando a valorização da qualidade de vida e a sustentabilidade como parte de seu objetivo. O senhor Nico Matiolla – ao observar as águas secando, as casas rachando e a estrada cedendo – questiona fortemente as propagandas vinculadas à mídia sobre “desenvolvimento sustentável”. Tudo isso soa muito estranhamente para os agricultores entrevistados, há uma contradição difícil de ser “digerida” e compreendida. Nesse sentido, a contradição é percebida pelo senhor Nelson Zachohenski como fruto da própria “inteligência”, do próprio avanço das ciências, das tecnologias que acabam por não mais darem conta daquilo que realmente importa e que faz parte do mundo prático e empírico desses agricultores:

A mina e agora aquele esgoto sanitário que estão querendo botar aí, isso aí não era de botar aí neh, mais o esgoto, querendo prejudicar o cara, não é fácil! Pra ti ver uma coisa, eu sempre falei e falo, eles dizem para o povo estudar, mas o que tá mais acabando com isso tudo é o estudo! O pessoal está estudando demais, eles estão formando mais coisas, a inteligência deles tá indo tão forte que eles estão querendo avançar no que tem lá de baixo, e tu sabe o que tem lá de baixo, é o que sustenta o teto aqui em cima! Então, vai tirar carvão pra quê? não é preciso, nós aqui queremos dizer: planta cana! Porque o melhor combustível que tem é a cana! Não dá poluição! É tão fácil de fazer. Não! Vão lá tirar o carvão, pra que tirar isso aí neh, for-

¹⁷⁶ Antonio Santos Matiolla, entrevista citada.

ça de coisa pra prejudicar, ah... depois eles dizem que tá morrendo tudo, que não sei o que, que tá caindo estes vendaval, que tá saindo estes furacão que não sei o que, porque o próprio estudo pra mim tá destruindo, tá destruindo!¹⁷⁷

Assim, o próprio modo de vida do senhor Zachohenski forma o seu sistema de valores e saberes sobre o meio ambiente. Segundo ele, o saber “científico” do pessoal mais “estudado” deixa de ser sinônimo de um saber que trará benefícios às pessoas do meio rural para se tornar um saber cúmplice de muitos erros – quanto maior o grau de instrução para o senhor Zachohenski, menor o grau do entendimento prático. Nesse sentido, o grande problema para o entrevistado é que o “pessoal está estudando demais” esta peculiaridade do relato nos revela o quanto o senhor Zachohenski considera o senso prático importante para se justificar uma ideia. Nesse aspecto, concordamos com Enrique Leff¹⁷⁸, quando nos diz que as práticas de uso dos recursos dependem do sistema de valores das comunidades, da significação cultural de seus recursos, da lógica social e ecológica de suas práticas produtivas e de sua capacidade para assimilar, através dessas práticas saberes científicos e técnicos modernos.

As apropriações do senhor Nelson Zachohenski, em relação aos debates em torno da produção e utilização de fontes de energias consideradas limpas, questionam nas mesmas bases dos saberes científicos a produção e utilização de energias que afetam o meio ambiente, segundo ele: “Então, vai tirar carvão pra quê? não é preciso, nós aqui, queremos dizer: planta cana! Porque o melhor combustível que tem é a cana! Não dá poluição! É tão fácil de fazer. Não! Vão lá tirar o carvão, pra que tirar isso aí neh, força de coisa pra prejudicar”¹⁷⁹. Dessa maneira, esse questionamento vai extrapolando os limites da comunidade em que se encontra o senhor Zachohenski, contextualizando situações que englobam representações sobre políticas de estado – que envolvem as políticas públicas de produção de energia limpa.

As contradições contidas nas regiões afetadas pela degradação do carvão e a ambigüidade das representações pautadas no desenvolvimento e na preservação ambiental colocam em questão toda a discussão em torno do empreendimento pesquisado. Os meios de comunicação na

¹⁷⁷ Nelson Zachohenski, entrevista citada.

¹⁷⁸ LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001, p.79.

¹⁷⁹ Nelson Zachohenski, entrevista citada.

perspectiva das representações ambientais são os mais fortes instrumentos, que investem em temáticas relacionadas à situação ambiental. Esses veículos dentro das especificidades de suas linguagens e estéticas funcionam como meios de compreensão do mundo e convergem seus interesses para a disseminação do ambientalismo. Os agricultores de Santa Cruz e Esperança utilizam-se desses meios de comunicação na construção do seu ambientalismo, ao mesmo tempo em que percebem esses meios como propagadores das representações de grupos econômicos dominantes.

Uma das atividades industriais mais influenciadoras nas relações entre homem e meio ambiente – das regiões do sul do estado de Santa Catarina – é a de mineração, em função de seu intrínseco processo tecnológico de operação, tipicamente modificador da paisagem pelo revolvimento de terra e matéria mineral. Portanto, a poluição estética é uma das consequências das agressões ao meio ambiente, que se torna uma manifestação sensorial e visual dos impactos ambientais materializados no meio ambiente. Como podemos perceber no relato do senhor Valdenir Antonio Guslinski:

Claro que a preocupação a respeito da mina de carvão, principalmente, não é a terra em si, e sim a água, um lugar que nunca faltou água, desde que eu era criancinha, aquele mesmo poço que era naquela residência continua sendo o mesmo, e por incrível que pareça já aconteceu de ter seca em um monte de lugar, e nunca faltou água naquele poço, e do que o pessoal tem medo, é de a mina abrir, principalmente, além de todo problema que a gente sabe que tem, que uma mina de carvão dá. Sem dúvida nenhuma que era por isso, sem contar que na minha infância, eu passava na casa desse meu tio e do lado da CSN, um pouco mais pra baixo, pra quem vai pro Sangão, aonde tem umas coivara, hoje lá, se tu ver assim, e passar, só vê aquela pirita, aquela água podre... antes de chegar no IPAT, no caso quem sai do Morro Estevão e vai pro Sangão¹⁸⁰.

Conforme relato o entrevistado, a maior preocupação do Movimento Içarense pela Vida, é em relação à água. A falta de água em vá-

¹⁸⁰ Valdenir Antonio Guslinski, entrevista citada.

rias cidades e localidades da região revela o quanto é preocupante uma possível contaminação da mesma. A partir de suas experiências sociais, o senhor Guslinski vai relatando suas representações sobre a poluição das águas: “Sem dúvida nenhuma que era por isso, sem contar que na minha infância eu passava na casa desse meu tio e do lado da CSN, um pouco mais pra baixo, pra quem vai pro Sangão, aonde tem umas coivara, hoje lá, se tu ver assim, e passar, só vê aquela pirita, aquela água podre (...)”¹⁸¹. Podemos observar que as experiências sociais desse agricultor remontam sua infância ao mesmo tempo em que ultrapassa os limites da localidade de Santa Cruz, percebendo os problemas ambientais na cidade vizinha (Bairro Sangão em Criciúma). Ao enfatizar que a água é a principal bandeira do Movimento Içarense pela Vida, o senhor Guslinski subtrai a lógica dos movimentos que lutam pela defesa única e exclusiva da propriedade privada – como o movimento ruralista em todo Brasil – para representá-los como defensores de bens comuns a toda sociedade. As representações que se delineiam ganham feições muito mais amplas no sentido de apresentar práticas sociais relacionadas com preocupações voltadas aos recursos naturais – como no caso da água, em que os agricultores desde muito cedo sabem de sua importância, não só para a agricultura mas para a sociedade como um todo. O senhor Guslinski também relata sua infância em Santa Cruz, construindo imagens através de suas memórias, da água de sua residência, que continua ali, no mesmo poço, limpa e praticamente inesgotável: “desde que eu era criancinha, aquele mesmo poço que era naquela residência continua sendo o mesmo, e por incrível que pareça já aconteceu de ter seca em um monte de lugar, e nunca faltou água naquele poço”¹⁸². Essas memórias constroem fatos cotidianos relacionados a fenômenos físicos – como a seca dos outros lugares – e ao mesmo tempo atribuem significados a esses fenômenos, como sua importância para a população que sofre com a falta de água.

Os saberes do senhor Guslinski vão se delineando entre suas observações empíricas e tecendo um conjunto de informações que atendem a muitas demandas explicativas sobre as contaminações de água pela mineração de carvão:

Até por sinal hoje eu tava vindo de lá da serra, nós tivemos na serra hoje, e nós estávamos passando em Lauro Müller, e tu vê a céu aberto, isto que é

¹⁸¹ Valdenir Antonio Guslinski, entrevista citada.

¹⁸² Valdenir Antonio Guslinski, entrevista citada.

um lugar, com uma extração de carvão muito mais alta neh, tu imagina que ali, o que a gente sempre diz que varia entre 20 e 40 metros da primeira camada é a pura verdade, chega num lençol de água ali passando a 30 metros, a água por si só ela vai sumir! Ela vai voltar sim! No tempo em que eles fechar a galeria, que encher de água de novo, só que vai vir aquela água com certeza contaminada, este é o maior medo do pessoal ali, e quanto a plantação: a maior parte da cultura ali, queira ou não queira, é fumo e se planta milho, se planta feijão, mas depois do plantio do fumo, por que aí se torna viável pro pessoal, por que aí não é usado adubo estas coisas...é só uma renda a mais, mas o maior medo do pessoal é em relação a água¹⁸³

O senhor Guslinski, ao comparar as diferenças entre a altura dos terrenos do município Lauro Müller com as do município de Içara, utiliza de sua experiência social nas construções dos saberes “populares”. Tais saberes ao relacionarem as questões práticas com os problemas ambientais sugerem aquilo que Enrique Leff denomina de saber ambiental. O saber ambiental para Leff é construído não só em nível acadêmico mas também em nível sociopolítico, por meio de movimentos sociais e de suas práticas sociais de manejo dos recursos naturais¹⁸⁴. A contaminação das águas pelo carvão é um fato empiricamente observado pelo senhor Guslinski – tem uma relação histórica com a prática social desse agricultor – produz através de sua memória eventos que por si mesmos não poderiam esgotar as justificativas na defesa desse recurso, mas produzem significado quanto aos valores dos mesmos para a sociedade.

A bandeira levantada pelo Movimento Içarense pela Vida tem seu fundo prático entrecruzado com suas representações. Essa bandeira insere-se em um contexto mais amplo que envolve agricultores ou moradores de outras áreas afetadas pela mineração do carvão. O que mostra a face de um problema complexo, com inúmeros encadeamentos, que remetem a conflitos e problemas ambientais muito mais remotos. As memórias que se delineiam ascendem essas representações ambientais ofuscadas pelo tempo através da “modernidade” e do mito do “progresso”, trazendo para o presente as contas de um passado devedor.

¹⁸³ Valdenir Antonio Guslinski, entrevista citada.

¹⁸⁴ LEFF, Enrique. **Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade Poder**. Petrópolis, Vozes, 2001, p.153.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo refletir através das narrativas dos agricultores – de Santa Cruz e Esperança no município de Içara – as memórias a cerca do conflito estabelecido na região a partir de 2003. Discutindo como esses agricultores representam o meio ambiente e como atuam para defender seu espaço de terra. Nas narrativas, pudemos acompanhar a formação e organização do Movimento Içarense Pela Vida e entender como esse movimento está inserido em um espectro de problemas ambientais históricos na região sul do estado de Santa Catarina, ocasionados pela extração do carvão.

A história da exploração de carvão na região se apresenta de forma latente na memória desses agricultores, estabelecendo ligações entre a degradação ocorrida no passado e as perspectivas ambientais debatidas na sociedade contemporânea. Com isso, abriu-se um leque de possibilidades para a atuação desses agricultores como defensores não só de suas propriedades mas do meio ambiente num sentido mais amplo. E a partir de suas problemáticas específicas se lançaram noutros patamares, levantando questionamentos quanto à poluição das águas, infertilidade da terra e poluição do ar em decorrência da exploração do carvão. Ao analisarmos os relatos, compreendemos o quanto as representações de tais agricultores extrapolaram a defesa pela terra com o objetivo de preservar a agricultura para suas subsistências. Nas narrativas que nos chegaram, ficou bastante destacada a preocupação com os filhos, com o futuro das próximas gerações.

Ainda dentro de tais narrativas, apresentamos considerações sobre a formação das identidades do movimento reivindicatório, as relações dos agricultores com a terra, os princípios que nortearam e sustentaram suas críticas contra instalação da mina, alicerçados em suas próprias trajetórias de vida. As identidades foram colocadas como ligadas não apenas a um objetivo em comum – no caso a luta contra a instalação da mineradora na região – mas associadas a um conjunto de identificações que passam pela formação do *ethos* do agricultor. Essas identificações envolvem a história de vida dessas pessoas, que receberam as terras de seus antepassados, já falecidos, no seu cotidiano de trabalho naquela terra, uma identidade com a comunidade local onde interagem em sociabilidades.

Na dissertação, também discutimos o caso de Dona Sirlei Baldissera, que como presidente do bairro Esperança e catequista da comunidade, apresenta suas impressões a respeito das ações realizadas no Movimento Içarense pela Vida, ajudando-nos a compreender dentro desse

processo histórico a sua atuação como líder e como agricultora que tem destacado papel político no movimento contra a construção da exploração da mina. Nesse sentido, a atuação de Dona Sirlei nos aproximou do campo de possibilidades de atuação dessa agricultora, mostrando suas responsabilidades domésticas e à frente da comunidade da qual é presidente de bairro. A narrativa de Dona Sirlei aponta ainda para sua atuação dentro da Igreja Católica como catequista. Ao mesmo tempo em que atua na estrutura político-eclesiástica, desferindo pesadas críticas e questionando a atuação da Igreja matriz do município, segundo sua análise, a omissão com que trata a questão da construção da mina para explorara carvão que atingira considerável contingente populacional.

A questão do conflito ambiental em que o Movimento Içarense Pela Vida se destaca mostrou que as representações ambientais que as pessoas expressam relativas à água estão intrinsecamente associadas ao acesso das informações contidas nas primeiras audiências públicas, assim como a informações contidas nos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), e das reuniões entre agricultores das comunidades e ambientalistas da região. Encontramos relações entre os saberes convencionalmente chamados de “populares” – desses agricultores – e os saberes ditos “científicos”, contidos no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Essas relações são estabelecidas por parte dos agricultores através da apropriação e da utilização dos mesmos para enriquecer seus argumentos e críticas ao projeto minerador. Percebemos algumas representações associadas a localidades de cidades vizinhas atingidas pela exploração de carvão – nas relações a agricultores moradores dessas regiões que tiveram o solo de suas terras contaminado pela mineração do carvão.

Concluir que os agricultores de Santa Cruz e Esperança foram aniquilados e derrotados em seu objetivo principal – a não-exploração de carvão em suas áreas agrícolas – não pode se subtrair dos desdobramentos que o Movimento Içarense pela Vida engendrou na região. Em primeiro lugar, apesar de o funcionamento às margens da Rodovia Federal BR-101, na localidade de Santa Cruz, do pátio operacional da mineradora, não define a “morte” do movimento social, pois os agricultores ainda continuam residindo em suas casas e continuamente trabalhando em suas terras – até quando esse modo de vida for viável, nessa situação. O Movimento Içarense pela Vida age com fiscalizador e como dinamizadores no processo de pressão popular frente aos órgãos competentes. Em segundo lugar, temos de considerar que uma polêmica de ordem prática ainda persiste, e que tem tomado conta dos debates em torno do conflito em 2010. Esse problema se remete ao que fazer com o rejeito produzido

pela extração de carvão. Nas Audiências Públicas realizadas, a Empresa Rio Deserto havia alegado que a lavagem do carvão extraído seria no município de Siderópolis, onde a empresa já possui um lavador. Com a instalação da mina BR-101, a mesma empresa pretende instalar outro lavador dentro do município de Içara na comunidade do Poço Oito. Até o momento, está em votação na Câmara de Vereadores de Içara o projeto de lei que proíbe a instalação do lavador de carvão dentro do município. O Movimento Içarense pela Vida continua com seus protestos e denunciando o não-cumprimento do que foi estabelecido na Audiência Pública.

Para finalizar, os agricultores de Santa Cruz e Esperança estão em uma situação desfavorável em relação a grupos econômicos que têm o poder econômico e político na região, porém suas representações e práticas sociais agregam-se ao passado de conflitos e degradações ambientais, e as pessoas que estão comprometidas com a preservação – ambientalistas associações de bairros, associações comerciais, associações industriais, estudantes, políticos, igreja católica, sindicato de agricultores, professores e simpatizantes do Movimento Içarense Pela Vida em torno do debate ambiental.

FONTES**ENTREVISTAS**

ALVES, José Luiz. . Entrevista concedida a Elton Laurindo da Costa, Içara 18 de abril de 2009.

BALDISSERA, Sirlei Machado. Entrevista concedida a Elton Laurindo da Costa, Içara 11 de abril de 2009.

BALDISSERA, Tomaz. Entrevista concedida a Elton Laurindo da Costa, Içara 28 de março de 2009.

D'ESTEFANI, Hercílio Jair. Entrevista concedida a Elton Laurindo da Costa, Içara 13 de abril de 2009.

GABRIEL, Jorge José. Entrevista concedida a Elton Laurindo da Costa, Içara 21 de março de 2009.

GUSLINSKI, Valdenir Antônio. Entrevista concedida a Elton Laurindo da Costa, Içara 18 de abril de 2009.

MATIOLLA, Antonio Santos. Entrevista concedida a Elton Laurindo da Costa, Içara 14 de março de 2009.

MATIOLLA, Elvira Maccari. Entrevista concedida a Elton Laurindo da Costa Içara 14 de março de 2009.

MATIOLLA, Santos. Entrevista concedida a Elton Laurindo da Costa, Içara 14 de março de 2009.

SANTOS, Valmir Joaquim dos. Entrevista concedida a Elton Laurindo da Costa, Içara 20 de abril de 2009.

ZACHOHENSKI, Nelson. Entrevista concedida a Elton Laurindo da Costa, Içara 11 de abril de 2009.

FONTES IMPRESSAS

VCS – ENGENHARIA CONSULTORIA LTDA. Mina Esplanada.
Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Criciúma: Empresas Rio
Deserto; 2002.

FONTES ONLINE

JORNAL A TRIBUNA. Criciúma, 19/03/2008, sexta feira. Disponível em: <<http://www.atribunanet.com/home/site/ver/?id=66944>>. Acesso em: 12/12/2009.

JORNAL A TRIBUNA. Criciúma, 19/03/2008, sexta feira. Disponível em: <<http://www.atribunanet.com/home/site/ver/?id=66944>>. Acesso em: 12/12/2009.

JORNAL A TRIBUNA. Criciúma, 11/03/2008, sexta feira. Disponível em: <<http://www.atribunanet.com/home/site/ver/?id=66542>>. Acesso em: 12/12/2009.

JORNAL A TRIBUNA. Criciúma, 19/02/2008, sexta feira. Disponível em: <<http://www.atribunanet.com/home/site/ver/?id=65295>>. Acesso em: 12/12/2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir e Contar: Textos de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1990.

AMREC-UNESC. **Plano de Desenvolvimento Ecológico Econômico**. SDM. AMREC-UNESC, 1996.

ANJOS, Gabriele dos. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas. **Cadernos Pagu (31)**, pp. 509-534, julho-dezembro de 2008.

ARRUDA, Gilmar. O chão de nossa história: natureza, patrimônio ambiental e identidade. **Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006.

ASCELRAD Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2004.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Queros, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. ORTIZ, R. (org.). **Sociologia**. São Paula: Ática, 1983.

BORSOI, Adriana Maria. Mineração e Conflito Ambiental: atores sociais e interesses em jogo na extração do granito em Nova Venécia - ES. **Dissertação (Mestrado) em Ciências Ambientais**. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007.

BOSSLE, Ondina Pereira. **Henrique Lage e o desenvolvimento sul-catarinense**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

BRANCO, Pércio de Moraes. **Dicionário de Mineralogia e Geomorfologia**. São Paulo: editora oficina de textos, 2008.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF : Senado, 1988.

BRASIL. Departamento Nacional da Produção Mineral. **Informativo anual da indústria carbonífera**. Brasília, 1994. 265 p.

BURKE, Peter. **A Escrita da História Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CARNEIRO, M. J. e TEIXEIRA, V. L. **Mulher rural nos discursos dos mediadores**. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, UFRRJ, nº5, p. 45-57, nov. de 1995.

CARNEIRO, M. J. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. In: Revista de Estudos Feministas, vol. 9, nº 1, Florianópolis: IFCS, 2001: 22-55.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Florianópolis. Editora da UFSC, 2002.

_____. Modernização, Cultura e Ideologia do Carvão em Santa Catarina. In: Alcides Goularti Filho. (Org.). **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: UFRS, 2002.

_____. O mundo como Representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, nº11, jan-abril/1991.

CREPALDI, Cleusa. Análise de Parâmetros do Monitoramento Ambiental da Mina do Trevo - Siderópolis, SC. **Dissertação de (Mestrado) Pós-graduação em Engenharia Mineral**. São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2003.42-50.

DE LUCA, Francisco Javier. **Ensaio Críticos de Sociologia e Meio Ambiente**. Tubarão: Copiart, 2000.

FEBVRE, Lucien. **O Reno: História, Mitos e Realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FRANCO, Maria L. P. B. Representações Sociais, Ideologia e Desenvolvimento da Consciência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004.

FREITAS, Elisabeth Borges. O Movimento Popular de Rio Albina (Siderópolis). **Monografia (Especialização) em Educação Ambiental**. Santa Rosa do Sul, UFSC-EAFS, 1998.

GAIVIZZO, L.B.; VIDOR, D. & TEDESCO, M.J. Recuperação de áreas utilizadas para depósito de rejeitos de minas de carvão. In **Carvão e meio ambiente**. Centro de ecologia e meio ambiente. UFRGS. Porto Alegre, Ed. Universidade. 2000. p. 461-468.

GONÇALVES, T. M. **Meio ambiente e a questão urbana**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. n. 9, p. 117-121, jan./jun. 2004.

_____. O processo de apropriação do espaço através dos modos de morar e habitar o lugar: uma abordagem piso-sócio-ambiental do bairro Renascer/Mina Quatro de Criciúma – SC. **Tese (Doutorado) de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento**. UFPR, Curitiba. 2002.

GOULARTI FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

GUERRA, T. Geologia. In: CENTRO DE ECOLOGIA/UFRGS. Carvão e meio ambiente. **Centro de ecologia**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IBAMA. **Avaliação de Impacto Ambiental: Agentes sociais, procedimentos e ferramentas**. Brasília: IBAMA DIRPED DEDIC DITEC, 1995.

KARPINSKI, Cezar. Sobre as águas a memória: relações de poder e subjetividades durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias

(Paraná, 1989-2001). **Dissertação (Mestrado) de Pós-Graduação em História**. Florianópolis: UFSC, 2007.

KREBS, A.S.J.; DIAS, A.A. & VIERO, A.C. **Áreas mineradas por carvão no município de Criciúma, SC**. 2 ed. Porto Alegre CPRM, 1994. 31 p.

LADISLAU, Décio Escobar de Oliveira. Economia da responsabilidade sócio ambiental: estudo considerando empresas dos principais setores da economia de Criciúma-SC. **Dissertação (Mestrado) de Pós-Graduação em Ciências Ambientais**. Criciúma: UNESC, 2007.

LAMARCHE, Hugles. **A Agricultura Familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau, SC: Edifurb, 2000.

_____. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade Poder**. Petrópolis, Vozes, 2001.

MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez visões sobre a mesma cena. **In: Espaço e cultura**. UERJ, N° 13, jan./jun./2002. pp. 35-46.

MELLO, Elza Fernandes. **Içara: Nossa Terra, Nossa Gente**. Içara (SC): Gráfica Otomar, 2006.

MILIOLI, Geraldo. **Mineração do carvão e desenvolvimento sustentado no sul de Santa Catarina: um estudo exploratório de percepção, valores e atitudes do meio ambiente num bairro do município de Criciúma**. Criciúma: Luana, 1995.

MINOTTO, Daniela da Silva Lúcio. Memórias do Cotidiano de Mulheres Agricultoras: Criciúma (1930-1950). **Monografia (Especialização) de Pós-graduação em História Social e História Cultural**. Criciúma: UNESC, 2005.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Um encontro com as fontes em História Oral. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXII, n. 1, pp. 117-125, junho 2006.

_____. Gênero e meio ambiente: uma invisibilidade das mulheres na construção da floresta Amazônica. In: ARRUDA, Gilmar (org) **História, Natureza e Território**. Governador Valadares: Editora Univale, 2007.

MORAES, Fabio Farias de. O carvão catarinense e o planejamento estatal. In: GOULARTI FILHO, Alcides (org.). **Ensaio sobre a economia sul-catarinense**. Criciúma: Editora da Unesc, 2003.

NASCIMENTO, Dorval do. **As Curvas do trem: a presença da estrada de ferro no sul de Santa Catarina**. Criciúma: UNESC, 2004.

_____. A Produção Histórica e Cultural da Região Carbonífera de Santa Catarina, 1880-1930. In: GOULART FILHO, Alcides (org.) **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade futura, 2004.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

PAULILO, M. I. **Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio**. Cadernos de pesquisa, PPGSP/UFSC. nº21. junho 2001.

PHILOMENA, Gerson Luis de Bôer. Cultura do carvão em Criciúma – SC: a história que não se conta. **Dissertação (Mestrado) de Pós-Graduação em Ciências Ambientais**. Criciúma: UNESC, 2005.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº3, pp.3-15, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº10, pp.200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, p. 59-72.

_____. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, 14, fev/1997.

_____. O que faz a história oral diferente. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, 1997.

_____. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. In: **Revista do Projeto História**, nº 10, Programa de Estudos Pós-Graduação em História, Departamento de História. PUC/SP, SP, EDUC, 1993.

ROHDE, G.M. & RODRIGUEZ, M.T.R. Diagnóstico ambiental das cinzas de carvão. In **Carvão e meio ambiente**. Centro de ecologia e meio ambiente. UFRGS. Porto Alegre, Ed. Universidade. 2000. p. 461-468.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. História e memória do ambientalismo no vale do rio dos Sinos. **Dissertação (Mestrado) em Programa de Pós Graduação em História**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.

SANCHEZ, J.C.D. & FORMOSO, M.L.L. Utilização do carvão e meio ambiente. Porto Alegre: **CIENTEC**, 1990. n. 10, 34 p.

SANTOS, Juliana Varmelati. Um olhar sócio-ambiental da história: A trajetória do movimento ambientalista e seus conflitos com a atividade carbonífera no sul de Santa Catarina (1980-2008). **Dissertação (Mestrado) de Pós-Graduação em História**. Florianópolis: UFSC, 2008.

SCHAAF, Alie van der. **Jeito de Mulher Rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2001.

SCHERER-WAREN, I. Movimentos sociais rurais e o meio ambiente. In: **IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente: Textos Básicos**. Florianópolis, 19 a 23 de setembro, 1990.

SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **RA'E GA : O espaço geográfico em análise**. Curitiba: UFPR, n. 7, p. 79-85, 2003.

SILIPRANDI, Emma. Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v.2, n.1, fev. 2007.

SILVA, Francisco José Barretto da. Conflitos de uso em Área de Proteção Ambiental: água, mineração e agricultura. **Tese (Doutorado) de Pós-graduação em Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Florianópolis: UFSC, 2001.

SILVA, Ana Cristina da. Mulheres que foram a luta: Participação feminina nas lutas sindicais dos mineiros de Criciúma entre 1986 E 1996. **Monografia (Especialização) de Pós-graduação em História Social e História Cultural**. Criciúma: UNESC, 2005.

TEDESCO, J.J. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974 - 1986): do Ambientalismo à Ecológica. In: **PÁDUA, José Augusto. (Org.). Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 63-111.

ZUMBLICK, Walter. **Teresa Cristina: a ferrovia do carvão**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

WEBGRAFIA

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA (AMREC). Disponível em: <<http://www.amrec.com.br>>. Acesso em 27 de novembro de 2009.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE (CONAMA). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/estr.cfm>> . Acesso em: 01/11/2007.

ÁREA DE PRESERVAÇÃO DA BALEIA FRANCA (APA DA BALEIA FRANCA). Disponível em: <<http://www.baleiafranca.org.br/area/area.htm#>>. Acesso em 02/12/2009.

FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A. (FTC). Disponível em: <<http://www.ftc.com.br/>>. Acesso em: 07/12/2009.

MAPA INTERATIVO DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/>>. Acesso em: 30 de novembro de 2009.

DICIONÁRIO LIVRE DE GEOCIÊNCIA. Disponível em: <<http://www.dicionario.pro.br/dicionario/index.php/PH>>. Acesso em: 02/12/2009.